

MÁRCIA HELENA RODRIGUES DE MATOS

**EDUCAÇÃO E IMPRENSA EM PALCOS REPUBLICANOS:
análise de jornais de Patos de Minas/MG (1889–1930)**

(MESTRADO)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2009

MÁRCIA HELENA RODRIGUES DE MATOS

**EDUCAÇÃO E IMPRENSA EM PALCOS REPUBLICANOS:
análise de jornais de Patos de Minas/MG (1889–1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2009

Resumo

Esta dissertação é o resultado da pesquisa com periódicos que circularam na cidade mineira de Patos de Minas no período de 1889 a 1930. A imprensa local se constitui na fonte da pesquisa e teve o objetivo de examinar a intensidade dos discursos locais em prol da educação escolar. Considerando as diretrizes metodológicas da Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, o eixo norteador do manuseio das fontes esteve direcionado para a identificação das representações sociais atribuídas à educação escolar, bem como a fundamentação do discurso pedagógico veiculado nos jornais de época. Assim, o andamento da pesquisa permitiu a avaliação das idéias propagadas pela imprensa, procurando aferir a ocorrência do vínculo com o ideário liberal pretendido pela proclamação da República, a saber, o da ordem e do progresso. O resultado final das atividades com as fontes oferece a seguinte compreensão do processo de mudança social no município de Patos de Minas: os artigos selecionados refletiam em seu interior, com raciocínios desarticulados, a concepção de educação suscitada pela introdução do sistema republicano federativo; mais do que a defesa da escolarização para todas as camadas sociais, os articulistas davam assentimento ao novo regime e propagavam a percepção local da ordem nacional. Por fim, o trabalho permite afirmar que a imprensa local não desempenhou as funções de vanguarda e de proponente da escolarização como mobilização para o progresso; a imprensa se limitou a aderir ao novo regime, recém implantado e fez veicular a sua ideologia.

Palavras-chave: República. Educação. Imprensa. Civismo. Instrução pública.

Abstract

This master's degree's dissertation results from a research whose sources were newspapers published in the city of Patos de Minas, state of Minas Gerais, between 1889 and 1930. It aimed to examine the intensity of local discourses in favor of school education. According to the guidelines of the history and education historiography research line, the dealing with sources aimed to identify the social representations ascribed to education and how newspaper worked as a vehicle for the pedagogical discourses. The research development allowed to evaluate ideas spread by the press and to verify if the latter kept a link with the liberal ideas of order and progress related to the newly-created Brazilian republic. Results base the following understanding of the social changes taking place in Patos de Minas at the time: though disconnectedly newspaper articles reflected internally a conception of education promoted by the republican system; rather than defend education for all the people journalists approved the new government regime and spread the local notion of national order. In this regard, this work permit to assert that that the local press did not promoted education as way of reaching progress; rather, it adhered to the newly-established regime and acted as a transmitter of its ideology.

Keywords: republic; education; press; civism; public teaching.

Agradecimentos

Ao professor doutor Carlos Henrique de Carvalho, que, como incentivador e orientador de meu projeto de pesquisa, abriu um leque de possibilidades e esperanças em minha vida acadêmica.

Ao professor doutor Humberto Aparecido Guido, pela orientação valiosa e pelo apoio dado em todas as fases deste trabalho.

Aos funcionários do Centro de Referência Histórico e Cultural de Patos de Minas e do Laboratório de Pesquisa de História do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), pela boa vontade e cooperação.

Aos administradores do Colégio Marista de Patos de Minas, que acreditaram em meu trabalho e me apoiaram integralmente no decorrer dessa jornada.

Ao meu amigo e “companheiro de viagem” Hélder de Souza Santos, pelos incontáveis diálogos estabelecidos em nossas viagens no período dos estudos do mestrado.

À minha colega e amiga Vanessa Kern, companheira de jornada acadêmica, pela disponibilidade, pela atenção e pelo carinho.

Ao professor Paulo Sérgio Moreira da Silva, pelas dicas valiosas.

A minha mãe, pelo apoio incondicional de todos os dias.

Ao meu amado pai (IN MEMORIAN), por preencher meu coração de amor com sua lembrança em todos os dias da minha vida.

Ao meu irmão de coração Marvin, pela sua presença entre nós.

Aos meus filhos, Vitor e Henrique, fonte de amor e esperança.

Ao meu marido e companheiro de todas as horas, pela presença constante em minha vida.

Dedico este trabalho aos meus pais, fonte de sabedoria e de amor, e a toda minha família, pelo apoio, pela dedicação, pela compreensão e pelo amor demonstrado em todos os momentos.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1	
RUPTURA POLÍTICA E MANUTENÇÃO DA ORDEM: REPÚBLICA E EDUCAÇÃO (1889–1930)	15
1.1 Primeiros movimentos em prol da instrução pública	19
1.2 Modernização pedagógica	25
Capítulo 2	
ASPECTOS HISTÓRICOS DO POVOAMENTO DE MINAS GERAIS E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS	34
2.1 Colonização brasileira e o nascedouro das Minas Gerais	34
2.2 Configuração da cidade de Patos de Minas e o surgimento da imprensa	39
Capítulo 3	
IMPrensa E EDUCAÇÃO: RELAÇÃO DO DISCURSO COM AS PRÁTICAS POLÍTICAS	48
3.1 Análise dos jornais patenses	54
Considerações finais	75
Referências	78

Meu papel — mas esse é um termo muito pomposo — é o de mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam ser; que elas têm por verdadeiros, por evidentes alguns temas que foram fabricados num momento particular da história, e que essa suposta evidência pode ser criticada e destruída.

— MICHEL FOUCAULT, 1994.

Introdução

No século XX, as fronteiras da história se ampliaram. Em parte, graças à assimilação de perspectivas sugeridas pela *École des Annales*¹ e pelos trabalhos arqueológicos de Michel Foucault,² ambos expoentes da historiografia francesa. Nesse rastro de expansão, também a história da educação brasileira se ampliou e tem se ampliando, com a consolidação da pós-graduação em educação, cujo resultado é o desenvolvimento de vários estudos multidisciplinares sobre temas e realidades locais, com base numa análise rigorosa de fontes dispersas em arquivos públicos e privados ou repartições públicas. Essa renovação na historiografia trouxe à tona um acervo histórico vasto composto não só de documentos oficiais do poder estatal ou das histórias oficiais, mas também de documentos sem o “carimbo” estatal e oficial, a exemplo dos jornais impressos. Esta pesquisa segue tais perspectivas da historiografia contemporânea: além do enfoque regional, ela reitera a possibilidade de tratar objetivamente da memória histórica registrada por jornais de pequenas localidades do interior do país num período coincidente com as manifestações iniciais em prol da modernização da sociedade brasileira. Nesse caso, ela busca interpretar textos sobre educação escolar veiculados na imprensa escrita da cidade de Patos de Minas (MG).

A pesquisa tomou a imprensa como fonte histórica primária porque o jornal aglutina elementos históricos dispersos nos vários discursos de dada comunidade e, assim, permite ao historiador, com base numa análise rigorosa das fontes, reconstruí-los e identificar neles posições e valores sustentados pelo segmento social que tem na imprensa escrita um meio de divulgar suas convicções. Exemplo disso são os ideais republicanos disseminados na educação escolar via imprensa de Patos de Minas entre 1889 e 1930 — tema deste trabalho, que pretende refletir sobre as estratégias sociais e materiais empregadas, sobretudo pelo setor político, para consolidar as bases republicanas da ordem e do progresso por meio da instrução num município do interior de Minas Gerais e num período de predomínio da população rural e da economia agrícola.

¹ Movimento historiográfico iniciado com a criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* por Lucien Febvre e March Bloch, em 1929. Sobre a influência da *École des Annales* na pesquisa histórica, ver Burke (1997).

² As sucessivas histórias publicadas pelo pensador francês a partir do fim da década de 1950, tais como *Doença mental e psicologia* (1954), e que se expandiram até a *História da sexualidade* (1976–1984). Em suas pesquisas, Foucault se propunha realizar a arqueologia dos saberes que fundamentam as práticas sociais, tendo nas instituições sociais o mecanismo de disseminação do poder opressor. Uma apresentação da contribuição de Foucault para a historiografia contemporânea pode ser encontrada no texto de Veyne (1998, p. 237–85) “Foucault revoluciona a história”.

Nossa aproximação com a história da educação brasileira ocorreu com base na implantação do Núcleo de Pesquisa em História da Educação (NUPHE)³ da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas (UNIPAM). No curso de graduação em Pedagogia, tivemos a oportunidade de participar de reuniões e debates promovidos pelo NUPHE que apontaram a possibilidade do desenvolvimento de uma pesquisa destinada à elaboração da monografia de conclusão de curso. Naquele momento, percebemos a amplitude da história da educação, sobretudo as imbricações do passado com o presente; a partir daí, foi possível o entendimento das lacunas existentes nas relações que dão forma ao todo histórico, bem como os limites e as possibilidades estabelecidos pelos sujeitos nessas relações.

O envolvimento com o NUPHE e com a história da educação proporcionou o suporte teórico e metodológico indispensável para a execução do projeto de pesquisa “Imprensa e educação: uma relação possível (a análise dos jornais patenses entre 1889 e 1930)”. As indagações que nortearam a realização do trabalho nasciam da análise da questão central: qual é o papel da imprensa na educação em Patos de Minas no período proposto? O entendimento dessa questão era buscado com a leitura crítica do discurso dos articulistas dos jornais previamente selecionados para compor a fonte primária da pesquisa. Os resultados de tal projeto renderam a elaboração da monografia de conclusão de curso, a publicação de um artigo científico e a participação no Congresso Luso-brasileiro de 2008.

Esses resultados motivaram nosso ingresso no programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A continuidade da pesquisa na mesma área se deve à riqueza do material jornalístico disponível e ao nosso amadurecimento intelectual. Por esse motivo, surgiu o novo projeto, que se detém na análise do conteúdo ideológico emergente do regime republicano recém-implantado e de suas interfaces com uma região bastante distante do centro do governo republicano. Tal afirmação é constatada pela proximidade da imprensa escrita com as forças políticas representantes dos interesses das classes dominantes, propagando suas idéias e legitimando-as em suas publicações como valores hegemônicos.

A realização do projeto de pesquisa teve no jornal a fonte que propiciou a compreensão do contexto político, social e cultural da sociedade de Patos de Minas da última década do século XIX e das três primeiras décadas do século XX, que coincidem com o nascimento do

³ O NUPHE teve seu regulamento interno aprovado pela resolução CON/UNIPAM 43/2002. Trata-se de um grupo composto por alunos e professores cujos principais objetivos são recuperar, analisar e interpretar o percurso da história da educação na região do Alto Paranaíba (MG), utilizando-se do estudo da documentação oficial, complementada por reportagens da imprensa e da bibliografia especializada para compor um quadro que esteja inter-relacionado com o processo educacional em Minas Gerais e no Brasil.

Estado republicano. A leitura empreendida rendeu o entendimento das concepções educacionais pretendidas para a cidade em conformidade com o discurso oficial, que refletia a ideologia dominante em consonância com a mobilização nacional pró-construção da nação brasileira ideal, amplamente divulgado à época. O resultado do trabalho oferece a articulação do contexto nacional com o regional, tendo nos jornais um produto cultural feito por sujeitos históricos determinados e inserido num contexto histórico definido. Os jornais — é sabido — revelam as visões de mundo que permeavam os discursos dos articulistas desses veículos de comunicação e que chegavam ao leitor como valores e concepções a serem introduzidos. A análise permitiu, também, avaliar as rupturas que seriam necessárias para se alcançarem o progresso e a propalada modernização — tão almejados.

Entretanto, não se pode promover o estudo isolado da realidade regional desvinculado da interpretação de caráter geral. Assim, não nos propomos a fazer a história da educação regional, mas sim a história da educação brasileira. A ênfase da investigação recaiu sobre o regional, utilizando documentações específicas que auxiliaram a compreensão da articulação entre realidade local e realidade nacional, principalmente no campo educacional. Isso porque, ao lado das questões políticas, econômicas e culturais, os problemas relacionados com a educação recebem, ao longo de todo o período pesquisado, destaque especial no noticiário. O jornal impresso proporcionava a circulação das expectativas dos quadros dirigentes da sociedade local e trazia, em suas páginas, a defesa dos novos valores que ainda conflitavam com a velha mentalidade do patronato da classe latifundiária. Esse é o principal motivo que impeliu a pesquisa para o manuseio dos primeiros jornais que foram estampados na cidade de Patos de Minas no momento que se seguiu à proclamação da República. Trata-se de material que reflete os elementos constitutivos da realidade e que, de modo geral, registra as produções históricas dos sujeitos, os quais, por sua vez, produzem-nas de acordo com a realidade social em que estão inseridos.

A imprensa escrita proporciona infinitas possibilidades de contextualização e entendimento dos períodos históricos. Pela análise das publicações de periódicos, especificamente jornais, é possível descortinar idéias e concepções pedagógicas que permearam a educação brasileira em sucessivos momentos históricos. De acordo com Nóvoa (1997, p. 27):

A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo em que denunciam situações presentes. Trata-se, por isso, de um *corpus* essencial para a história da educação, mas também para a criação de uma outra cultura pedagógica.

Fica evidente a contribuição da imprensa escrita para o entendimento do processo educacional, uma vez que esses meios propiciam o estudo reflexivo da educação. Portanto, o contato com essas fontes nos permite adentrar as especificidades desse campo vasto visando identificar a diversidade ideológica que constitui o espaço escolar. Permite, ainda, a compreensão das inúmeras relações presentes nesse microcosmo social, que, não raro, representam os anseios da sociedade em seus múltiplos aspectos, em especial no político, e que utilizam a escola para legitimar seus preceitos como forma de propagação ideológica.

A relevância da análise dos jornais — como foi dito — contribui para a compreensão do processo de expansão da educação, da difusão de concepções educacionais, dos usos políticos e das lutas dos diferentes estratos educacionais pela educação. Trata-se, portanto, de uma pluralidade de informações que nos permite contemplar a feição e o significado de cada época. A crescente utilização da imprensa nas pesquisas educacionais chamou a atenção de Carvalho (2004, p. 47), para quem:

A pesquisa periódica vem sendo (re)visitada por pesquisadores pelo fato de, na maioria das vezes, estarmos diante de reflexões muito próximas dos acontecimentos. A análise da imprensa permite o contato com discursos situados tanto no âmbito macro do sistema, como na esfera micro das experiências humanas. É o lugar onde a regulação coletiva se faz permanente, pois seus organizadores e produtores procuram equilibrar o que ela quer veicular para o leitor conhecer, atendendo, ao mesmo tempo, aos interesses e expectativas do consumidor.

Há que se considerar o tratamento metodológico a ser dispensado às fontes primárias, pois as informações catalogadas sobre educação relativas à cidade de Patos de Minas se tornaram elementos-chave para a compreensão da história da educação e das práticas educativas. Com base nessa constatação, é possível dimensionar a influência da política educacional nas transformações socioculturais e da conformação/alteração das representações sociais existentes na municipalidade. Portanto, a interpretação desse acervo documental se revelou fundamental para a compreensão do cenário educacional patense.

Sobre a imbricação da imprensa com a educação, Carvalho (2004, p. 48) esclarece:

Jornais e revistas podem contribuir para estudos reflexivos sobre a trajetória da educação, pois através deles manifestam-se, de um modo ou de outro, os problemas educacionais, revelam-se as múltiplas faces do processo educativo e compreendem-se as dimensões sociais da educação, ultrapassando uma mera descrição das idéias, das reformas, dos programas e das práticas educativas. São os pequenos detalhes, ocorridos no interior do espaço educacional e registrados nos jornais, que permitem compreender como as relações foram sendo construídas dentro dos microcosmos sociais.

É possível localizar nos discursos presentes nesses jornais os elementos que sinalizavam a efervescência ideológica e o estado de ebulição em que se encontravam as sociedades regionais do país na recém-introduzida ordem republicana. De posse do repertório documental, buscamos recuperar, na história local, os resquícios das questões educacionais que estavam sendo amplamente discutidas pelos republicanos, que, empenhados no projeto de reconstrução nacional, exaltavam o nacionalismo e o progresso via educação. Tratava-se da introdução de uma ideologia que desse sustentáculo ao novo regime e penetrasse na mente das pessoas, criando um consenso em torno da importância e da necessidade da instrução. Corroborando essa afirmação, é instrutiva a observação de Carvalho (1998, p. 10):

A elaboração do imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo.

Cabe ressaltar que a imprensa propaga a ideologia republicana por intermédio dos discursos educacionais como importante arma na disseminação dos ideais que anunciavam um novo tempo e, por essa razão, apresenta-se como fonte primordial para análise de contextos históricos. “Desse processo, a educação surge como uma das vias de ‘civilização’, de formar o cidadão para a República ‘democrática’ que se anuncia, de se acender o país ao estágio das nações desenvolvidas.” (CARVALHO, 2004, p. 32). Nessa perspectiva, a escola passou a ser vista como espaço ideal de difusão dos ideais republicanos, além de se apresentar como elemento aglutinador desses preceitos, que, via instrução, amalgamava toda a sociedade.

No desenvolvimento da pesquisa, o *corpus* documental foi constituído pelos seguintes periódicos: *O Trabalho* (1905), *O Grito* (1915), *A Carapuça* (1915), *O Riso* (1915), *Cidade de Patos* (1915), *A Metralha* (1917), *O Federalista* (1919) e *Gazeta de Patos* (1929). As edições manuseadas se encontram no Centro Histórico de Patos de Minas e, também, no Laboratório de Pesquisa e História da UNIPAM.

Depois da análise e catalogação do material histórico, o trabalho de pesquisa se deteve naqueles textos jornalísticos que atendiam aos eixos temáticos abordados, a saber: progresso e modernização da sociedade por intermédio da educação escolar. A análise incidiu, também, sobre os recursos gráficos e de propaganda utilizados no tratamento do tema, sendo frequentes os anúncios de colégios e de professores; essas peças de propaganda estão articuladas com o contexto histórico social, político e econômico local. A análise documental ratificou a efervescência ideológica da implantação do regime republicano; e as mudanças profundas no cenário nacional em todos os meandros da sociedade e, em especial, na esfera educacional

justificam o recorte temporal da pesquisa: 1889–1930. Esse período significou um marco na história da educação brasileira por representar um período fértil, graças à ebulição de idéias e aos intensos debates voltados para a situação educacional, que repercutia em todo o país. A seguir, são apresentados os capítulos desta dissertação.

No primeiro capítulo, é feita a leitura do movimento republicano, tópico vital para a projeção do marco temporal da dissertação: as primeiras décadas do século XX, até sua implantação, em 1889. Nesse capítulo, estão delineadas as mudanças e permanências que estavam ocorrendo no país, ressaltando-se os três fatores essenciais da pesquisa historiográfica: o político, o econômico e o social, de onde surge o discurso educacional que envolve a sociedade. A reconstrução do movimento republicano com base nas fontes documentais tornou possível identificar os desdobramentos do contexto nacional no espaço regional, o que permite contextualizar o estado de Minas Gerais, procurando aí as faces do republicanismo brasileiro legitimado nas sociedades regionais.

O segundo capítulo apresenta a retomada histórica do processo de interiorização do povoamento, que foi desencadeado pelo fenômeno conhecido como bandeirantismo. Após se situar o núcleo regional no contexto da história do Brasil, se detém na caracterização da cidade de Patos de Minas, dando especial atenção ao florescimento da imprensa. É fundamental elucidar a relação dos veículos de comunicação com a educação, o que foi feito com a interpretação dos artigos selecionados. Este estudo oferece uma visão ampla das idéias divulgadas pela imprensa, bem como sua contribuição para a consolidação do ideal republicano na cidade.

Os artigos e editoriais dos jornais das primeiras décadas republicanas são analisados no terceiro capítulo, que pretende ser a síntese da discussão a respeito da penetração do ideário republicano na vida local, avaliando-se a intensidade dos discursos nacionais refletidos na imprensa local e identificando-se, nas vozes locais, a transmissão dos valores cultuados pelo novo regime político, a saber: a ordem para o progresso. Certamente, não foi possível intensificar a análise até onde gostaríamos, pois o material é extremamente rico e permite leituras abrangentes do fenômeno educativo, que, neste momento, são incompatíveis com o tempo concedido para a elaboração desta dissertação. Por este motivo, restringimo-nos a avaliar a penetração do ideário republicano no cenário local, tentando elucidar as contradições entre a tônica do discurso e o conservadorismo arraigado às práticas políticas.

Mais uma vez é necessário ressaltar a riqueza das fontes primárias da pesquisa. Por vezes, o formalismo da dissertação acadêmica impede a inserção dessas fontes em sua integralidade no corpo do trabalho escrito, o que exige outra estratégia para levar ao leitor os

discursos do passado que teceram a ordem do presente. Por esse motivo, em anexo, comparecem fotografias e artigos de jornais do período estudado. Consideramos esse acervo documental muito importante, pois, além de sua peculiaridade — ser fonte de pesquisa —, poderá contribuir para o desenvolvimento de outros estudos dedicados à história da educação regional no período republicano.

Capítulo 1

RUPTURA POLÍTICA E MANUTENÇÃO DA ORDEM: REPÚBLICA E EDUCAÇÃO (1889–1930)

O regime republicano trouxe consigo as idéias que exaltavam o nacionalismo e a formação de um novo homem: o único capaz de conjugar as necessidades de seu tempo com os desafios do porvir. Para tanto, fez-se necessário uma reestruturação em diversos setores da sociedade, incutindo-se, assim, nos grupos sociais, os princípios éticos e morais do Estado republicano. A nova ordem política se apresentava sob o domínio do coronelismo, que, como elemento formador da base da estrutura do poder do país, foi reafirmado com o regime republicano como elemento retroalimentador das formações oligárquicas e se alocou na então chamada “política de governadores”. Embora o período republicano, sob a égide do positivismo⁴ e liberalismo,⁵ sinalizasse mudanças com a implantação do novo regime, Nagle (1974, p. 4) afirma que:

[...] A implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista. Ainda mais instituindo a Federação, o novo regime viu-se obrigado a recorrer às forças representadas pelos coronéis, provocando o desenvolvimento das oligarquias regionais que, ampliando-se, se encaminharam para a “política dos Governadores”. Assim os “homens mais importantes do lugar”, pelo seu poderio econômico, político e social, mantiveram-se mais fortemente ainda como chefes das oligarquias regionais e dessa forma atuaram como as principais forças sociais no âmbito dos governos estaduais e federal.

⁴ De acordo com Carvalho (2004, p. 30), o pensamento positivista foi marcante no fim do século XIX e início do século XX no Brasil. No campo educacional, essa influência foi caracterizada por Durkheim, para quem “a ação pelas gerações adultadas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio espacial a que a criança particularmente se destina”. DURKHEIM, E. *Educação e sociedade*. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p. 41.

⁵ A doutrina liberal se fundava nos princípios da individualidade, liberdade, propriedade, igualdade e democracia. Opunha, à ordem “iníqua” que combatia, fundada na desigualdade “herdada”, a ordem capitalista que, respeitando as desigualdades “naturais”, consubstanciava-se numa sociedade hierarquizada, porém justa e, para tanto, “aberta”. A noção de sociedade aberta, concebível apenas numa ordem econômica caracterizada por uma diversidade crescentemente complexa de tarefas, funções e papéis sociais, implicava a possibilidade de mobilidade social com base nos “méritos” individuais. Daí, como consequência lógica, o pensamento liberal desembocou na defesa da “escola pública, universal e gratuita”, como condição indispensável para a garantia de igualdade de direitos e oportunidades que justificava, em última instância, a desigualdade social “justa” porque “natural” (XAVIER, 1990, p. 60).

As condições políticas estavam sendo perpetuadas com a manutenção de um imobilismo estrutural que, embora demonstrasse claros sinais de abalo, estava longe de ruir, pois o Estado brasileiro nesse período se encontrava entregue a uma composição de poder restrita e dominadora. Alastrava-se pelo país uma política baseada nos jogos de poder e interesses que iriam marcar sua história. Paralelamente a esse quadro político, o capitalismo e a industrialização no Brasil davam os primeiros indícios de desenvolvimento. Vários fatores se apresentaram favoráveis à implementação da dinâmica capitalista e, conseqüentemente, da industrialização. Dentre esses fatores, podemos destacar a abolição da escravidão e a chegada de grandes contingentes de imigrantes europeus, acompanhados de uma tímida expansão urbana, o que propiciou “[...] a aceleração do ritmo de crescimento do capitalismo [...] em particular da indústria, [com] uma grande massa de braços livres aumentando assim a superpopulação relativa, condição de grande importância para o desenvolvimento industrial” (BASBAUM, 1962, p. 92).

Outro fator preponderante para a consolidação do capitalismo foi o aumento da imigração e da população em geral. Nesse sentido, é notória a contribuição dos imigrantes no desenvolvimento da nação brasileira. Essa contribuição se deu tanto no fornecimento de mão-de-obra para as grandes lavouras e no crescente processo de urbanização e industrialização do país. Além da leva de imigrantes que veio para o Brasil, objetivando trabalhar com os grandes produtores de café, temos aqueles que adentraram o país valendo-se do momento de franca expansão industrial, com o intuito de fazer fortuna através da instalação de pequenas manufaturas, concentrando aqui seus investimentos. Devido ao exposto, a imigração passa a se consubstanciar como uma nova fonte de capital, dando um novo impulso à industrialização brasileira. Produzindo mercadorias e acumulando fortunas, muitos imigrantes se transformaram em verdadeiros ícones do capitalismo nacional. Basbaum (1962, p. 91) ressalta que:

Imigrantes industriais, enérgicos, ávidos de fortuna, quase todos italianos ou sírios, ao ser extinta a escravidão, começaram a chegar em leva. E muitos deles aqui instalaram pequenas manufaturas que em poucos anos se transformaram, pelos lucros obtidos, em grandes indústrias. Essa é a origem da segunda fase de impulso e progresso capitalista do país e a fonte mais importante de acumulação capitalista em nosso país. É a época dos Matarazzo, Filizola, Morganti, Jafet, Abdala, Klabin e tantos outros que ainda hoje constituem os expoentes do capitalismo nacional.

O processo de desenvolvimento do Brasil a partir do século XIX dependeu, também, do crescimento da população. Basbaum (1962–6, p. 139) salienta que “[...] o simples crescimento da população gera não apenas novas condições de vida *social*, mas também transformações no

modo de produção, maior polarização das classes e, conseqüentemente, efeitos históricos”. Além dos fatores já enfatizados, destaca-se a Primeira Guerra Mundial, cujos reflexos incidiram, também, no desenvolvimento capitalista.

Durante pelo menos quatro anos, grandes capitais que emigravam habitualmente para a Europa, pela importação e pelo turismo dos nobres e entediados fazendeiros, e pelas remessas dos imigrantes aos seus países de origem, ficaram no país. Esse dinheiro tomou novos rumos e grande parte foi aplicada na criação de novas indústrias. (BASBAUM, 1962, p. 93).

Apesar de inúmeras situações favoráveis à consolidação do capitalismo, esse processo não se deu de maneira incontestada. Afinal, economicamente, o Brasil vivia uma fase de transição que Nagle (1974, p. 12) caracterizou como “[...] período intermediário entre o sistema agrário-comercial e o urbano-industrial”. É no bojo desse sistema urbano-industrial emergente que começam a surgir as contradições sociais, afloradas com o advento da República. Isso ocorre porque a sociedade brasileira se apresentava marcada por profundas desigualdades e, nesse sentido, teve que ser reestruturada. Para isso, plantou-se a idéia liberal de igualdade para todos, pois essa nova ordem econômica necessitava da colaboração das massas, para tanto se exaltava o espírito de igualdade e participação em prol do desenvolvimento do país. Com base nessas constatações, podemos perceber que o povo, que até então seguia o curso da história à margem dos acontecimentos, foi chamado a participar da grande marcha rumo à modernidade. Dessa maneira, inicia-se uma reformulação ampla e abrangente da ordem social, disseminando, para tanto, novas influências ideológicas.

O cenário nacional trouxe conseqüências para Minas Gerais em sua luta pela hegemonia no poder, tencionando, com São Paulo, a disputa pelo controle político do país:

São Paulo tem como base de sustentação de sua importância política a economia — a maior renda do País, extraída do café. No caso de Minas, a segunda força econômica do País, seu prestígio político se deve, especificamente a sua capacidade de colocar-se dentro da política dos governadores. (PEIXOTO, 1983, p. 50).

É importante elucidar que os mineiros eram hábeis no jogo político, nas manobras e nas barganhas, visando sempre a seus próprios interesses. Essa prática de troca de favores e a simbiose estabelecida entre os referidos estados em diversas ocasiões são situações comuns no período republicano, pois:

Os mineiros têm na política a única maneira de fazer valer seus direitos em nível nacional, num período em que um federalismo desigual favorecia os Estados mais fortes. Em outras palavras, Minas não tinha outra opção que a de representar um papel central na política do País, “arena” em que poderia utilizar seu papel para defender ou promover interesses próprios. (PEIXOTO, 1983, p. 51).

Minas Gerais, no período de 1889 a 1930, fez por três vezes o presidente da República, mantendo-se no cenário nacional como instância política de grandeza decisiva na esfera federal. No que concerne ao destaque político de Minas, isso se devia, principalmente, à sua unidade política, característica que lhe proporcionava grande poder, além de conferir, ao presidente da República, um apoio fundamental para que o sistema federativo acontecesse de maneira efetiva.

Além dos aspectos sociais e políticos ressaltados há pouco, Minas Gerais, juntamente com outros estados da federação, também se destacou no campo educacional. Valendo-se da situação conjuntural que, de maneira geral, preconizava a disseminação da educação, o Estado desenvolveu um programa em favor da propagação de escolas primárias e elaborou reformas educacionais com repercussão nacional. Entretanto, apesar dos esforços e do empenho do estado na divulgação de movimentos em prol da educação, a situação educacional não apresentava, de maneira efetiva, avanços significativos. Para compreendermos a dimensão real dessa expansão educacional, torna-se imperativo analisarmos alguns dados censitários provenientes do recenseamento de 1920, que nos fornece dados relevantes acerca de Minas Gerais no período estudado, como podemos observar na Tabela 1.

Em relação ao grau de instrução da população total de Minas Gerais, ainda de acordo com os dados do recenseamento de 1920, podemos extrair os dados a seguir, na Tabela 2.

TABELA 1
População de Minas Gerais — Censo 1920

POPULAÇÃO	QUANTIDADE
Brasileiros	5.800.161
Estrangeiros	88.013
Homens	2.981.806
Mulheres	2.906.368
População total	5.888.174

Fonte: REVISTA MINEIRA DO ENSINO, 1928a, p. 79.

TABELA 2
Grau de instrução da população de Minas Gerais — Censo 1920

GRAU DE INSTRUÇÃO	QUANTIDADE
Sabem ler e escrever	1.216.641
Não sabem ler nem escrever	4.671.533
Porcentagem de analfabetos	79,3%

Fonte: REVISTA MINEIRA DO ENSINO, 1928a, p. 79.

TABELA 3
Despesas com a instrução em Minas Gerais — 1916 a 1926

ANO	QUANTIDADE
1916	5.752:538\$688
1917	6.495:538\$501
1918	6.818:526\$797
1919	6.013:606\$823
1920	6.343:541\$097
1921	6.991:931\$351
1922	7.909:706\$318
1923	8.142:700\$538
1924	10.153:423\$981
1925	12.222:176\$412
1926	21.642:192\$800

Fonte: REVISTA MINEIRA DO ENSINO, 1928a, p. 79.

Com base nesses dados, podemos perceber que a situação do Estado em relação à instrução de seu povo se encontrava em consonância com o estado geral da Nação, que era de uma enorme massa de analfabetos. Diante de dados tão alarmantes, a precariedade do ensino passou a demandar mais atenção, exigindo investimentos dos governantes para se expandir a educação primária de maneira mais abrangente. Esse processo demandaria muita atenção e custaria caro aos cofres públicos. Todavia, entre 1916 e 1926 houve um investimento crescente no setor pelo governo de Minas Gerais, como mostra a Tabela 3.

1.1 Primeiros movimentos em prol da instrução pública

Cabe dizer que o investimento gradativo do Estado no campo educacional explicitado na Tabela 3 comprova, teoricamente, a positividade do investimento do Estado no que diz respeito à instrução primária. Nesse sentido, em 1928, os dados referentes à educação das crianças se encontravam dispostos pelo articulista da *Revista Mineira de Ensino* (1929, p. 97; 98) da seguinte maneira:

O recenseamento de 1920 deu-nos para uma população total de 5.888.174 habitantes: crianças de 0 annos: 203.789; crianças de 9 annos: 141.851; crianças de 10 a 14 annos: 784.851. Mediante o calculo acima utilizado, encontraremos 824.427 habitantes de 8 a 12 annos, ou seja, 14% do total. A esta ultima taxa, estando a população do Estado calculada em 31 de dezembro de 1928 em 7.308.853 habitantes, as crianças de 8 a 12 annos serão provavelmente em número de 1.023.239, devendo marcar essa cifra o limite a que deve atingir a capacidade do aparelhamento integral à obra em que estamos empenhados, de efficiente instrução e educação das novas gerações. Ora, havendo sido divulgado, por palavra auctorizada, que a organização escolar mineira comportará este anno 500.000 allumno do curso primário, é obvio que já estamos a meio da jornada civilizadora que nos cumpre realizar, podendo-se dizer, mesmo que já atingimos quase o limite que nos impõem as condições de dispersão em que se encontra a nossa massa demographica, devido às peculiaridades do povoamento do território mineiro.

Entretanto, a despeito dos investimentos do Estado com a instrução primária, cumpre explicitar que, a partir da interpretação do fenômeno educativo no período que antecede as primeiras décadas do século XX, podemos constatar que, no campo educacional, a história nos remete a longos períodos de precariedade no que diz respeito à instalação de escolas e ao aspecto qualitativo do ensino ministrado nessas escolas. As poucas discussões sobre o assunto, em geral, não chegavam a caracterizar um movimento em prol da expansão educacional.

Mas não podemos pensar na educação como segmento da sociedade dedicado apenas às causas educacionais. Nesse sentido, devido à conjuntura política e social de franca expansão da economia brasileira e à disseminação na sociedade das idéias liberais advindas da Europa, as discussões em torno da educação voltada para o povo começam a ser impulsionadas. Assim, as preocupações com as causas educacionais geram vigorosas discussões que apontam para a necessidade de melhoria das precárias condições do sistema escolar vigente. Várias iniciativas foram tomadas na esfera legislativa, ainda nos últimos anos de Império. É importante ressaltar que essas diretrizes tinham, sobretudo, caráter político, ou seja, colocavam os problemas educacionais no patamar dos grandes problemas de governo na esfera nacional. Portanto, exigia soluções que extrapolavam as causas educacionais imediatas que compunham a realidade e o contexto da época. Almejava-se uma mudança ampla e estrutural na esfera nacional que fosse conduzida pela União, e não de maneira isolada pelos municípios e estados federativos, como ocorria com a educação ministrada no regime imperial.

Rui Barbosa destacou-se, no período imperial e posteriormente na República Velha, nos acirrados debates em prol da instrução pública, fomentando novas inquietações para o seu tempo. Dessa maneira, a riqueza das idéias e o valor do diagnóstico acerca da situação nacional da educação presentes em seus pareceres o colocam no patamar dos grandes homens que muito contribuíram para a disseminação da grande necessidade de a educação ser colocada, sobretudo, a serviço do povo, pois, dessa maneira, o Brasil seria elevado à condição de grande nação.

No entanto, a despeito dos diversos debates e avanços ocorridos no período do Império, como os pareceres de Rui Barbosa, não houve mudanças efetivas nas precárias condições do sistema escolar existente, e essa precariedade permeou a implantação do novo regime. Dessa maneira, o grave problema da descentralização do ensino gerado pelo direito constitucional da autonomia dos estados em relação ao ensino elementar foi reafirmado na Constituição de 1891, e mais uma vez os apelos em favor de uma intervenção do governo em favor da difusão do ensino elementar foram abafados. Nota-se aqui um impasse político-ideológico. Se

considerarmos a hegemonia das classes políticas que governavam a favor de seus estados e a autonomia desses estados em relação aos assuntos concernentes à educação básica a ser ministrada nos seus municípios, conseguimos entender os diversos segmentos da sociedade que se apresentaram contrários à tentativa de delegar à União o direito de prover a educação primária e secundária como pretendia, de acordo com Paiva (1972, p. 91), o projeto de Constituição apresentado pelo governo provisório ao Congresso em 1890 e que:

Incumbia ao Parlamento, mas não privativamente, a tarefa de “animar no país o desenvolvimento da educação pública, criar estabelecimentos de ensino superior e secundário nos Estados e prover a instrução primária e secundária no Distrito Federal”. Entretanto, levado à discussão, levantaram-se vozes contrárias a esta proposta, pretendendo preservar a responsabilidade privativa dos Estados em relação aos seus sistemas de ensino do primeiro grau, dentro do espírito federativo da nova República.

Com a proclamação da República, aflora-se a disputa pelo poder no campo político, econômico, social e educacional. Assim, o confronto entre positivistas e liberais acerca de qual forma de governo deveria ser adotada a partir da instauração da república se torna inevitável. Cumpre notar que, pelas frestas da República e mesmo no período que a antecede, com a abolição da escravidão, penetraram feixes de luzes positivistas cuidadosamente articulados por quem, de alguma maneira, não compactuava com o império escravocrata. Daí decorre que, a partir das premissas do positivismo irradiadas por intermédio de quem se identificava filosoficamente com os preceitos de ordem e progresso presentes na doutrina de Augusto Comte, o Brasil se fez República.

O movimento republicano teve como grande inspirador Benjamin Constant. Para Carvalho (2003, p. 40):

Os defensores da preponderância de Benjamin Constant na proclamação representavam uma corrente política e ideológica muito distinta. A diferença aparece já nos adjetivos com que Benjamin era descrito, ou endeuado. Junto da qualificação de fundador, disputa direta com Deodoro, apareciam outras que melhor descreviam o papel a ele atribuído. Era o catequista, o apóstolo, o evangelizador, o doutrinador, o cabeça pensante [...] A ele se deveria o fato de o 15 de novembro ter ido além de uma quartelada destinada a derrubar o ministério de Ouro Preto, de se ter transformado em mudança de regime, em revolução, em salvação da pátria.

Adepto entusiasmado do positivismo, o professor e militar Benjamin Constant Botelho de Magalhães não mediu esforços para romper com os ranços políticos da antiga ordem, tornando-se, dessa maneira, protagonista de um embate político em palcos republicanos que

culminariam em mudanças efetivas na história da república. Como podemos observar, ainda nas palavras de Carvalho (2003, p. 42),

Se a república dos deodoristas resumia-se à salvação do Exército, a república da vertente Benjamin Constant queria a salvação da pátria. Ela absorvia do positivismo uma visão integrada da história, uma interpretação do passado e do presente e uma projeção do futuro [...] A história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro, passava pelo estabelecimento de uma república que garantisse as ordens materiais, entendidas como incorporação do proletariado à sociedade, e a liberdade espiritual, isto é, a quebra dos monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião, a ciência.

Benjamin Constant — então ministro da guerra no início da república e posteriormente ministro da instrução pública, correios e telégrafos — promove, já em 1890, a reforma do ensino secundário. Nesse sentido, De Lorenzo (1997, p. 75) ressalta que:

Menos utópica, e por isso mais apta a exercer efeitos concretos na cultura brasileira, foi a reforma do ensino secundário promovida, ainda em 1890 por Benjamin Constant. [...] Essa reforma tinha como objetivo essencial transformar o ensino secundário, até então mera propedêutica útil aos poucos que iriam cursar o ensino superior, em ciclo integral de formação científica e humanista nos moldes preconizados por Augusto Comte.

Dessa maneira, as iniciativas pedagógicas de Benjamin Constant extrapolaram os meios militares e o engajamento dos adeptos do positivismo no novo regime; notoriamente, fez com que essa doutrina interferisse no campo educacional, através da ação efetiva desses homens que buscaram priorizar, sobretudo, uma educação científica que pudesse refletir na evolução dos homens em seu meio social de maneira ordenada, conduzindo-os ao progresso.

Contudo, apesar de o positivismo representar, para seus adeptos, a fonte de todo conhecimento e a força transformadora do homem, a Presidência do país em 1894 foi transferida para um liberal. Todo esse desfecho representou um duro golpe para a corrente de Benjamin Constant, que foi perdendo espaço no cenário republicano. Segundo De Lorenzo (1997, p. 75),

É sabido que a bancada positivista no Congresso constituinte eleito em 1890 foi derrotada pelo liberalismo dos fazendeiros, largamente predominante na Constituição de 1891 [...]. O positivismo manteve, entretanto, ao longo da Primeira República [...] forte influência. Esta influência por sua vez, foi decisivamente afetada a partir de 15 de novembro de 1894, quando o marechal Floriano Peixoto, amargurado, mas resignado, transferiu a presidência para Prudente de Moraes, candidato único da oligarquia agrária e iniciador da república do café. A ordem republicana pela qual se tinham batido os militares positivistas assumiu, desde então, uma feição na qual lhes eram difícil se reconhecer, como militares e como positivistas.

Observa-se, pois, que, com a implantação do novo regime, ocorre a rediscussão dos problemas nacionais. Portanto, afloram-se as desestruturas, evidenciando, assim, as lacunas subjacentes ao sistema. Nesse novo contexto, a educação passa a ser vista pelos republicanos como objeto de democratização e desenvolvimento para amalgamar o povo na busca de uma unidade nacional. Desse processo, a educação eclode, de acordo com Carvalho (2004), como uma via civilizadora para formar o cidadão para uma república anunciada como forma de elevar o Brasil ao estágio de nações desenvolvidas.

Entretanto, cumpre salientar que, nesse processo educativo propugnado pelos republicanos, formar o cidadão para a República não implicou, necessariamente, educar o cidadão nos preceitos da educação como direito inalienável do homem, em que sua formação o leva a uma existência historicamente constituída através de uma cultura letrada e mais crítica. Apesar de uma educação para o homem, cumpriu-se introduzir, no universo escolar, a escolarização do homem. Esse processo reflete as condições de transformação sociais, políticas, econômicas e culturais que o país estava vivendo. Daí “[...] decorre a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica” (NAGLE, 1974, p. 100).

Esse importante papel atribuído à educação escolarizada, reprodutora das práticas sociais e mantenedora do processo civilizatório suscitou o interesse dos intelectuais e a atenção dos homens públicos, desencadeou várias reformas e colocou o problema da instrução pública como um dos mais graves do país. É importante ressaltar que a atenção dispensada à escolarização nesse momento é de cunho político, pois a Constituição Federal de 1892 reafirmava — já o explicitamos — a exclusão dos analfabetos ao direito de votar. Nesse contexto, para Nagle (1974, p. 102):

A inclusão de itens sobre a escolarização nos programas de várias organizações serviu para dar-lhes certa importância nos levantamentos dos grandes problemas nacionais. Sob esse aspecto, as atividades da Liga Nacionalista de São Paulo constituem ilustração bem adequada [...]. O que interessa é a disseminação da escola primária, nível essencial do sistema escolar, que proporciona a aquisição dos direitos políticos [...]. A importância da escolarização, nesse contexto, é derivada de necessidades políticas.

A partir do exposto, podemos constatar que as discussões oriundas do Império em torno das idéias educacionais foram revitalizadas no período republicano, delineando, dessa

maneira, um cenário de fervorosos debates que nortearam as idéias pedagógicas, o que contribuiu para o avanço da educação no país. Segundo Carvalho (2004, p. 40),

Observar-se, pois, que esse período foi um dos mais importantes para a história da educação no Brasil, quando se delinearam e firmaram idéias pedagógicas que acabaram por orientar a evolução educacional e a busca de soluções para os problemas da educação, em que se pode destacar: movimento contra o analfabetismo; busca da extensão quantitativa e da melhoria qualitativa da escolaridade; movimento pela profissionalização dos educadores e mobilização da sociedade pela difusão do ensino elementar. Entretanto, apesar de ter sido um período fértil, o país apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária.

Embora se quisesse que fosse um período que priorizasse a instrução pública para alavancar o progresso nacional, não podemos negar que a República, também, manteve o cenário de profundas desigualdades sociais e regionais. Devido a esse fato, a educação assumiu um caráter dualista, transformando-se em uma grande distorção, pois não conseguiu aplainar as contradições políticas, econômicas e sociais. E na tentativa de reestruturarem o modelo educacional, as reformas de ensino, embora consideradas como importantes por sinalizarem mudanças expressivas na educação brasileira, reforçaram o dualismo ao legitimarem os preceitos políticos que estavam sendo firmados em nome do desenvolvimento do país.

Todo esse processo fez com que as causas educacionais como aspecto social não detivessem suas especificidades nesse campo, mas migrassem para o campo político e econômico, em que foram colocadas a serviço do poder e usadas para dar sustentabilidade à ordem e ao progresso tão almejados pela elite dirigente. Buscava-se homogeneizar a cultura através de um consenso de unidade nacional; e essa unidade só seria conseguida via educação, através da instrução. Porém, uma instrução mínima necessária, ou seja, a educação primária. Afinal, o país apresentava, no início do século XX, índices alarmantes de analfabetismo, como podemos observar nos registros de Paiva (2003, p. 95): “[...] o censo de 1890 informava a existência de 85,21% de iletrados na população total (82,63%, excluídos os menores de 5 anos de idade). Portanto, nesse momento todos os esforços estavam centrados em instrumentalizar a população para suprir as necessidades do novo contexto.

As carências do país impunham a necessidade de se construírem grupos escolares e promover reformas estaduais e federais. Vale lembrar aqui que o elemento usado para amalgamar esse novo tempo de profundas modificações e que se transforma em um eixo norteador para legitimar os preceitos da classe dirigente do país é a educação. A instrução

pública passou a ser vista como instrumento que poderia viabilizar o processo civilizatório que buscava formar o cidadão para uma sociedade “democrática” de direito aos moldes do liberalismo. A partir desse momento, inicia-se um intenso debate acerca da educação no país. Essa inquietação de idéias culminou em reformas educacionais que almejavam uma maior organização e estruturação do sistema educacional brasileiro.

Dessa forma, o espírito republicano, que teve seu fortalecimento com o fim do Império, gradativamente penetrou na sociedade brasileira, e a educação passou a ser considerada, pela primeira vez neste país, como o “motor da história”, o que irá caracterizar paulatinamente o “entusiasmo da educação” e o “otimismo pedagógico”.⁶ O pensamento básico poderia ser explicado assim: todos os males estavam na ignorância reinante; a educação apresentava-se então como o problema principal do país, e a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos estaria na disseminação da instrução (CARVALHO, 2004, p. 34).

1.2 Modernização pedagógica

As discussões em torno da educação como instrução para o povo, se apresentavam como pauta central das reuniões pedagógicas realizadas a partir das últimas décadas do império. Como consequência desses debates, surge no decorrer da República Velha, um movimento empenhado em alterar os instrumentos e conteúdos pedagógicos da educação como instrução para o povo. E essas discussões em torno de uma estruturação educacional vão se materializar no “otimismo pedagógico” e “entusiasmo pela educação”. Nagle (1974) considera que o “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” foram movimentos que alavancaram fervorosos debates sobre a educação no país, culminando na criação da ABE,⁷ que, segundo suas observações, teria surgido como desdobramento do “Entusiasmo pela educação”.

⁶ “Entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” são expressões utilizadas por Jorge Nagle para caracterizar as discussões e movimentos que enfatizavam os problemas educacionais nos anos de 1920. Nesse sentido, o autor afirma: “Uma das maneiras mais diretas de situar a questão (educacional) consiste em afirmar que o mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento do inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)” (NAGLE, 1974, p. 99).

⁷ De acordo com os registros de Carvalho (M. M., 1998, p. 53–4), “Em outubro de 1924, um grupo de treze intelectuais cariocas fundou, em uma sala da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação... Estatutariamente, a Associação atribui-se objetivos pedagógicos: promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperar em todas iniciativas que tenham direta e indiretamente esse objetivo”.

O entusiasmo pela educação e otimismo, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começou por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistiam em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem aquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. A passagem de uma para outra dessas situações não foi propriamente gerada no interior desta corrente ou daquele movimento. Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, prepararam o terreno para que determinados intelectuais e “educadores” — principalmente os “educadores profissionais” que apareceram nos anos vinte — transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de informação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira. (NAGLE, 1974, p. 101).

Em 1924, surge a Associação Brasileira de Educação (ABE), formada por um grupo de intelectuais que tinham como objetivo sensibilizar o poder público e os educadores quanto aos profundos problemas educacionais existentes no país, como ressalta Carvalho (1998). Tratava-se de organizar um amplo movimento de opinião pública voltado para as questões educacionais; e, para tal fim, o discurso cívico e a propaganda da educação eram também os discursos principais. Em relação ao trabalho realizado pela ABE e sua organização, em dimensões gerais conseguimos extrair, de um artigo publicado na *Revista de Mineira do Ensino* (1928a, p. 41–2), interessantes e esclarecedoras observações:

Uma das organizações que está atraindo a atenção pública para os problemas pedagógicos é a Associação Brasileira de Educação. Organizada em 1924, esta Associação conta actualmente para mais de cem membros, ramifica-se em associações filiais por quatro Estados e tem delegados em quatro outros, sendo o Rio o seu quartel-general. O rápido desenvolvimento da associação e a influencia que ella exerce demonstram que, quando um pequeno grupo apprehendeu a cruzada educacional, há quatro annos, a occasião era propicia para esse esforço.

Por iniciativa da ABE, as discussões em torno das causas educacionais vão sendo ampliadas, uma vez que a associação passa a promover as conferências nacionais de educação, reunindo nessas ocasiões representantes de vários estados. Nessas assembléias, os “acalorados” discursos ressaltavam a importância de se preservarem os valores morais, os sentimentos patrióticos e o inestimável valor da educação na grande obra da reconstrução da nação brasileira. A dimensão e o largo alcance desses pronunciamentos podem ser observados na sessão inaugural da Segunda Conferência Nacional de Educação, realizada na cidade de Belo Horizonte, em novembro de 1928. Na ocasião, Antonio Carlos, presidente do Estado de

Minas Gerais, proferiu um discurso publicado pela *Revista Mineira de Educação* (1928a, p. 28–31).

Ao inaugurar os vossos trabalhos, nesta solemnidade com que a causa da educação nacional honra, ainda uma vez, esta casa e esta cidade, eu vos dirijo as melhores saudações do povo mineiro, congratulando-me convosco, e com elle me rejubilando, por este notável e significativo emprehendimento, em que se renova a robusta affirmação do alto espírito publico que vos anima e vos inspira nesta obra de fecunda indagação, de esclarecidos debates e de decisões da maior importância para o presente e, particularmente, para o futuro do povo brasileiro — da sua cultura, da sua civilização, dos valores Moraes e materiaes, cujo ininterrupto crescimento augmenta, a Ada hora, sobre a terra immensa de que está na posse, a mancha de occupação útil e de densidade de trabalho e riqueza. [...] Felizmente começa a diffundir-se pelo paiz, em parte devido ao vosso apostolado, a consciência da importância e do relevo desse problema no concerto dos muitos que nos cumpre enfrentar na obra da construção material e espiritual do Brasil. [...] Da educação nacional, portanto, depende a formação da consciência nacional. Não é sómente sobre os indivíduos que a escola imprime o sello do seu character. Por elles e através delles a sua influencia se estende e se irradia sobre a sociedade e sobre as instituições do tempo, forjando os moldes em que há de situar e mover o espírito publico da época, ao qual a educação confere seus princípios, os seus pontos de apoio e suas directivas e, por conseguinte, o valor e a autoridade que venha a exercer no governo e na direcção do paiz. Cada nação terá o espirito publico correspondente ao seu systema de educação.

Embora a ABE representasse uma luta ideológica que atravessaria o tempo, também se apresentou — segundo Carvalho (1998) — como elemento reestruturador dos mecanismos de controle da população urbana, reforçando, assim, o “velho” em nome do “novo”. Dessa forma, buscou-se formar uma elite “esclarecida”, ciente dos aspectos relevantes da educação, que almejava elaborar e executar um projeto educacional para o país. Assim, a ABE cumpria, ainda segundo essa autora, um compromisso firmado estatutariamente de constituir-se nacionalmente como órgão coordenador e incentivador de iniciativas.

É forçoso constatar que, apesar do inegável avanço na luta pelas causas educacionais que a ABE desencadeou, seu discurso foi sedimentado na questão da “formação da nacionalidade”. Assim, projetou-se a escola como “[...] instância de homogeneização cultural por via da inseminação de valores e da formação de atitudes patrióticas” (CARVALHO, 1998, p. 44). Todo esse processo se transformou — nos termos de Carvalho (1998, p. 44) — em “[...] um programa mais amplo de ação social num restrito programa de formação”, ou seja, a educação é transformada em elemento essencial de controle e organização social.

Assim, a ABE disseminou no país discursos cívicos para, através da unidade nacional, introduzir, via educação e em nome do progresso, um novo modelo de “homem” que

atendesse às atuais necessidades do novo tempo e, para isso, seria necessário uma verdadeira campanha de saneamento que extirpasse da sociedade todos os males. Considerando esse aspecto, Carvalho (1998, p. 145) afirma que:

Condensando os males do país da metáfora de um brasileiro indolente e doente e as esperanças da erradicação desses males na ação de uma “elite” dotada de poderes demiúrgicos, o discurso cívico da ABE é discurso profilático erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento.

É interessante observar que, historicamente, os acontecimentos se apresentam, muitas vezes, entrelaçados. Em outros momentos, transformam-se em instrumentos que alavancam e impulsionam outros acontecimentos de maior porte, que se tornam mais significativos e, desdobrando-se a partir de uma matriz ideológica, criam um “corpus” e tomam uma direção por si mesmos. Nesse sentido, podemos dizer que o entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico e até a criação da ABE desencadearam, através de manifestações culturais, intensos debates que se alastraram pelo país, reforçando cada vez mais a crença no poder regenerador e reestruturador da escola e consubstanciando-se, portanto, em reformas e movimentos que marcaram nossa história.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que, entre as reformas educacionais criadas no decorrer do período republicano, destacam-se as ocorridas no estado mineiro no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que, em 1926, assume o cargo de governador, tendo Francisco Campos como secretário de Estado de Negócios de Interior.

Considerando a escola como importante instrumento de reconstrução social, Antônio Carlos e Francisco Campos propõem, no decorrer do governo, uma ampla reforma do sistema escolar mineiro. Como explicita Peixoto (1983, p. 94),

Passando à história como “Reforma Educacional Francisco Campos” numa homenagem a seu autor, consubstancia-se ela nos seguintes documentos: Regulamento do Ensino Primário (decreto-lei n. 7.970^a de 15/10/1927), Regulamento do Ensino Normal (decreto-lei n. 5.162 de 20/1/1928), Programa do Ensino Primário (decreto-lei n. 8.225 de 11/2/1928) e o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento (decreto n. 8.987 de 22/2/1929).

Frente às necessidades de reestruturar os processos educativos através da reconstrução do aparelhamento público em Minas Gerais, elucidados em sua plataforma de governo, Antônio Carlos aprova o Regulamento do Ensino Primário, assinado e expedido por Francisco Campos, através do decreto n. 7.970 de 15/10/1927. Em consonância com as idéias da Escola

Nova, norteadada pelos princípios de John Dewey, Francisco Campos, na introdução da proposta do regulamento enviada ao governador, ressalta:

A escola é um órgão da sociedade a que pertence: por ella se manifestam os ideaes e as aspirações, bem como os hábitos e o lastro de tradições e costumes, que, transmitidos pela educação asseguram a continuidade do desenvolvimento humano. Mas, se a escola é um órgão da sociedade que se acha inserida e de que ella exprime a physionomia própria e inconfundível, é também um instrumento pelo qual os ideaes e aspirações de cada época actuam sobre a sociedade, modelando-a, affeioando-a e transformando-a no sentido das tendências que a solicitam para uma nova ordem intellectual e moral, em cujo plano encontre mais ampla satisfação e quadro de linhas mais harmoniosas e mais claras no jogo dos interesses humanos, tão contradictorios e complexos. Em continuidade com a vida que a rodeia, e de que ella não é senão um centro em que a materia social se condensa e clarifica, a escola realiza, assim, a sua dupla finalidade educativa. (MINAS GERAIS, 1927, p. 4).

Levar a vida para a escola, aproximando-a, dessa maneira, da sociedade. Eis o princípio que norteia o regulamento. Nesse sentido, as diretrizes estabelecidas acerca dos métodos e processos de ensino buscam priorizar um programa de ensino organizado de acordo com o interesse da criança. Assim, a escola não se destina apenas a instruir, mas se traduz também em uma forma de vida em sociedade. A partir do exposto, o Regulamento do Ensino Primário discorre, no art. 251 (MINAS GERAIS, 1927, p. 123):

A escola não se destina apenas a ministrar noções, mas é também uma forma de vida em commum, cabendo-lhe preparar a creança para viver na sociedade a que pertence e a comprehender a sua participação na mesma, para o que é indispensável introduzam-se na escola os usos e processos da vida em commum, transformando-a de classe sem sociabilidade em uma sociedade em miniatura. Paragrafo único. Para esse fim os processos de ensino devem ser o mais possível socializados, estabelecendo-se entre o professor e os alumnos e entre estes uns com os outros cooperação, uma verdadeira cooperação no estudo, nas lições e nas experiencias, de maneira a manter sempre activo o espírito de classe e a despertar nos alumnos o estimulo que resulta do sentimento de sua collaboração no desenvolvimento das licções.

Nesse sentido, em oposição à antiga organização escolar, os novos moldes da reforma deveriam adaptar a escola aos planos da realidade e da vida, tendo o método e os processos de ensino como alicerce das bases da organização escolar. Entretanto, para colocar a educação como fundamento de toda a organização político-cultural de seu tempo e renovar seus quadros intellectuais e morais, seria de fundamental importância investir na reforma do professorado, como esclarece Francisco Campos na introdução da proposta do regulamento enviada ao presidente do Estado de Minas Gerais em 14 de outubro de 1927:

A formação do professor é o problema a cuja solução se acha condicionada a solução do problema da instrução primária. Esta reforma, portanto, somente se completará com a reforma do ensino normal, que pretendo apresentar a v. exc. dentro de dois meses. (MINAS GERAIS, 1927, p. 4.).

E mais, em seu discurso de agradecimento às homenagens recebidas do professorado mineiro em dezembro de 1929, Francisco Campos (REVISTA MINEIRA DO ENSINO, 1929, p. 34) sintetiza o verdadeiro sentido da reforma educacional que ele ministrou:

Renovação de métodos e de processos de ensino, classificação de valores pedagógicos e humanos, mudança de directivas de valores e de centros de trabalho, reorganização de interesses intellectuais e affectivos, recomposição e prolongamento e perspectivas, enriquecimento e ampliação de horizontes mentaes, modificações na compreensão do mundo escolar e nas suas articulações espirituaes com o plano de vida e da acção, elementos estes todos, de cuja integração resulta, seguramente, não apenas um modo novo de compreender a escola, senão também de compreender o mundo; não apenas uma pedagogia, mas, também e sobretudo, uma philosophia.

Entretanto, para Peixoto (1983), a amplitude e o sentido da Reforma Francisco Campos, que atingiu o ensino primário e normal, justificou-se pela posição estratégica ocupada pela educação em seu programa de governo. Neste — ressalta Peixoto —, a democracia significa a ampliação do direito de voto a todos os cidadãos, entendendo-se por cidadão o indivíduo escolarizado e formado. Assim, a ampliação do voto se dá através da ampliação da escolaridade primária. Nesse sentido, a renovação do sistema escolar refletiu diretamente na estrutura da sociedade vigente, criando uma nova estrutura político-social capaz de aplainar as diferenças e arrefecer os conflitos sociais, tendo a escola instrumento mediador desse processo.

A mobilização educacional do Estado mineiro constituiu um marco que extrapolou as fronteiras do Estado, e, em 1931, Francisco Campos elabora — agora em nível federal — aquela que passou para a história como Reforma Francisco Campos. Seguindo as mesmas diretrizes do Regulamento do Ensino Primário, sobre o qual discorreremos antes, essa reforma sugere medidas que afetam diretamente o processo educativo e assume para si a responsabilidade de conduzir o país no âmbito educacional, sendo a primeira a oferecer uma estrutura orgânica à educação, visto que até então não existia uma unidade educacional nacional. Quanto a isso, Xavier (1990, p. 82) faz as seguintes observações:

Até a década de 30, a estrutura do ensino existente não estava organizada à base de um sistema nacional. Herdeiro da descentralização imperial, o ensino estava organizado em sistemas estaduais, sem articulação legal com o sistema central, funcionando relativamente independente de uma política nacional de educação.

Cabe salientar que essa reforma estava sendo imposta em todo o território brasileiro, ou seja, a legislação de ensino teria que ter aplicabilidade em todo o país. Com isso, o problema educacional seria discutido e resolvido de maneira ampla, e não somente no interior dos estados, como vinha ocorrendo até então.

Apesar de a Reforma Francisco Campos teoricamente ter sido uma reforma ampla, ela também representou um marco que iria consolidar o dualismo educacional ao estabelecer o exame de seleção obrigatório como condição básica para se ingressar no ensino secundário. Todo esse processo reforçou uma educação elitista e discriminatória, aumentando a lacuna já existente entre o ensino primário e o secundário. E, mais uma vez, a expansão do ensino e sua renovação ficaram subordinadas ao jogo de forças oriundos da estrutura do poder. No seu discurso de posse na Secretaria dos Negócios do Interior, Francisco Campos (REVISTA MINEIRA DE EDUCAÇÃO, 1926, p. 73) deixa claro que “É obra do ensino profissional preparar elites para o mercado, assim como o ensino clássico prepara elites para a vida pública... ambas colaboram cada qual na sua esfera, na grande obra coletiva de formação e de emancipação nacional”.

Outro aspecto — e talvez o mais relevante de todos — foi o *Manifesto dos pioneiros da educação nova*.⁸ Esse manifesto, elaborado em 1932, por Fernando de Azevedo⁹ e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de “renovação educacional”, já de início enfatiza a importância da relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento e destaca a primeira como sendo fundamental, o carro-chefe do desenvolvimento e um dos principais problemas do país.

⁸ Os educadores liberais sustentavam o papel primordial do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo. Propunham o corte de subvenção do Estado às escolas religiosas e a restrição do ensino religioso às entidades privadas mantidas pelas diferentes confissões. O ponto de vista dos educadores liberais foi expresso no *Manifesto dos pioneiros da educação nova* ou simplesmente, *Manifesto da Escola Nova*, lançado em março de 1932. Seu principal redator foi Fernando de Azevedo, destacando-se também os nomes de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, entre outros. O manifesto constatava a inexistência no Brasil de uma “cultura própria” ou mesmo de uma “cultura geral”. A partir de uma análise das finalidades da educação, propunha a adoção do princípio de “escola única”, concretizado, numa primeira fase, em uma escola pública e gratuita, aberta a meninos e meninas de 7 a 15 anos de idade, onde todos teriam uma educação igual e comum (FAUSTO, 1997).

⁹ Fernando de Azevedo, quando moço, estudou em colégios de padres jesuítas, onde recebeu sólida formação cultural, seguindo logo depois para o bacharelado em direito, iniciado em Belo Horizonte e concluído em São Paulo, em 1917. Ao longo de sua vida, ocupou diversos cargos públicos importantes. Desenvolveu também uma série de atividades educacionais e culturais, das quais se destacam: o de redator e crítico do jornal *Estado de S. Paulo*, onde divulgaria, em 1926, resultados de pesquisas acerca da problemática educacional brasileira e defenderia a criação da universidade no Brasil; o de reformador da instrução pública no Distrito Federal, no período de 1928 a 1930; fundação da Companhia Editora monumental “Brasileira”, entre 1931 e 1946; foi também responsável pela redação do *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, em 1932, bem como relator do anteprojeto e do projeto de decreto-lei que instituiu a Universidade de São Paulo (GATTI JÚNIOR, 1996).

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe pode disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2004, p. 38).

Entretanto, o *Manifesto dos pioneiros* teve suas vitórias e suas derrotas. Apesar de estar engajado na luta pela educação estruturada e orgânica e de ter consciência da defasagem existente entre a escola e o desenvolvimento, o manifesto não se comprometia com a luta pela redução dessa defasagem. Fica claro que esse documento não questionava a nova ordem que estava sendo implantada; ao contrário, ele propunha a adequação do sistema educacional a essa nova ordem.

Se, por um lado, o manifesto proclamava a educação como direito individual que deve ser assegurado a todos; por outro, não se preocupou com a sistematização da mesma. Entretanto, essa racionalidade gerou certa irracionalidade. Embora se lutasse por uma educação que fosse direito de todos, não havia condições de permanência dentro do modelo de ensino que estava sendo implantado a partir dos anos de 1930.

Embora o manifesto tenha refletido sobre as incoerências de seu tempo, não foi capaz de vencer as inconsistências do sistema escolar recém-implantado. No entanto, é preciso admitir que o propósito dos pioneiros da educação “[...] representou a reivindicação de mudanças totais e profundas na estrutura do ensino brasileiro, em consonância com as novas necessidades do desenvolvimento da época”. (ROMANELLI, 1987, p. 150). A formação profissional do professor brasileiro ainda estava restrita aos velhos valores do humanismo cristão; não havia, nas poucas escolas superiores, a introdução dos conhecimentos biológicos e psicológicos que norteavam a teoria escolanovista e o seu ideal político. Diferentemente de algumas leituras simplificadoras, o movimento escolanovista não era destituído de percepção social:

As raízes da reforma escolar de nosso tempo encontram-se, de fato, nessa dupla ordem de fundamentos: primeiro, maior e melhor conhecimento do homem, mediante a análise das condições de seu crescimento, desenvolvimento e expansão individual; depois, maior consciência das possibilidades de integração de novas gerações em seus respectivos grupos culturais. (LOURENCO FILHO, 1978, p. 23).

Escritas originalmente em 1929, as palavras desse autor parecem não ser levadas em conta, pois até bem pouco tempo atrás era comum a crítica ao escolanovismo pela sua

oposição ao modelo escolar que preparasse as novas gerações para as ocupações profissionais necessárias para o progresso do país, como se os educadores escolanovistas se preocupassem unicamente com a formação do indivíduo. A escola deveria estar subordinada ao progresso e à prosperidade do Brasil — esse foi o motivo, vale dizer, para a produção e concentração de riquezas. Um modelo de escolarização que priorizasse também o desenvolvimento das habilidades individuais, especialmente a capacidade de pensar, poderia obstar o desenvolvimento do modelo econômico. Em suma, o que alcançou o solo da realidade brasileira foi o modelo econômico para a educação escolar, algo que desde as primeiras décadas republicanas já vinha estampado nas páginas dos primeiros jornais a circularem pelas cidades afastadas dos grandes centros e que se esforçavam, à sua maneira, para estar integradas na nova ordem, incapaz de abolir os velhos desníveis sociais.

Capítulo 2

ASPECTOS HISTÓRICOS DO POVOAMENTO DE MINAS GERAIS E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

2.1 Colonização brasileira e o nascedouro das Minas Gerais

A localização do município de Patos de Minas, seja ela do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista geográfico, está relacionada com o fenômeno do bandeirantismo. É preciso, então, iniciar a configuração do espaço da pesquisa com a investigação preliminar do evento histórico que antecede a fundação do município e explica a colonização das regiões interioranas do Brasil. Na literatura especializada, constata-se que, desde os primórdios, os bandeirantes estiveram inseridos no processo de colonização do Brasil. Mesmo nos primeiros tempos de descoberta, já era preocupação da Coroa portuguesa a posse das terras situadas nos lugares mais afastados, pois se acreditava que nessas regiões deveria haver pedras e metais preciosos. Mas é preciso admitir que a necessidade imediata foi o aprisionamento de indígenas para o trabalho escravo nas lavouras de cana-de-açúcar do Sudeste. As primeiras expedições exploratórias partiram à procura de riquezas e seguiram da costa rumo ao sertão. No transcurso do século XVI, teve início de maneira efetiva o desbravamento do sertão, quando expedições paulistanas partiram para o interior do Brasil em busca de índios. Essa caça ao gentio foi promovida devido à escassez de mão-de-obra nos engenhos do Planalto de Piratininga:

O movimento bandeirantista surgiu da necessidade de mão-de-obra dos habitantes do Planalto piratiningano. Sem condições de importar os escravos africanos que o comércio europeu colocava-lhes à disposição nos portos coloniais, utilizavam a força de trabalho indígena. (VOLPATO, 1985, p. 45).

A Vila de São Paulo se tornou o principal núcleo de irradiação das bandeiras; o conhecimento dos bandeirantes chamou a atenção das autoridades da Coroa portuguesa, que passou a utilizar de estratégias similares com o intuito de ocupação e exploração das riquezas das regiões interioranas. Assim, os paulistanos, mesmo agindo em busca de solução de seus problemas sociais, contribuíram para que os interesses da Coroa fossem atingidos. Volpato (1985, p. 53) ressalta que:

Os habitantes da Capitania de São Vicente, porém, levavam consideráveis vantagens sobre os demais: eram os melhores conhecedores do sertão de que a Colônia dispunha. Era importante para a política colonial portuguesa fazer uso desse conhecimento para atingir seu objetivo imediato, que era encontrar riquezas no Brasil. Mecanismos foram buscados no sentido de estimular os bandeirantes a marcharem para o sertão, em busca de riquezas.

Nos relatos de alguns cronistas, vários foram os sertanistas que receberam solicitações diretas do príncipe regente dom Pedro, que escreveu, pessoalmente, a alguns bandeirantes e, de forma geral, à Câmara da Vila de São Paulo, estimulando os desbravadores para que devastassem os sertões brasileiros à procura de ouro e pedras preciosas. Atendendo as solicitações da coroa, começam a surgir expressivas bandeiras, como a de Fernão Dias Paes,¹⁰ que, em busca de esmeraldas, permaneceu quase oito anos no sertão. Várias foram as jornadas sem sucesso pelo interior do sertão até a descoberta de ouro na região de Minas Gerais, nos últimos anos do século XVII. A notícia do “eldorado” ecoou pela colônia, rapidamente ultrapassou as fronteiras e ganhou o mundo. Ainda segundo Volpato (1985, p. 93):

Independente de quem tenha sido realmente o primeiro a encontrar ouro no sertão dos Cataguases e qual o ano exato desse acontecimento, rapidamente a notícia do Eldorado se espalhou pela Colônia e chegou à Europa. Inúmeros foram os que na esperança do rápido enriquecimento abandonaram casas, famílias e roças e seguiram para a zona de mineração.

O interesse despertado pela existência de riquezas minerais aumentou sobremaneira o fluxo de pessoas, e em curto espaço de tempo a região mineira se encontrava superpovoada e exposta a inúmeros problemas: uma vez que não era habitada anteriormente, não tinha estrutura para receber tantos forasteiros. A consequência imediata desse fenômeno foi a violência decorrente da falta de planejamento para a explosão demográfica, que trouxe consigo a fome e a desordem, deflagradas pela carência de gêneros de abastecimento e ausência de infra-estrutura. Entretanto, o fluxo de pessoas em torno das Minas era cada vez maior, como se constata na leitura de Antonil (1982, p. 167):

Cada ano vêm, nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.

¹⁰ “Era Fernão Dias um homem de excepcional têmpera. Propondo-se à conquista de esmeraldas e da prata do Sabarabuçu, considerava sua tarefa um dever acima dos interesses materiais que lhe pudessem provir. Prezava, mais que tudo, a glória do feito, inflamado de um estranho idealismo que o fazia antepor o propósito a todas as conveniências, mesmo as de ordem sentimental.” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 21).

Durante o século XVIII, a região aurífera se tornou o centro absoluto das atenções da colônia e de Portugal. A descoberta de ouro desencadeou uma verdadeira corrida às jazidas, e em torno das riquezas extraídas da terra ocorreram grandes disputas e até guerras. A mais importante delas foi a guerra dos emboabas (1708–9). Nesse confronto armado, os paulistas e os reinóis, que eram forasteiros que chegaram depois dos paulistas para explorar as minas, disputaram, através das armas, o direito de exploração do ouro. O conflito culminou na interferência da Coroa, que criou, em 3 de novembro de 1709, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro e ampliou seu controle sobre a região, como afirma Volpato (1985). Com essa medida, a Coroa investia fundo no sentido de impor sua autoridade na região das minas. Paulatinamente, a presença dos chefes da nova unidade se tornou imperativa nessa região. Para se acompanhar melhor os interesses da Coroa e controlar a rebeldia pungente na zona de mineração, a região, que hoje compreende o estado de Minas Gerais, foi desmembrada da província de São Paulo, em 1720. Cada vez mais a administração colonial alargava seus domínios, e gradativamente o controle da Coroa se consolidava.

Sobre a colônia descem as sufocadoras garras da administração colonial, cortadas nos conselhos do reino, sem respeito pelas peculiaridades do trópico [...] O Estado sobrepõe-se, estranho, alheio, distante à sociedade, amputando todos os membros que resistissem ao domínio [...] Nenhum contato, nenhuma onda vitalizadora flui entre o governador e as populações: a ordem se traduz na obediência passiva ou no silêncio. (FAORO, 1975, p. 164–5).

Os caminhos traçados no decorrer do processo de expansão territorial avançaram pelo interior do Brasil. Os bandeirantes devassaram os sertões brasileiros, deixando rastros de povoamento por onde passavam. Ao palmilharem as terras tupiniquins em busca de mão-de-obra indígena e riquezas, esses desbravadores expandiram as terras brasileiras e, ao descobrirem as minas de ouro, abriram caminho para a configuração das Minas Gerais.¹¹ No lastro das Gerais, a descoberta de ouro exigia, por sua vez, a fixação de povoamento para sua extração. Nesse sentido, a explosão demográfica ocorrida concomitantemente com a explosão aurífera gerou uma grande mobilidade da população brasileira.

Todo esse processo propiciou o surgimento de diversos povoados, vilas e arraiais mineiros, como o Arraial de Paracatu (1798), atual cidade de Paracatu. Em relação ao exposto, Prado Júnior (1999, p. 71–2) faz o seguinte relato:

¹¹ “O distrito das Gerais, onde, nos séculos XVII e XVIII, foram descobertos os riquíssimos depósitos de ouro, é constituído por um grande planalto, formado principalmente pela serra da Mantiqueira e suas ramificações. Vai declinando suavemente a oeste, em direção ao rio Grande, e às cabeceiras do São Francisco, ao norte e ao nordeste, respectivamente, acompanhando as águas do rio das Velhas e Doce.” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 43).

O séc. XVIII abre-se com a revolução demográfica que provoca a descoberta do ouro no centro do continente: na Minas Gerais, seguidas logo por Mato Grosso e Goiás. Em poucos decênios redistribui-se o povoamento da colônia *que tomará* nova estrutura e feição. Formam-se aqueles núcleos de origem mineradora [...]. Durante toda a primeira metade do século, em que se sucedem as novas descobertas e também as explorações e tentativas malogradas, assistimos a deslocamentos bruscos e violentos que agitam e transformam a cada momento a estrutura demográfica da colônia.

A elucidação minuciosa da acelerada constituição do povoamento mineiro feita por Lima Júnior (1978, p. 38) traz observações interessantes acerca do processo de criação dos povoados:

Os povoados mineiros foram-se constituindo rapidamente. [...] começavam por um rancho de tropa onde os mineradores iam fazer suas compras em mãos de camboieiros que levavam da Bahia, do Rio ou de São Paulo, as mercadorias de consumo. Em redor desses “ranchos” fixavam-se casas de venda e como era certa a afluência de gente, sobretudo aos domingos, os religiosos iam ali ter, celebrando missas, fazendo batizados e casamentos, iniciando-se assim as capelas que sucediam faustosas igrejas.

Esse autor procura oferecer um panorama estatístico da população, ressaltando o número de pessoas que circulavam na colônia no final do século XVIII: “[...] estava o Brasil com dois milhões oitocentos e cinquenta e dois mil habitantes dos quais cabiam 650 mil em Minas Gerais, 530 mil à Bahia, 480 mil a Pernambuco, 380 mil ao Rio de Janeiro, distribuindo-se o saldo pelas demais” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 38).

A região onde atualmente está localizada a cidade de Patos de Minas fazia parte dos caminhos trilhados pelos bandeirantes que percorreram essas terras para chegar às minas de Paracatu. De acordo com registros de Mello (1971), a primeira bandeira a passar pelo local onde hoje está situada a cidade de Patos de Minas foi a de Lourenço Castanho Taques,¹² o “Velho”, em 1675. O desbravador, ao trilhar essas terras, deparou-se com índios da tribo de catuagá que viviam entre os rios Grande, Paranaíba e Paracatu. Após travar ferrenha luta com os gentios, o “Velho” saiu vitorioso e avançou sertão adentro, passando por Araxá até chegar a Paracatu:

¹² “Lourenço Castanho tomou a si, pelos seus cabedais e por força do corpo de armas, penetrar o sertão dos bárbaros índios cataguases e entrou para essa conquista com patente de governador, largando a serventia vitalícia de ofício de juiz de órfãos, que ocupava por provisão de mercê vitalícia, como tinha tido seu pai, Pedro Taques. E conseguiu o primeiro conhecimento que depois veio a produzir a fertilidade das minas de ouro.” (VASCONCELOS, 1974, p. 107).

Lourenço Castanho, porém, afeito à luta com os índios, não temeu o embaraço, que persuadia os outros o itinerário do Paraná, e já tendo a sua disposição caminho aberto até a Ibitiruna, afrontou-a no reino dos cataguá, o espantalho, que tanto retardou o conhecimento das Gerais. Dobrando a Mantiqueira, bateu-os na Conquista, como já se disse, e, os perseguindo, invadiu-lhe todo o distrito até o Araxá, por onde foi ter à serra, além do Paracatu (Rio Bom) cujo arraial iniciou, serra que até hoje conserva seu nome. (VASCONCELOS, 1974, p. 108).

Impulsionadas pelo espírito desbravador de homens como Lourenço Castanho Taques, que, ao que se consta, abriu os primeiros caminhos dessa região, muitas bandeiras passaram por essas terras, entre elas a de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera. Entretanto, até 1760, o atual território patense nada mais era que uma trilha por meio da qual se chegava a Paracatu. Nesse sentido, a região passou a ser habitada por negros fugitivos das minas de Paracatu e Goiás, como explicita Mello (1982, p. 81–2):

O Alto Paranaíba era muito procurado pelos negros fugitivos, formando diversos quilombos. O território patense, até 1760, era habitado apenas por negros fugitivos das Minas de Paracatu e de Goiás. Formavam quilombos às margens do rio Paranaíba. Os principais quilombos no território de Patos de Minas se localizavam em Babilônia e Aragões. Aquele, bem próximo da atual cidade de Lagoa Formosa e este, já a pouco mais de seis quilômetros da cidade de Patos de Minas.

Após o declínio do ouro, a agricultura e a pecuária passaram a ser o principal meio de subsistências das Minas Gerais. Todo esse processo deflagrou a necessidade de explorar e cultivar o solo e, conseqüentemente, povoá-lo. Devido ao exposto, o território mineiro foi repartido em sesmarias, processo pelo qual o governo doava terras devolutas do sertão a quem dispusesse de meios suficientes para cultivá-la. De acordo com Fonseca (1974, p. 23):

Em 1768, mais ou menos, chega o branco que por força do direito tomaria conta da terra: Afonso Manoel Pereira, viandante do caminho do Rio de Janeiro. [...] O peticionário alegou que dispunha de meios suficientes para o cultivo do terreno e requereu que lhe concedessem na dita paragem, três léguas de terra para estabelecer fazenda de gado vacum, e cavalos. O título lhe foi dado a 29 de maio de 1770.

É importante ressaltar que esse sistema de apropriação de terras através da doação de sesmarias, desencadeou a formação de grandes propriedades particulares. E, em torno destas, surgiram as capelas e, conseqüentemente, os pequenos aglomerados humanos que, mais tarde, iriam constituir os arraiais. Advém daí a escritura de doação do patrimônio feita por Antônio Joaquim da Silva Guerra e sua mulher, Luíza Correia de Andrade, datada de 19 de Julho de

1826, que foi lavrada no sítio “Os Patos”, de propriedade dos doadores com a finalidade de edificar uma igreja em homenagem a Santo Antônio (FIG. 1). Essa doação era o prenúncio da povoação denominada “Os Patos”.



FIGURA 1. Vista da antiga matriz de Santo Antônio e do povo na praça Dom Eduardo em 1916; segundo as informações encontradas nos livros de Oliveira Mello, a construção teve início em 1826, quando foi construída uma capela no mesmo local, onde anteriormente existia uma capela coberta de buriti; em 1838, foi construída a capela-mor; o corpo da capela foi construído posteriormente, e o frontispício com a torre é acrescentado em 1897; a inauguração do relógio aconteceu dia 1º de janeiro de 1914, com a bênção do padre Getúlio e discurso de Eufrásio J. Rodrigues; foi demolida em 1965 (MELLO, Oliveira. A igreja de Patos de Minas. Edição da Escola Estadual Cônego Getúlio. Patos de Minas, 1983, 60 p.)

Fonte: ADOC — PM — Acervo Documental de Imagens do Município de Patos de Minas — Arquivo: MuP — Museu da cidade de Patos de Minas.

2.2 Configuração da cidade de Patos de Minas e o surgimento da imprensa

Com base em alguns memorialistas, conseguimos identificar elementos que configuraram a constituição da cidade de Patos de Minas. A partir da análise de documentos publicados por Fonseca (1974), coletamos os dados sobre os quais vamos discorrer a seguir.

Em 1832, mediante decreto baixado pela Câmara de Paracatu, foi criado o distrito que antes se identificava como a antiga povoação “Os Patos”, passando a se denominar Santo

Antônio da Beira do Paranaíba.¹³ O pedido de elevação do distrito à categoria de vila foi formalizado em 25 de dezembro 1856. Entretanto, a espera durou dez anos, pois somente em 30 de outubro de 1866 seria promulgada a carta de emancipação, com a lei 1.291; a instalação da vila consubstanciou grande luta da população. Finalmente, em 29 de fevereiro de 1868, deu-se a efetiva instalação do município do Santo Antônio dos Patos. É oportuno se deter um pouco mais no processo de elevação do distrito de Santo Antônio dos Patos à condição de vila. A esse respeito o comentário abaixo é elucidativo:

O Arraial de Santo Antônio dos Patos, banhado por um grande rego de excelente água, mais de cento e noventa casas habitadas, cuja Freguesia tem perto de 4.000 almas, é situada em alta e aprazível planície, entre a Mata da Corda e o Rio Paranaíba, na estrada que se dirige para o Sertão dos Alegres, Santo Antônio do Garimpo, Paredão, Arraial da Catinga, Ouro-Cuia, e para a cidade do Paracatu, cujos lugares são abastecidos pelos víveres e tabaco, que superabunda a agricultura de que trata o crescido número de fazendeiros desta Freguesia, e que além dos precitados atributos, também a importação aproximada é de 120:000\$000 rs... e a exportação de 200:000\$000 rs... anualmente. [...] Os representantes esperam das mãos benéficas da Digníssima Assembléia a deliberação pretensa, como epíteto eficaz dos males que sofrem, não só acerca do expendido, como até da falta de polícia, que será reparada logo que haja uma casa de custódia, ao passo que prospera a educação pública. Deus vos guarde. Freguesia de Santo Antônio dos Patos, 25 de dezembro de 1856. (FONSECA, 1974, 77; 78).

Nos documentos examinados por Fonseca, constata-se, ainda, que, em 24 de maio de 1892, o governo da província elevou, à toque de caixa, à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas. Dessa maneira, a Vila de Santo Antônio de Patos foi uma das elevadas, pois se encontrava na condição de sede de comarca. Foi assim que nasceu a cidade de Patos de Minas, que começava a se encorpar, dando sinais de sua emancipação. Como se constata, o ato de “emancipação” emanava do poder central; logo, a autonomia das regiões estava condicionada às elites dirigentes do país, que, a despeito dos interesses dos habitantes, exercia um forte controle social e determinava as diretrizes a serem seguidas. A direção política da cidade de Patos se encontrava nas mãos dos autodenominados “homens bons”, que, almejando o progresso da cidade, conduzia o povo rumo à urbanização. Entretanto, esse processo se deu sob o jugo daqueles que concentravam em torno de si maior poder econômico

¹³ No que diz respeito à criação do distrito de Santo Antônio da Beira do Paranaíba, Fonseca (1974, p. 34) faz importante observação: “Aqui, cabe um esclarecimento. Por decreto de 13 de outubro de 1831, o Julgado São Domingos do Araxá foi elevado à vila. Mesmo como julgado, sua jurisdição abrangia Sant’Ana da Barra do Rio Espírito Santo e, portanto, a povoação ‘Os Patos’. Quanto ao município, o território pertencia a Paracatu, a cuja Câmara cabia legislar sobre o mesmo. Embora criada em 1831, a vila de Araxá só foi instalada a 7 de janeiro de 1833. Em resumo, o julgado não tinha câmara, portanto não podia legislar. Assim, até a instalação do município araxaense, Santo Antônio da Beira do Rio Paranaíba ficou obediente a Paracatu. Depois, de 1833 a 1840, a Araxá”.

e, conseqüentemente, maior poder político, fazendo emergir, juntamente com o crescimento da cidade, a hierarquia do poder.

A configuração política da região foi sendo delineada, sobretudo, em torno do embate entre duas famílias pelo poder local: os Borges e os Maciel. Curiosamente, nenhuma era oriunda do município. Os Borges migraram da cidade de Formiga; os Maciel, de Bom Despacho. Os irmãos Antônio Dias Maciel e Jerônimo Dias Maciel eram militantes do Partido Liberal de Bom Despacho, de onde — de acordo com Borges e Silva (2008) — teriam saído em função de uma “contenda” familiar cujo fundo, no entanto, era a cisão política da família: de um lado, a ala conservadora, partidária do imperador e da monarquia; de outro, os irmãos Antônio e Jerônimo, que militavam nas hostes do Partido Liberal.

A chegada do clã dos Maciel para o município marcou profundamente a história política da região. Antônio Dias Maciel (FIG. 2) fundou, em Patos de Minas, o Partido Liberal, que posteriormente se transformaria no Partido Republicano Mineiro (PRM). Além do exposto, participou ativamente da luta pela emancipação política do distrito, iniciada por líderes locais, sendo seu irmão Jerônimo Dias Maciel eleito o primeiro presidente da recém-fundada Câmara Municipal, instalada em 29 de fevereiro de 1868.

Articulados politicamente e dotados de um espírito progressista, os Maciel assumiram a liderança local, e sua influência, no decorrer do tempo, foi sendo perpetuada através dos herdeiros políticos do clã, onde se destaca a figura de Olegário Maciel (FIG. 3), que era, de acordo com registros de Borges e Silva (2008, p. 43):

Filho mais velho e herdeiro político do Coronel Antônio Dias Maciel [...]. Se projetou como líder político mineiro, ligado ao Partido Republicano. Participou, como deputado, da Assembléia Constituinte Mineira, elegeu-se como deputado federal pelo PRM, foi senador e chegou a governar Minas entre 1930 e 1933. Faleceu em 1933, na condição de Presidente da Província.

Como podemos observar, a administração política da cidade de Patos de Minas foi marcada pelas ações de uma elite liberal, militante do Partido Republicano Mineiro, que se encontrava em consonância com os ideais republicanos, buscando aplicá-los na região dentro das condições possíveis. Todo esse processo desencadeou na cidade a criação de instituições e empresas que passaram a fomentar o progresso. Na articulação da vida política local com o processo de urbanização, foram surgindo necessidades urgentes de desenvolvimento que atendessem aos diversos setores da sociedade. E o discurso progressista conclamado pelas elites apelava para a ampliação do transporte, da comunicação, da saúde e da educação, objetivando, assim, a criação de uma infra-estrutura que desse sustentáculo ao desenvolvimento e ao progresso.



FIGURA 2: (+- 1905). Coronel Antônio Dias Maciel (Barão de Araguari) era irmão do major Jerônimo Dias Maciel; nasceu em Bom Despacho (MG), em 1º de janeiro de 1826, e morreu em Patos de Minas, em 1º de julho de 1910; levam seu nome a praça Antônio Dias e O Hospital Regional Antônio Dias Maciel.

Fonte: ADOC — PM — Acervo Documental de Imagens do Município de Patos de Minas — Arquivo: MuP — Museu da cidade de Patos de Minas.



FIGURA 3. Foto de Olegário Dias Maciel tirada em 1933 — ele nasceu em 6/10/1855, em Bom Despacho, Minas Gerais; filho de Antônio Dias Maciel e Flaviana Rosa da Silva Maciel, mudou-se para Patos de Minas em 1857, onde fez seus estudos Primários; no colégio do Caraça fez os estudos preparatórios e, no Rio de Janeiro, fez o curso de Engenharia; foi deputado provincial de 1880 a 1883 e dirigiu o Município de Patos de 1883 a 1886; em 1890, foi deputado e participou da Constituinte Mineira; de 1892 a 1894, voltou a dirigir o município de Patos de Minas; foi deputado Federal, inspetor-geral dos Serviços de Vias Férreas no governo de Wenceslau Braz, dirigiu o estado de Minas Gerais por duas vezes: na licença de Raul Soares e depois da morte do mesmo; faleceu no dia 5/9/1933
Fonte: ADOC — PM — Acervo Documental de Imagens do Município de Patos de Minas — Arquivo: MuP — Museu da cidade de Patos de Minas.

Era chegada a vez da educação escolar. Surgiu, em 1825, a escola de primeiras letras na sede do município.¹⁴ Fonseca (1974, p. 123) relata que o processo de introdução da rede de ensino na cidade encontrou certas dificuldades:

A vastidão da Província, escassos meios de comunicação, as distâncias que mediavam entre os habitantes constituíam alguns dos fatores, pelos quais o governo dava maior atenção ao ensino nas regiões de formação populacional mais compacta. Outro fator, o maior, era mesmo a falta de mestres, capazes de preencher as exigências do ensino. Ainda, a pouca disposição que os mais capacitados tinham de arredar pé das cidades ou vilas mais importantes: Ouro Preto, Sabará, Barbacena, São João Del Rei e outras.

Consta, nos anais da Câmara de Patrocínio, datados de 2 de abril de 1853, o pedido para criação de uma cadeira de latim para o Arraial-freguesia de Santo Antônio de Patos. Em decorrência desse pedido, a oficialização do ensino em Patos de Minas data de 1853, ocasião em que é criada a primeira “cadeira de instrução primária”, tendo como primeiro professor Francisco de Paula e Souza Bretas, nomeado em 13 de maio de 1853, permanecendo no cargo até 1857. No que se refere à instrução, o governo enfrentou sérios problemas, pois era muito difícil encontrar professores disponíveis ou devidamente habilitados para ensinar em lugares distantes e em vilas de menor importância. Além disso, constituiu-se em problema de maior dimensão a falta das cadeiras do sexo feminino. Apesar das dificuldades, a nomeação da primeira mestra — Maria Madalena de Negreiros Maciel — ocorreu em 1868.

Posteriormente, encontramos apenas escassos registros nas atas da Câmara Municipal, solicitando a criação de cadeiras de instrução para o município de Patos, que, por sua vez, era constituído de cinco distritos: cidade, Lagoa Formosa, Santana, Areado e Santa Rita. A partir da primeira década do século XX, a situação educacional da região, de acordo com registros de Fonseca (1974, p. 134) era a seguinte:

O presidente da Câmara de Patos, Dr. Marcolino de Barros informava em 1912, o número de escolas mantido pelo legislativo municipal. Quatro escolas, sendo 3 do sexo masculino e 1 de ambos os sexos. Nas 3 primeiras, estudavam 154 alunos. Na escola mista, 36 alunos e 11 alunas. Na mesma época funcionavam 4 escolas particulares, sendo 2 do sexo masculino com 31 alunos, 1 do feminino com 23 alunas, e 1 mista com 39 alunos e 24 alunas.

¹⁴ Em relação ao ensino, Fonseca (1974, p. 123) ressalta que: “Antiga informação sobre o ensino no território patense, vem de 1825, da Sant’Ana da Barra do Espírito Santo”. Seu conteúdo, respeitada a ortografia da época, é este: “Em formação das Escolas e Estabelecimentos Leterários q. por Offício do Ilmo. Corregedor desta Comarca em viou o Ilmo. Juiz Ordinário deste Termo do Araxá = Em formação: neste Districto na ocazião prezente se acha hua escola de primeiras letras com o numero de sete discípulos, estes pagos e mantidos por seus pais ou por outras pessoas particulares, e nada a cargo da Fazenda Pública. É o que posso em formar. Hoje Coartel de Sant’ Anna da Barra do Espírito Sancto, 18 de fevereiro de 1825 = Luiz Manoel Leite, Comandante do Districto”.

Já em 1915, de acordo com Mello (1971), a educação pública primária era ministrada no município por dez escolas estaduais de ambos os sexos, assim dividida: duas cadeiras do sexo masculino e uma do sexo feminino; no distrito de Lagoa Formosa: uma cadeira do sexo masculino e outra do feminino; em Santana: uma cadeira do sexo masculino e outra do feminino; no Areado: uma única cadeira mista; e na cidade existia ainda uma escola primária particular e o Colégio São Geraldo, que ministrava o ensino primário secundário. É importante elucidar que em 1915 a construção do grupo escolar da cidade, que fora iniciada em 1913, encontrava-se em fase de conclusão. Sua instalação definitiva se deu a 4 de junho de 1917, representando um grande avanço no campo educacional, e o Grupo Escolar Marcolino de Barros¹⁵ (FIG. 4) se transformou em um imponente símbolo do progresso em Patos de Minas.

No ano de inauguração do grupo escolar, o panorama educacional do município, de acordo com documentos analisados por Fonseca (1974), informa que a instrução pública no município era ministrada em um grupo escolar edificado na cidade, em sete escolas distritais — duas no distrito de Santana, duas no distrito de Lagoa Formosa, duas no de Santa Rita, uma no Areado — e em duas escolas rurais municipais no distrito da cidade. Entretanto, como demonstramos no capítulo anterior, através de dados censitários (1920), Minas Gerais apresentava um índice de 79,3% de analfabetos. Se compararmos esse índice do Estado com o número de escolas existentes em Patos de Minas e ainda com o número de alunos que freqüentavam essas escolas, podemos perceber que, mesmo sem dados precisos sobre o número de habitantes em idade escolar no município, a grande maioria dos habitantes se encontrava à margem do processo educativo. Esse fenômeno fica evidente a partir da análise da Tabela 4, acerca da população do município no período de 1907 a 1912.

TABELA 4
População no Município de Patos de Minas — 1907–12

ANO	N. DE HABITANTES
1907	27.095
1908	27.501
1909	27.914
1910	28.332
1911	28.758
1912	29.189

Fonte: IBGE, 2007.

¹⁵ Faria (2004, p. 54) conseguiu reunir importantes informações sobre o Grupo Escolar Marcolino de Barros: “No dia 4 de junho de 1917, realizou-se, portanto, a inauguração do Grupo Escolar de Patos. A data foi festivamente comemorada, pois muitas foram às lutas para que tal fato se cedesse, desde a escolha do local, à escolha do professorado devidamente habilitado e à matrícula de crianças, que inicialmente foi de 321 alunos, sendo que 184 deram freqüência no primeiro mês. Neste cenário, o grupo escolar se apresentou aos patenses como dispositivo real e simbólico do progresso e da vida moderna e civilizada, pois representava a estrutura e linguagem de uma cultura escolar que buscava estabelecer e, ainda, como instrumento de controle e canal de propagação ideológica, capaz de materializar uma nova concepção de sociedade. Neste contexto, os grupos faziam parte de uma estratégia maior de busca de uma homogeneidade ideal num espaço ocupado de forma heterogênea”.



FIGURA 4. Antigo Grupo Escolar Marcolino de Barros, que funcionou onde hoje funciona o colégio Nossa Senhora das Graças. Decreto de criação: 27/2/1913; construção: a partir de janeiro de 1914; instalação: 4/6/1917. Em 1918, recebeu o nome de Escola Estadual Marcolino de Barros.
Fonte: ADOC — PM — Acervo Documental de Imagens do Município de Patos de Minas — Arquivo: MuP — Museu da cidade de Patos de Minas.

De acordo com as determinações da lei n. 2 do Congresso Mineiro de 14 de setembro de 1891, as despesas com a instrução eram de competência do município, como explicita Mello (2006, p. 163):

Competia à Câmara Municipal deliberar sobre: Orçamento das receitas e despesas; instrução primária e profissional; polícia local; empregos municipais; sobre divisão distrital: criação ou supressão; e sobre todos os serviços municipais que deveriam ser regulados pelo estatuto da câmara (os mesmos das Posturas da Câmara) etc.

TABELA 5
Receita anual do município de Patos de Minas
e despesas com instrução pública — 1907–9 (em conto de réis)

EXERCÍCIO	RECEITA ANUAL	DESPESAS COM INSTRUÇÃO
1907	36:236\$161	2:258\$590
1908	46:089\$150	4:260\$000
1909	26:364\$000	4:800\$000

Fonte: O TRABALHO (fev. 1907).

A análise dos balancetes anuais da Câmara Municipal de Patos de Minas publicados no jornal *O Trabalho* nos anos de 1907 a 1909, no que se refere à receita do município e suas despesas com a instrução, demonstra a maneira como o município administrava suas escolas no que diz respeito ao repasse de verbas para a manutenção das escolas da região (TAB. 5).

Apesar de educação se apresentar como prioridade dos republicanos, podemos perceber que as políticas de expansão do processo educativo não conseguiram avançar de maneira expressiva. A grande massa de analfabetos continuava a suplantar os homens instruídos, detentores do conhecimento e administradores dos bens públicos. Não por acaso, a tragédia anunciada propiciava a expansão de uma elite letrada que se encontrava à frente da organização dos municípios. Dessa maneira, paulatinamente o cenário educacional de Patos de Minas começou a se firmar como palco de manifestações culturais que prenunciavam o modelo liberal centrado na conduta e postura individuais em nome da harmonia coletiva, tão almejada pelos benfeitores de Patos: incansáveis “guardiões do progresso” que tomaram para si a missão de guiar o povo para a edificação da cidade civilizada. Idéia essa amalgamada pelos princípios da moral e dos bons costumes veiculados pela imprensa escrita do município, desde seu nascedouro, em meados de 1905.

Capítulo 3

IMPrensa E EDUCAÇÃO: RELAÇÃO DO DISCURSO COM AS PRÁTICAS POLÍTICAS

O ideário republicano de expansão e modernização dos setores econômicos penetrou nas regiões interioranas do país, até naquelas mais distantes da capital da República. Contudo, tratou-se da veiculação de idéias necessárias para a integração do Brasil na nova ordem mundial. Os quadros dirigentes da política local se esforçavam por fazer circularem as idéias de ordem e progresso, querendo acreditar que conduzia o povo rumo à modernidade através da disciplina, articulando mecanismos de controle com o intuito de moralizar as camadas populares. A expectativa era otimista e acreditava na possibilidade de o povo assimilar os novos valores para tomarem parte no processo de modernização da sociedade local.

O intento das classes dirigentes demandava vários expedientes, utilizados para disseminar a idéia de progresso, que atinge com vigor a vida cotidiana das pessoas. Posto isso, surge, em Patos de Minas, das elites e para as elites, a imprensa escrita. Somente a destinação das letras impressas para as elites cabia nesse momento, pois o povo não tinha instrução para se apropriar de um instrumento significativo para a informação e o esclarecimento. O advento da imprensa coube a homens letrados, como Fortunato Pinto da Cunha, diretor do primeiro jornal de Patos de Minas, *O Trabalho* (FIG. 5), lançado em 15 de agosto de 1905. Periódico tipo tablóide de circulação local, publicado três vezes por mês, com assinatura semestral e anual, foi o primeiro jornal de Patos de Minas, cuja fundação se deve a Antônio de Almeida Coelho, então promotor de justiça da comarca. Jornal manuscrito no “stencil” e depois rodado no processo litográfico, sua primeira fase de duração foi de quatro anos até 1909; a segunda, de 1920 até 1921.

Em seu primeiro número (1905), seu diretor publicou o seguinte parecer: “Aparece hoje o 1º número do nosso jornalzinho. Lançado à publicidade numa cidade sertaneja, não podendo contar com um meio em que sua circulação se torne grande, bem poderá avaliar o público a que grande soma de trabalho nos impuzemos”. O primeiro jornal foi o ensejo para que surgissem, em Patos, outros jornais que, apesar de não circularem regularmente, chamavam para si a responsabilidade de propagar e exaltar os valores e as normas de conduta que, não raro, estavam em conformidade com as representações vigentes da ordem e do progresso. Foi, portanto, a imprensa que se encarregou não só da informação, mas também — e sobretudo — de se

autoproclamar a “portadora da verdade”, apresentando-se ativa e inquestionável aos olhos do povo. É o que podemos perceber nas palavras do fundador do periódico *O Trabalho*, em 1906:

Nestas colunas nunca tal permitimos, nem permitiríamos, pois compreendemos a imprensa como a luz serena e imperturbável que com seus raios tranquilos nos apontam o caminho do bem, pois quer a LIBERDADE; da razão, pois quer a JUSTIÇA; do coração, pois quer a DIGNIDADE, do benefício de todos nós, pois tem por fim problemas a se resolverem, princípios a se discutirem, fins a colimarem, todos tendendo o benefício comum. (Editorial. *O TRABALHO*. Cidade de Patos, anno 1, n. 36, 15 ago. 1906, p. 1).¹⁶



FIGURA 5. Reprodução da capa da 1ª edição da capa do jornal *O Trabalho* (15/8/1905)

Fonte: ADOC – PM – Acervo Documental de Imagens do Município de Patos de Minas – Arquivo: MuP – Museu da cidade de Patos de Minas.

¹⁶ Na transcrição dos artigos, preservamos a grafia do texto tal qual foi publicado à época.

Em 1915, passou a circular em Patos de Minas mais um jornal, intitulado *A Carapuça*. No editorial de seu primeiro número, consta que era um órgão literário, humorístico e noticioso e era publicado em dias indeterminados. Tinha como diretor-proprietário Alfredo Borges, e seu último número data de 26 de abril de 1906. Ainda em 1915, surgiu o jornal *Cidade de Patos*, que trazia em seu expediente os seguintes dizeres (1915): “hebdomadário agrícola, noticioso, e litterario, acceitando, em assumpto de interesse geral, collaboração de qualquer cidadão”. Esse jornal oferecia assinatura anual e semestral. Seu redator proprietário era Marcolino de Barros (FIG. 6), e seus redatores associados eram Adélio Dias Maciel e Maurício Pottier Monteiro. O último exemplar que consta nos arquivos do Acervo Documental de Imagens do Município de Patos de Minas é o de número 144, de 9 de dezembro de 1917.

Outro jornal anunciado como órgão literário, noticioso e crítico foi *O Riso*, que circulou no período de 1915 a 1917. Era um jornal trimestral com editores diversos. Trazia, em suas páginas, em meio à diversidade de anúncios, a “Galeria dos progressistas”, que era o número de assinaturas correspondentes ao trimestre. Na publicação de 10 de abril de 1915, consta nessa galeria a assinatura de 17 homens e 8 mulheres, somando um total de 24 assinantes.

Do mesmo período é também *O Grito*, que circulou apenas no ano de 1915. Era um jornal crítico, humorístico e literário. Seus redatores foram Antônio Maciel e Abel Morato, e seu diretor fora Francisco Carneiro. Em 1917, surge *A Metralha*, nas palavras de seu diretor Dimas Pinto, “[...] a folhinha das moças e dos rapazes”. Jornal crítico, humorístico e noticioso, trazia no seu primeiro exemplar a síntese de seu programa (1917): “Proza aos céos, que o nosso jornalzinho venha quebrar o gelo da indiferença, antes que nimboas preches de desgraças venham voltear em derredor dos horisontes desta terra. Eis a synthese do nosso programma”.

Consta ainda nos arquivos do Centro Histórico de Patos de Minas alguns exemplares do jornal *O Federalista*, datados de 1919. Seus redatores eram José Sandoval Babo e Newton Luz. Entretanto, não temos informação do tempo de circulação desse jornal. Já em 1925, apareceu a *Gazeta de Patos*, propriedade da tipografia Borges, publicado aos domingos. A capa de seu primeiro exemplar, publicado em 29 de julho de 1929, trazia o seguinte aviso: “Escriptos que ofendam à religião Cathólica, à moral e à honra do cidadão não serão publicados”. Outra nota interessante, acerca do sucesso de suas edições, foi publicada em setembro de 1929 pelo diretor proprietário do jornal, Laurindo Borges:

Si ao lançarmos o nosso jornalzinho inspirava-nos tão somente o ideal de progresso e alevantamento de nossa gente e de nossa terra, não contávamos absolutamente com o sucesso que pudemos obter não só aqui mas mesmo fora. Jornal mais que modesto já pelo formato, já pelo insignificante da collaboração que pela angustia de espaço não permite producções de mais dilatado fôlego. Jornal independente, portanto sem caráter político, não podíamos esperar a acolhida franca que teve no município e fora mesmo de suas lindes. (GAZETA DE PATOS. Cidade de Patos, anno 1, n. 6, 7 set. 1929, p. 8)



FIGURA 6. Marcolino Ferreira de Barros era baiano, natural de Jaguarari, a noroeste de Salvador; chegou a Patos de Minas em 1895; era diplomado, bacharel em Direito pela Faculdade de Recife e veio para Patos com a nomeação de juiz municipal da Comarca de Patos; ocupou a vice-presidência do Partido Republicano, foi presidente da Câmara Municipal e prefeito (eleito por três ocasiões) e ainda deputado federal pelo Estado da Bahia de 1923 a 1927; faleceu em 24/5/1932; sua esposa, Julieta Maciel, era filha do coronel Antônio Dias Maciel.

Fonte: ADOC – PM – Acervo Documental de Imagens do Município de Patos de Minas – Arquivo: MuP – Museu da cidade de Patos de Minas.

Entretanto, o sucesso anunciado não conseguiu proporcionar vida longa à *Gazeta de Patos*: em 28 de julho de 1930 foi publicado seu último número com o seguinte editorial:

Assim aconteceu, as promessas de colaboração ficaram em promessas. De início — penas adestradas honravam alguns dos nossos primeiros números, depois se enferrujaram, e assim se conservam até hoje [...] Começamos com a tiragem de 1.500 exemplares, vencido o primeiro semestre, passamos à metade e, até o presente não recebemos 200 assignaturas. Pelo exposto, é claro, não podemos continuar com a publicação da “Gazeta de Patos”, salvo si nova seiva vier a correr nas veias dos patenses, e elles vierem a comprehender que um jornal, mesmo modesto como o nosso, pode concorrer para o progresso de um povo. (GAZETA DE PATOS. Cidade de Patos, anno 1, n. 50, 28 jul. 1930).

Os jornais inventários, durante a realização do levantamento das fontes, de maneira geral, publicavam informações diversas que contemplavam notícias políticas e assuntos relacionados à educação, moral e religião. Procuravam colocar seus leitores a par de todo movimento civilizatório da região e do mundo, publicando em suas páginas, poesias, comentários literários, elementos culturais que davam um tom moderno e intelectual a suas publicações, aumentando assim o seu prestígio entre aqueles que exaltavam o progresso e a civilização.

Além do exposto, é comum encontrarmos nas páginas desses jornais várias propagandas do comércio local e de alguns estabelecimentos de ensino, além de artigos com registros das festividades cívicas, em geral, anunciadas e conclamadas pelas escolas. Em suas páginas, encontramos ainda os balancetes, geralmente editados por trimestre, da Câmara Municipal, explicitando a receita e as despesas de Patos de Minas e região em seus variados setores. Essa iniciativa coube ao proprietário e editor do jornal *O Trabalho*, que enviou proposta para publicação de atas, leis, editais e balancetes à Câmara em 19 de setembro de 1905.

A organização desses jornais em geral diferia do que ocorria com os jornais de outras regiões do estado de Minas Gerais, algo que encontra explicação em Wirth (1982, p. 131):

De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. [...] Igualmente importante, porém foi seu papel estimulador nas questões do município [...] A imprensa foi um pilar para a política, comércio e cultura no centro de gravidade do estado, a nível local.

A imprensa seguiu produzindo e cristalizando os valores e personagens, ditando regras de bem viver, exaltando a necessidade de se combaterem valores que ameacem a ordem social vigente, bem como as representações que, porventura, possam desmistificar os ideais que apontam para o progresso. Não por outro motivo, era lugar-comum nos jornais do final de

século XIX “[...] uma série de matérias e assuntos que, em sua generalidade, não deixavam de compor uma representação sobre suas idéias de reforma das condutas e dos costumes” (FARIA FILHO, 2002, p. 135).

Dentre os temas preferidos, educação e progresso são de grande incidência e representam, especialmente no período pesquisado, argumento determinante para a constituição de uma nação moderna. A imprensa se via como aliada e queria simbolizar o progresso e o estandarte da cultura, querendo ocupar lugar de destaque na sociedade e pretendendo ser um importante veículo de divulgação das idéias progressistas de civilização e progresso. Embora a imprensa represente uma visão de mundo,¹⁷ ela não se apresenta de maneira neutra. Basta observar que, no período republicano, a imprensa estava condicionada ao poder das elites dirigentes do país e, por isso, circulava em um meio restrito, contemplando uma classe “privilegiada” de pessoas. Vale ressaltar que, no período mencionado, as idéias propagadas pela imprensa eram formadas a partir das classes dominantes. Assim, conforme Carvalho (2004, p. 48):

[...] o espaço jornalístico configura-se, primeiramente, por ser um meio de transmissão de informação, não sendo ele neutro e imparcial, perante os acontecimentos, e não estando à margem da realidade social e política. E, também, por ser formador e regulador da opinião pública pelo fato de veicular análises a respeito da vida política, educacional, comercial, moral, religiosa, entre outros. Na verdade, constitui-se num instrumento de veiculação e manipulação de interesses diversos (públicos e privados) que passa a atuar na vida social e, conseqüentemente, não fica alheio à realidade histórica, na qual está inserido.

Portanto, consideramos pertinente analisar o papel da imprensa na educação em Patos de Minas por entendermos que os jornais, a partir de suas reportagens, conseguem condensar em seu interior as concepções educacionais que estavam sendo plantadas, além de oferecerem sustentação ao regime ao se transformar em elemento propagador das idéias do mesmo.

O jornal, principalmente quando formativo, é um tipo de documento que dá aos historiadores a medida mais aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas; mesmo quando informativo, não está livre de manifestações críticas e opinativas, e omissões deliberadas [...] A imprensa como um meio de expressão das mais diferentes tendências reivindicatórias, apresenta os problemas como foram vistos e sentidos pelos participantes — coloridos, portanto, pela própria vivência da situação. (CAMARGO, 1993, p. 87).

¹⁷ “As visões de mundo são fatos sociais, as grandes obras filosóficas e artísticas configuram expressões coerentes e adequadas dessas visões de mundo. São tais expressões individuais e sociais ao mesmo tempo, sendo seu conteúdo determinado pelo máximo de consciência possível do grupo, em geral de classe social, a forma sendo determinada pelo conteúdo para o qual o escritor encontra uma expressão adequada.” (GOLDMANN, 1970, p. 107).

A partir dos discursos elaborados, é possível avaliar as preocupações sociais, as concepções educacionais e as aspirações políticas de uma sociedade. Logo, o estudo da imprensa nos permite analisar, nas entrelinhas de suas publicações, um conjunto de representações em torno da realidade social. Através de tal estudo, procuramos caracterizar a formação de um modelo educacional que estava sendo almejado e amplamente discutido no país e, especificamente, em Patos de Minas. Com o intuito de oferecer uma visão mais ampla do pensamento educacional que permeou a cidade de Patos de Minas no período em estudo, selecionamos alguns artigos de jornais, articulando-os com o contexto nacional e regional e buscando identificar, através das idéias divulgadas pela imprensa, as principais iniciativas para a consolidação do ideal republicano na cidade. Também procuramos identificar quais os princípios que norteavam as idéias pedagógicas do período estudado.

3.1 Análise dos jornais patenses

A idéia disseminada no país de que era necessário combater o analfabetismo via instrução escolar para se alcançar, a passos largos, o almejado progresso que colocaria o Brasil na marcha dos “povos civilizados” foi amplamente articulada pelos jornais. Nesse sentido, as bases positivistas conseguiam alicerçar todo o processo civilizatório, através de discursos cuidadosamente elaborados que acenavam para a legitimação de um regime político sustentado pelas representações e pelos símbolos. Dessa maneira o povo é arregimentado para construir a grande nação brasileira, ciente de que, para tanto, deve se instruir e lutar pelos valores e preceitos indispensáveis ao progresso nacional, como podemos observar no artigo abaixo:

A civilização é o aperfeiçoamento progressivo dos homens na sociedade. As nações tendem naturalmente a argumentar suas luzes, seu bem estar e todas as vantagens que resultam do trabalho e dos esforços communs de seus membros. O desenvolvimento da moral, da sciencia, da literatura, das artes, da legislação, do commercio, da industria e da agricultura, indica o gráo de civilização ao qual pode cada povo chegar. [...] Si a civilização fez o desenvolvimento da sciencia, das bellas artes e da litteratura, é porque não pode haver civilização sem o conhecimento do justo, do agradável e do necessario. E como pode o homem pensar sobre o que lhe importa de mais necessario a conhecer? Como discernir os direitos e os deveres do individuo, da familia, da sociedade religiosa e da sociedade civil? Como observar as regras do honesto, do justo, do bem e cumprir os seus deveres para com Deus, para com os seus semelhantes e para consigo? (A instrucção da mocidade. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 1, n. 4, 20 set. 1905, p. 3).

Com as “luzes” do progresso, tornava-se imperativo instruir a mocidade. Por isso, a necessidade de criação de estabelecimentos de ensino era amplamente divulgada nas páginas dos jornais:

Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua patria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrucção não pode haver civilisação, não pode haver progresso. E, no entanto a nossa mocidade é discuidada, d’ella não se pensa! Infelizmente ainda não temos no nosso vasto e esperançoso municipio um só estabelecimento onde os jovens filhos do sertão possam receber a luz da instrucção civica e religiosa. Crescem embebidos nos vicios e na mais depravada corrupção. Façamos justiça, sejamos civilisados e instruamos a mocidade, esperança do porvir! (A instrucção da mocidade. O TRABALHO, Cidade de Patos, anno 1, n. 4, 20 set. 1905, p. 3).

Ao enfatizar a importância da religião, da pátria e da família, o articulista explicita um forte apelo a essa tríade amplamente valorizada pela coletividade, sinalizando a importância da manutenção dessas instituições, que, segundo o autor, são as bases para a instrução da mocidade.

Meus amiguinhos é para vós este artiguinho que hoje rabisco; si vo-lo dedico é com o fim unico de dar-vos um bom conselho, chamando ao mesmo tempo a atenção de vossos paes, parentes e amigos dos quaes depende a vossa educação e o vosso futuro [...] a mocidade é o futuro da patria, a sua instrucção é o manancial da ordem e do progresso. A religião, a patria e a familia reclamam a instrucção da nossa mocidade que, uma vez instruida é como uma nau embandeirada prestes a fazer vella em mar bonançoso, onde encontraremos as bazes do direito social, o principio de auctoridade, a constituição da familia e o amor da patria tendo por guia o sopro benefico e indispensavel da religião. Mocidade esperançosa, filho do povo e nascido para o povo, vivo sosinho no mundo tendo por tecto o firmamento, por minha familia a humanidade, por guia a religião. Hoje me consagro a vós visando o vosso porvir repleto de luzes. Não permittaes que eu lucte sosinho; deveis reclamar, tambem de vossos paes a vossa instrucção; deveis reclamar com insistencia a instrucção para vossos espiritos como o melhor thesouro, como a melhor herança, porque esse thesouro e essa herança nem a morte vol-os pode roubar. (A instrucção da mocidade. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 1, n. 6, 9 out. 1905, p. 1–2).

Além do exposto, o autor observa que não devemos deixar a juventude à mercê de suas inclinações naturais, pois esta necessita, além do “vigor” e da “força”, de substância, ou seja, de um instrumento eficaz para instruí-la, guiá-la rumo à ordem ao progresso. Essas observações denotam uma busca pela legitimação do poder daqueles que, preocupados em conduzir o povo rumo à modernidade, transformam-se na “substância” vital que irá

retroalimentar esse povo. Assim, a instrução, como elemento aglutinador dos preceitos da elite, era aclamada pelos jornais, como podemos observar neste artigo:

Assim como a nossa terra é uberrima na sua seiva, uberrima nas suas florestas, rica nos seus minerais também o é na intelligencia de seus filhos. Mas a seiva intellectual necessita ainda, e não pouco, de substancia alem do vigor e da energia. Si não nos fiamos só na fertilidade do nosso sólo, si não nos contentamos só com a natureza em vigor e nas suas evoluções, mas nos dedicamos com uma insistencia e uma lida brutal no cultivo da terra para della colhermos bons fructos e estes satisfactorios, porque abandonar incultas tantas intelligencias, capacidades talvez, seguindo ao impulso inclemente da natura exigente e peçonhenta que corroe a nossa sociedade, que só nos arrasta para o mal? O saber no homem é como a gloria que se alcança no campo da batalha, ou em defeza da honra e da virtude; tem principios, mas não tem fim, é quase eterno. Acompanha-nos enquanto respiramos a aura inconstante da vida e, mesmo depois que deixamos a terra os despojos mortaes, pagando a morte o tributo inevitavel da vida, nos leva aos arraiaes da vida ultramundial e faz o nosso nome immortal. Pedindo a instrucção, pedireis tudo quanto purifica, exalta e aperfeiçoa a alma humana. P. M. (A instrucção da mocidade. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 1, n. 6, 9 out. 1905, p. 1-2).

Dessa maneira, os jornais, através de seus artigos, enalteciam a educação como elemento instrumental que lançaria as novas bases de sustentação para a configuração de uma sociedade democrática, viabilizando a construção da grande nação brasileira.

A Eschola é um sagrado templo, onde se prepara o destino de um povo. A felicidade ou infelicidade de um paiz deve-se à boa ou má educação do seu povo, e uma ou outra dimana (brotar) da eschola. O progresso humano, sob os seus varios aspectos, tem na eschola suas raizes, que dão a grande arvore, sob cuja copa cada um de nós vae descansar dos horrores desta vida, buscando conforto e coragem para arrostar (encarar) todas as difficuldades contra a ignorancia. Espalhae escholas, disseminando uma bôa e san educação, que veremos feliz o povo que as tiver. Não tenha escholas um povo, que vel-o-emos praticando todos os vicios, cego a se perder pela escuridão das trevas da ignorância. (A eschola. O RISO, Cidade de Patos, n. 11, 19 jun. 1915, p.1).

Entretanto, mesmo elucidando os preceitos e a importância da instrução, é possível contemplarmos uma crítica velada ao tratamento dado pelos dirigentes às questões educacionais como um todo. Surge ainda, através da crítica, um forte apelo no sentido de melhorar a qualidade da instrução reservada ao povo, como podemos observar nesta publicação:

A escola que é o termómetro da civilização de um povo, deve ser o principal ponto de atenção dos governos, sobre cujos hombros pesa a grande responsabilidade do descaso glacial que se vem notando até aqui por parte dos mesmos, que têm feito da educação do nosso povo uma questão de interesse secundário. Embora se apregoem aos quatro ventos as muitas e reais vantagens da reforma do nosso ensino primário, resente-se ella do principal: é que o professorado não se acha habilitado para executar o programma vigente. E culpa não n'a tem o professorado, que não é obrigado a fazer o que não aprendeu. Os governos é que, à vista da necessidade de uma reforma radical, deviam tê-la principiado pelos professores, preparando-os convenientemente, para que eles, tendo aprendido o programma, pudessem executá-lo estritamente e rigorosamente... Sem essa medida, unica cabível ao caso, iremos sempre de reforma em reforma, deixando o principal por se reformar. Os governos (outra cousa), quando se toca em educação e instrução do seu povo, devem deixar de lado a lepra nojenta e prejudicial, que é o que se chama política, para dar à educação um cunho de seriedade, um caracter de ousadia elevada e dignificadora, para que nos não vejamos a braços com difficuldades tantas, provindas dos favores a amigos politicos, em prejuizo do pobre povo, já tam onerado e despojado dos seus mais sagrados direitos. Os governos que se compenetrem da grande importancia da escola, que prepara o destino do seu povo! (A escola. O RISO, Cidade de Patos, n. 11, 19 jun. 1915, p. 1).

O empenho dos articulistas dos jornais em exaltar a importância da educação é reafirmado em seus artigos. Oportunamente, conclamavam suas esperanças no progresso anunciado, via instrução, e apelavam para todos os patenses, convidando-os a fazerem parte da grande marcha educacional, privilegiando, para tanto, os estabelecimentos de ensino.

A educação da mocidade de Patos tem merecido de todos actualmente um particular cuidado, que a tem posto, como é de se esperar de coisa de tamanha importância, em um lugar de destaque. Além do Grupo Escolar, que vai funcionando regularmente com um elevado numero de alumnos, e além de uma escola particular com um regular numero de crianças de ambos os sexos, tendo annexa uma aula nocturna para o sexo masculino, com os cursos primario e secundario, acaba de ser fundado ultimamente um outro curso secundario. De tudo isto, desde logo se comprehende quanto empenho se tem empregado pela educação da nossa mocidade! Mas a fundação de muitos colégios, não quer dizer, por si só muito progresso intellectual. O que é preciso, o que é indispensável, é que o povo auxilie a esses institutos de educação, prestigiando-os, fazendo com que não desapareçam por falta de alumnos. Das columnas, portanto, do nosso jornalzinho, que se empenha deveras pelo aperfeiçoamento da nossa mocidade, fazemos um apello a todos os patenses para que concorram de qualquer modo pela duração dos nossos estabelecimentos de educação, fazendo delles a esperança do mais brilhante dos futuros que possa ter esta abençoada terra! (O nosso progresso. O RISO, Cidade de Patos, n. 33, 19 ago. 1917, p. 1).

Além da falta de instrução do povo, o despreparo dos professores preocupava os articulistas dos jornais. Nessa direção, o artigo de Euphasio José Rodrigues, respeitado cidadão patense, publicado em 1907, sugere mais rigor e disciplina no tratamento dos assuntos educacionais, visando estabelecer a obrigatoriedade do ensino primário e exigindo melhor qualificação dos professores.

A frequencia na escola nem sempre demonstra idoneidade de professorado, se se tratasse do ensino superior nada diria, no ensino primario porem, quanto mais exigente e rispido o mestre mais refractario se torna o alumno, conheço paes que por uma simples reprehensão retiram o alumno da escola, principalmente nos nossos sertões, em que existem muitos analphabetos que não comprehendem a sublimidade da missão do mestre. Hoje o professor engoda os meninos e com uma colleção de santinhos, não ha idoneidade, pois que a maior parte dos individuos sem profissão, vão ser professores primarios, unicamente porque seus compadres são influencias politicas; quanto a remuneração, esta é tão exigua, que conheci em uma cidade mineira um professor cujos ordenados por longo tempo lhe faltaram e chegou a ponto de não poder pagar a mulher que lhe lavava as camisas. Institua-se a obrigatoriedade do ensino primario; sejam multados os paes que sem motivo, deixarem de ensinar os filhos enviando-os as escolas, obrigue-se o professor a manifestar as suas aptidões por meio de concurso, augmentem-se os seus vencimentos, seja dada ao magisterio preferencia no recebimento, construam-se casas escolares por plantas elaboradas pelos chefes da Higiene Publica e se formos assim preparados, para o futuro teremos homens pensadores e não pedantes de Academia na phrase inolvidavel do Conselheiro Saraiva. (Considerações acerca da reforma do ensino primario. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 2, n. 14, 17 fev. 1907).

Os aspectos observados nesse texto, datado de 1907, apontam inúmeros problemas da instrução pública, que não se amenizaram com o passar do tempo. Algo que pode ser dimensionado com os dados fornecidos pela edição de 20 de agosto de 1922 do jornal *O Trabalho*.

No Congresso federal está em discussão um projecto sobre o ensino primario, tornando-o obrigatorio, sob pena em multa que varia de 100\$000 a 1:000\$000 e de 200\$000 a 10:000\$000, conforme os infractores sejam pae ou tutor ou chefe de officinas onde se encontrem creanças na idade escolar e que por incuria de seus patrões, não frequentem uma escola. A Imprensa Carioca está em desacôrdo sobre a utilidade de semelhante projecto, mesmo para a Capital, onde as condições são bem differentes das de qualquer outra parte do Paiz e, si para os centros populosos onde tudo se facilita desde os meios de comunicação até as mais insignificantes exigencias, tal medida é julgada inoportuna e improficua, o que se dirá para o centro do Paiz onde tudo falta, as dificuldades são insuperáveis, o amor à instrucção nullo e a

ignorancia vasta como o Brazil e profunda como seus sertões. Já no Estado vigora, de ha tempos, qualquer cousa semelhante a obrigatoriedade do ensino, ao menos, obrigatoriedade de matricula, com penas comminadas para os infractores; entretanto, o resultado tem sido nullo porque a disseminação da instrucção não tem se desenvolvido como fora de desejar e como a lei, sobre o caso, tem em mira. É assumpto que deve ser tratado pelos competentes na materia e a nós nos falha toda autoridade para abordalo; entretanto, nos parece um contrasenso pretender o governo fazer pesar sobre o povo mais esta sobre-carga, obrigando-o, sob multa, aliás pesada, a mandar seus filhos ou tutelados a uma escola qualquer sem primeiro treinar um professorado competente, suficiente conscio de suas obrigações e que [...] executar a lei com equidade, fiscalizando a matricula generalisada, mas ao mesmo tempo transmittindo a instrucção a seus educandos. O que se observa, infelizmente, com a lei mineira, é que a instrucção primaria vae de mal a peor porque ao passo que as escolas se congestionam de meninas e meninos o professorado, apesar de competente, e em extremo dedicado a seu [...], é insufficiente, tendo de cruzar braços deante da impossibilidade material de leccionar com proveito para 100, 150 e 200 alumnos em uma só sala, com um só professor. O que acontece é que no fim do anno a media de promoções é irrisoria, desgostando o mestre, desanimando o alumno e amolando os paes e tutores que vêm seus filhos e tutelados sempre analphabetos, apesar da obrigatoriedade do ensino onde [...] quando não encanecem. Exemplo: O Grupo Escolar de Patos a sua frente um dos mais competentes professores do magisterio publico mineiro, dedicação inexcédível com sacrificio de sua propria saúde e, a seu lado distictissimas professoras que horam a classe e que pertencem, pelo cultivo, amor á instrucção e operosidade; entretanto, é materielmente impossivel que o fructo colhido corresponda a todos esses predicados porque, com uma matricula de quasi 500 meninos distribuidos em 6 cadeiras algumas das quaes com numero superior a 100 não se pode perceber nem a probabilidade, sequer, de bom resultado. Felizmente, porem, não se observa aqui o que todas essas circumstancias deveram produzir, notando-se sempre, nos exames annuaes, um aproveitamento superior, filho unico do muito esforço do professorado, apesar de pequeno em vista do numero de alumnos. Tudo isso quer dizer que será improficua a lei sobre a obrigatoriedade do ensino primario, se o governo não lançar, primeiro, suas vistas para o magisterio publico, sugmentando-o de maneira a tornalo sufficiente para cumprir, sem sacrificio de qualquer especie, o seu magisterio. Sem essa medida, o resultado ha de ser cada vez mais diminuto e as escolas, num futuro muito proximo, tornar-se-ão exclusivamente um ponto de reunião infantil. Decuplique-se o professorado; remunere-o de accordo com seu trabalho e depois, então, faça-se a lei. Antes, porém, é sobrecarregar o povo com mais uma exigencia sem proveito e os professores com mais uma fonte de dissabores. (Ensino primario obrigatorio. O TRABALHO, Cidade de Patos, anno 1, n. 48, 20 ago. 1922, p.1).

A precariedade do ensino era agravada pela falta de freqüência dos alunos nas escolas. Com o intuito de erradicar a evasão escolar, a imprensa buscou, através de seus artigos, sensibilizar os pais para a importância da educação escolar de seus filhos, assegurando suas matrículas nas escolas. A esse respeito salientamos:

Do dia 7 até 21 do corrente, acha-se aberta a matricula nas escolas primarias, para todos os que quizerem matricular ou renovar a matricula dos meninos e meninas que estiverem na idade escolar, isto è, de 7 a 14 annos. Chamamos a attenção de todos os Paes de família e tutores, para que não deixem de cumprir o sagrado dever de matricular os seus filhos ou tutelados em uma escola; porque nenhum dote melhor poderão legar àquelles que estão confiados à sua guarda, do que o dote sublime da instrucção. Si são ricos, seus filhos quando se tortarem homens, como poderão administrar as suas riquezas, si não sabem ler, si nem ao menos sabem escrever e fazer a conta dos lucros ou prejuízos que têm? Si são pobres, a instrucção minorará, por certo, a sua pobreza, fazendo com que se coloquem em melhores posições fazendo com que, até pela simples leitura de um bom livro, a pobreza lhes torne menos intolerável. Isto, materialmente falando, sem falar nos innumeraveis benefícios Moraes, que lhes advêm com a instrucção. A instrucção é necessária a todos indistinctamente; è absolutamente indispensável tanto para o rico, como para o pobre, e para obtel-a é preciso que se vá à escola. Faltam ainda seis dias para encerrarem-se as matriculas; aproveitem, pois esse precioso tempo e matriculem, sem falta, os seus filhos queridos e seus tutelados, para mais tarde, não terem de queixar-se de um filho desnaturado e bruto, de uma filha transviada e deshonesto, de um pupillo façanhudo e ingrato. (Matricula nas escolas primarias. O COMMERCIO. Cidade de Patos, anno 1, n. 10, 15 jan. 1911, p. 2).

Como já salientamos, os grupos escolares, oriundos das medidas criadas pela reforma de 1892, representavam grande renovação no campo da instrução pública. Erguidos *a priori* no estado de São Paulo, aos poucos se espalharam pelos demais estados. A instalação desses grupos escolares passou a ser pleiteada pelos estados e se transformou numa luta dos municípios, que, por sua vez, almejavam melhores condições de ensino para suas crianças. Nessa direção, existia na imprensa uma verdadeira campanha no sentido de consubstanciar na cidade a instalação do grupo escolar em decorrência da reforma do ensino primário.

A reforma do ensino primario, em boa hora confiada ao governo do Estado, vai sendo acolhida com justas sympathias e bem fundadas esperanças, por todos aquelles que se interessam pela ecucação e instrucção populares. Nota-se mesmo um certo entusiasmo, um novo sopro de vida, de fé, em nosso povo, que parece despertar de sua apathia culpavel, de sua indifferença criminosa. De todos os recantos da patria mineira irrompem expontaneos, os mais francos encomios ao governo pela energia e particular attenção com que se dedica a este importantissimo ramo da administração publica. Diversas camaras municipaes procuram secundar a acção do governo offerecendo-lhe predios destinados à installação de grupos escolares, concorrendo assim para a diffusão do ensino. Fulgamos de consignar aqui e tambem a nossa edilidade emprega todos os esforços para dotar esta cidade com este importante melhoramento. Acreditamos que a creação desses grupos vem operar uma verdadeira transformação no ensino, tornando-o uma realidade. Não nos devemos deter, portanto ante sacrificio algum para a consecução desse desideratum, pois que sem instrucção não pode haver felicidade: é ella a mais segura garantia de um futuro melhor e nella repousam as nossas mais gratas esperanças. (Instrucção publica. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 2, n. 4, 9 dez. 1906, p. 1). Nº 1

Outra situação registrada com ênfase pelos jornais foi o empenho dos “representantes do povo” na luta pela construção do grupo escolar, que iria preparar e instruir convenientemente o povo patense rumo ao desenvolvimento, renovando, assim, a sociedade dentro da ordem. Essa luta, aclamada pelo povo e pela imprensa, reafirmava a crença generalizada na necessidade de expansão dos grupos escolares, visto como verdadeiros templos da instrução, sendo, portanto, imprescindíveis ao desenvolvimento da cidade e do país:

Ha tempo que tomou a si a ardua tarefa de levantar a estatistica da população infantil em idade escolar e, nesse sentido não poupando esforços deu conta de sua missão ao digno Secretario do Interior o nosso director Dr. Laudelino. Si parecesse que a idéia não merecia por parte de S. S. o carinho devotado, por certo o seu ardor ter-se-ia arrefecido deante de qualquer estorvo que lhe antolhasse; as barreiras cederam ao grandioso impulso e auxiliado pelo Cel. Farnese Dias Maciel e pelo provento professor Modesto de Mello Ribeiro sahiu a campo colhendo assignaturas para a construcção do Grupo Escolar na nossa cidade, encontrando o melhor acolhimento por parte de todos a que se têm dirigido em busca do auxilio que será a base para que magestoso se erga na nossa cidade o edificio que registrará o marco do nosso devotamento a causa da instrucção do povo em todas as suas classes, base essencial, para o nosso progresso material e intellectual, freio irresistivel à corrupção dos costumes que, ao Deus dará, se vão pervertendo do berço a velhice. (Grupo escolar. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 3, n. 62, 20 ago. 1908, p. 1).

O apoio recebido da população, por ocasião da subscrição anunciada para a construção do grupo, rendeu-lhes elogios e foi entendido pelos arautos do progresso como uma demonstração genuína de espírito adiantado e progressista. Com o intuito de agradecer o empenho do povo, assim se expressam:

Encorajados pelo brilhante resultado que vão colhendo os illustres campeões da educação infantil, dão razões para que se supponha em pleno resultado tão valioso tentamen que será o attestado mais indefectivel do espirito adiantado e progressista do nosso povo, fazendo fructificar desde já as suas mais ardentes aspirações e quando amanhã o Governo e os homens grados da Republica vierem nos trazer as suas alviçaras pela inauguração da Estrada de Ferro Goyaz silvando, fumarente entre nos, deante do templo de Minerva da casa onde o povo se vae habilitar para as suas grandes emprezas na vida, hão de render homenagens a esse povo que por sua iniciativa propria procura se afastar do cahos onde a ignorancia e o crime se anivelam. O problema da instrucção publica, é, no primeiro plano das plataformas dos governos intelligentes a principal idea que a deve empolgar, e a razão ahi está frisante na observação dos factos — tanto maior é o desenvolvimento do povo quanto maior é o numero de suas escolas. (Grupo escolar. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 3, n. 62, 20 ago. 1908, p. 1-2).

Para entendermos o processo de implantação desses grupos escolares e a grande expectativa criada em torno desses “templos civilizatórios”, é necessário nos reportarmos ao ideário da República e às transformações sociais deflagradas pelo novo regime onde se constata uma crença generalizada no poder redentor da instrução. A ênfase na necessidade da educação deixou evidente, para todo o país, a escolarização como guia do país rumo ao progresso. Não é por outro motivo o clamor geral pela escolarização da sociedade, observado, sobretudo, na imprensa. Os grupos escolares eram os espaços fomentadores da nova ordem social. É importante ressaltar que essa modalidade de estabelecimento de ensino se configuraria como principal elemento propagador dos ideais republicanos, que viam na instrução pública o melhor caminho para legitimar seus preceitos, fazendo emergir uma nova sociedade, calcada nos princípios da ordem e do progresso. Assim, a campanha em prol da instrução mostrava a grande preocupação dos republicanos em formar novas gerações instruídas na civilidade e na moral. Essa inquietação foi transformada em apelo, dirigido ao agente executivo em exercício, pedindo o maior empenho possível na construção do tão almejado grupo escolar:

Penalisados com a sorte amarga que futuramente virão a ter por certo este grande número de creanças, verdadeiros filhos sem Paes, que entre nós estão crescendo sem receber o menos vislumbamento de instrução, e que dirigimos este appello ao Exmo. Sr. Dr. Adílio Dias Maciel, D D. Agente Executivo em exercicio, solicitando de S. Excia, o louvável e patriótico gesto de, tomando todas as providencias exigidas, fazer com que no menor espaço de tempo se abra, com um ilustre corpo de professores, o nosso Grupo Escolar. Sim, porque como temos presenciado, em todas as reuniões que se effectuam aqui, os meninos, em geral, num desenfreno imperdoável alli vão levar a sua dissonante nota. É nas ruas, é nas praças publicas, é no cinema, alli estão elles a dar a prova cabal de que vêm crescendo a esmo, creados à lei da natureza. A esmo é a expressão propria, em vista do pessimo, do selvagem comportamento que têm mostrado em todos esses logares e mui principalmente agora nos últimos leilões à porta da Igreja, aonde um bando de meninos armados de cacete compareceram para insultar seus collegas, faltando assim o respeito que a bôa educação manda que se guarde para com as pessôas de maior idade, mais velhas. E no entanto, si tivessem escolas sufficientes, si tivessem elles quem na falta dos Paes lhes desse uma aula de civilidade, de moral, e certo teriam elles um comportamento outro, que melhor recomendação traria não só para elles, mas igualmente para seus progenitores e para a sociedade patense. Tenhamos, pois sincera compaixão delles e façamos questão de honra de não deixa-los atravessar o anno de 1917, sem administrar-lhes uma sã educação ao lado de uma solida instrucção, inaugurando já o nosso Grupo Escolar, para o qual tantos Paes amantes da instrucção e da educação têm esperançosos voltadas as suas vidas. (Um appello. O RISO, Cidade de Patos, n. 23, 20 jan., 1917, p. 1).

As idéias veiculadas na imprensa se baseavam em um ideário que almejava, acima de tudo, a ordem e o progresso. Assim sendo, os traços positivistas se faziam notar,

principalmente, nos calorosos discursos que geralmente eram realizados nos eventos divulgados e elucidados pelos jornais:

De accordo com o novo regulamento do ensino primario, instalou-se a 21 do corrente a escola do sexo masculino desta cidade regida pelo Professor Normalista Modesto de Mello Ribeiro [FIG. 7], na qual matricularam-se 69 alumnos, comparecendo 58 destes. Esse acto, que foi presidido pelo Inspector Escolar Capm. Aurelio Theodoro de Mendonça revestiu-se de grande solenidade, concorrendo para isso a presença de diversos cavalheiros de nossa melhor sociedade, da philarmonica “S. Cecilia” e do representante desta folha gentilmente convidado para esse fim. [...] Orou em seguida o venerando Vigario desta parochia, Rev. Pe. Getulio Alves de Mello que igualmente se dirigiu às creanças fallando-lhes sobre o respeito devido aos paes, aos mestres e as pessoas mais velhas; sobre o cumprimento de seus deveres religiosos e finalmente sobre o amor ao trabalho, narrando topicos a proposito da vida de um dos mais illustres prelados brasileiros. Concluiu congratulando-se com os presentes pela installação da escola sendo muito applaudido. De novo se fez ouvir o hymno nacional. O professor da cadeira convidou os alumnos a comparecerem no dia seguinte para se começar os trabalhos do presente anno lectivo e terminou-se naquella festa escolar que nos deixou as mais gratas impressões. (Ensino primario. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 2, n. 11, 27 jan. 1907, p. 1).



FIGURA 7. Escola Particular do professor Modesto na década de 1930; a partir da esquerda e assentados à frente: Modesto de Mello Ribeiro, Genésio Caixeta e Eufrásio José Rodrigues (escrevia no jornal *Folha de Patos*, com o pseudônimo “O abelhudo”)

Fonte: ADOC — PM — Acervo Documental de Imagens do Município de Patos de Minas — Arquivo: MuP — Museu da cidade de Patos de Minas.

Os convidados ilustres que prestigiavam essas inaugurações, geralmente, faziam desses acontecimentos o momento ideal para disseminar as simbologias da República como podemos notar nesta publicação de *O Trabalho*, que relata o discurso de inauguração de uma escola de ensino primário na cidade proferido por Marcolino Ferreira de Barros:

[...] usou da palavra com a eloquencia que lhe é peculiar, o illustrado advogado Dr. Marcolino Ferreira de Barros o qual começou agradecendo em nome do Professor a todos que alli se achavam para assistir a installação da escola e, dirigindo-se depois aos alumnos, aconselhou-lhes a maior assiduidade e dedicação aos trabalhos escolares; evidenciou a necessidade da instrucção, afirmou ser esta a verdadeira base da felicidade humana. “O livro — disse elle — é o nosso melhor amigo; não ha pezar que não se mitigue com a leitura de um bom livro”. Ao terminar sua brilhante oração foi muito felicitado, executando então a banda de música que se achava postada ao fundo do salão, o hymno nacional que foi ouvido de pé. (Ensino primario. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 2, n. 11, 27 jan. 1907, p. 1).

Na ocasião da inauguração dessas escolas, eram publicados os números de matrículas efetuadas nas mesmas. Essas publicações nos possibilitam vislumbrar a demanda pela instrução na cidade de Patos de Minas. Entretanto, podemos perceber que a mesma não era satisfatória, uma vez que o articulista, no final do artigo, chama atenção para a negligência de alguns pais que não se empenham na missão de educar suas crianças.

[...] foram installadas outras duas escolas primarias nesta cidade: a da segunda cadeira do sexo masculino seguida pelo professor Felipe Rodrigues Corrêa em a qual compareceram 53 alumnos dos 58 matriculados e a escola do sexo feminino regida pela professora D. Izabel Alves Moreira Sobrinho na qual matricularam-se 60 alumnas e compareceram ao acto 53. Ao todo matricularam-se nesta cidade 187 creanças, cujo numero poderia ser ainda maior se não fosse a condemnavel incuria de alguns paes que preferem ver seus filhos crescerem envoltos nas trevas da ignorancia, atirados ao lodaçal da vagabundagem, a fazel-os frequentarem as escolas, fonte do saber que é a luz preciosa que guia o homem na sociedade. (Ensino primario. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 2, n. 11, 27 jan. 1907, p. 1).

Com o advento da República, o ensino confessional foi substituído por uma educação laica, moderna, em detrimento dos métodos tradicionais e arcaicos ministrados até então sob a influência da Igreja. Assim sendo, encontramos, em nossa análise, manifestações frequentes de protestos desencadeadas pela supressão do ensino religioso das escolas. A partir dessa realidade, podemos observar, nesse artigo publicado nas páginas do jornal *O Riso* (1916), críticas severas à falta da educação religiosa na educação da mocidade:

A expulsão do catechismo das escolas em um paiz quasi que na sua totalidade catholico, qual o Brasil, representa a mais perigosa ameaça contra a harmonia da familia brasileira. O Brasil, catholico desde os primeiros actos do seu descobrimento, jamais se devêra sujeitar a essa tam nefasta medida posta em pratica pelo nosso governo republicano, medida prejudicialissima, que já deu, como era esperado, os tristissimos fructos que já infelicitaram a nossa Patria, cuja regeneração parece uma utopia, em vista da intensidade dos males provindos da educação sem Deus, expulso das escolas primarias como *elemento de desordem*! E só a falta do conhecimento é que pode trazer para um povo desgraças tamanhas, quaes as que pesam herculeas sobre o mundo todo, sob os multiplos aspectos com que se nos apresentam. E sendo a escola o principio da felicidade de um povo, quando é ella moldada nos são principios de uma bôa educação intellectual, moral e religiosa, é ella mesma a infelicitadora do mesmo povo, quando não completa, rigorosamente, aquella excellente trilogia. Agora, depois de dados os fructos da educação sem Deus, parece que, a uma representação de catholicos mineiros, o governo restaurará a disciplina do catechismo nas escolas primarias públicas, tornando-a obrigatoria nos collegios particulares. Embora algum tanto tarde, pois que o mal já se apoderou do corpo, regosijamo-nos sinceramente com o gesto sympathico e consolador de tal medida, mormente si der os fructos que, confiados somente em Deus, seja-nos permitido esperar, para felicidade da terra da Sancta Cruz. Deus que nos ouça neste angustioso momento, fazendo das escolas o lugar predilecto para o ensinamento de sua divina religião, unica que nos pode redimir de tantos males que nos tem perseguido! (Restauração do ensino catholico nas escolas. O RISO, Cidade de Patos, n. 10, 12 jun. 1915, p. 1).

Ainda sobre a educação religiosa nas escolas, em outro editorial da época, um mestre-escola assim se expressa:

Suprimidos do ensino e educação da mocidade os inflexos do christianismo, o unico que possui o poder maravilhoso de refrear e domar as paixões humanas, e exposta essa mocidade às escolas do vício, isto é, ao mau exemplo ou escandalo que, em todas as partes ora se patenteia, o que ha de ser o futuro destes nossos pequenos, agora, que tudo facil e indelevelmente lhes grava no animo?! Ha de ser o que a experiencia já vem nos mostrando com os factos que, cada dia, se desenrolam entre nós, onde ninguem ignora o desenvolvimento espantoso da criminalidade. Paes derramam sentidas lágrimas, queixando-se amargamente da desobediencia e desvio de seus filhos, os quaes, no verdor de seus annos, uns estragados o organismo, pelo entregar da devassidão, apresentam uma velhice prematura, em quanto outros já hão feito correr o sangue irmão, por não terem querido passar por medrosos ou cobardes! Ahi temos a colheita dos fructos que houvemos plantado! Ahi temos a consequencia logica de nossa desidia para com os nossos filhos; da escola *neutra*, oficialmente implantada em nossa terra e tolerada pela profunda indiferença e mortal inercia de nós, catholicos brasileiros, que só nos contentamos com o ficar na immensa, na louvável maioria! Meus bons collegas, consideraee que uma bôa parte cabe-nos na regeneração de nossa Patria; porque optimo campo de acção se nos depara. E diante d'esses grandes infortunios, muito lamentavel seria tambem a nossa desidia, si nós, que tomamos o encargo tão importante, quão espinhoso de ministrar os primeiros conhecimentos humanos à pequenada, deixássemos de ensinar-lhes, igualmente, o caminho da verdadeira felicidade, fundado na pratica da sublime e incomparável doutrina do Divino Martyr do Gologota. Mãos à obra, pois, camaradas! E cathecismo no caso! (Consequência logica. O RISO. Cidade de Patos, n. 13, 12 out. 1916, p. 2).

A crença na necessidade vital da instrução era amplamente propagada pelos jornais, como podemos observar neste artigo, que faz um forte apelo aos pais para matricularem seus filhos, garantindo-lhes um futuro de glória e sucesso. Entretanto, o articulista ressalta que a educação *a priori* necessária é a mais fácil de ser cumprida por se constituir na “simples apreensão das primeiras letras”. É importante salientar que essa era a formação reservada ao povo, e, aos pais, cabia a missão de guiar seus filhos para que estes habitassem e alimentassem os grupos escolares, criando, assim, uma massa a ser disciplinada e formada aos moldes do novo regime.

Nunca é demasiado insistir na obrigação que aos pais assiste, de ministrarem a seus filhos os benefícios da instrução. Não significa isso, que devam todos proporcionar-lhes a aquisição de conhecimentos múltiplos e aprofundados da sciencia, transformando-os em doutores e homens de letras. Nem sempre é isso possível e oportuno, e nem sempre a consulta aos verdadeiros interesses e inclinações da mocidade. Mas o que é imprescindível e da mais absoluta necessidade é que se lhes firme o espirito nas luzes dos primeiros conhecimentos, que os tornarão aptos para a vida pratica e capazes de administrarem sem difficuldades os seus interesses, qualquer que seja o ramo de actividade adoptado. A simples apprehensão das primeiras letras, traz muitas vezes, para o espirito, a expansão das faculdades da intelligencia superiormente constituida e a conquista futura, de mais amplos conhecimentos, que o espirito realiza por si mesmo, sem mais o auxilio que os recursos naturaes do raciocinio e da investigação. O analphabetismo tem constituido para nós um obstaculos formidavel, anteposto à marcha dos nossos destinos triumphantes, é a verificação maxima do progresso a que devemos chegar, pela exhuberancia das grandezas sem fim, de que somos detentores. (Pela instrucção. CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 2, n. 97, 31 dez. 1916, p. 1).

Vale a pena conferir, no artigo que se segue, os comentários do articulista em relação aos esforços dos governantes do estado de Minas Gerais quanto à disseminação e eficácia do ensino:

Na linguagem de muitos publicistas, assume o analphabetismo, entre nós, as proporções de um verdadeiro cancro social. É nosso dever combate-lo sem desfalecimento, certos de que legamos aos nossos filhos a mais valiosa das heranças, a unica que não perece entre as riquezas ephemeras e transitorias. Em Minas, sobretudo, seria um crime o descaramento do ensino por parte dos chefes de familia. Nenhum outro Estado do Brazil, ostenta como o de Minas, em tão alto gráo, o esmerado carinho com que é bafejado pelos governantes esse importante problema. Na dotação orçamentaria é o departamento administrativo melhor aquinhado, porque nada que a disseminação e eficácia do Ensino, sejam realidade brilhante, que hoje se verifica, e que de tantas benções deve corôar os esforços do actual governo. De facto, o ensino, constitui de há muito a maior das cogitações do honrado presidente que tão superiormente dirige os destinos do Estado, e é hoje a mais bella attestação de sua proficiência e capacidade de administrador, secundado brilhantemente pela dedicada operosidade do Snr. Dr. Americo Lopes. E é assim que, por toda a parte do vasto território mineiro, surgiram grupos escolares, escolas isoladas, escolas ruraes e até, a sábia e humanitaria instituições das caixas escolares, para que a nenhum de seus filhos, faltasse o pão do espírito, que é a instrucção. (Pela Instrucção. CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 2, n. 97, 31 dez. 1916, p. 1).

Os editoriais dos jornais buscavam sensibilizar a população, chamando atenção para a importância da frequência dos alunos e da rotina escolar. Entretanto, ao analisarmos alguns artigos da imprensa oficial de Minas Gerais, através da *Revista Mineira da Educação* (1929), podemos constatar que o problema da evasão escolar era uma realidade de todo o Estado e persistia com o avanço dos anos, uma vez que o inspetor-geral da Instrução de Minas Gerais, Mário Casasanta, fez um apelo ao episcopado mineiro, que foi transmitido ao clero pelo bispo diocesano de Pouso Alegre, pedindo o apoio e auxílio dos “guias espirituais do povo” em prol da instrução:

Sinceramente empenhados em que o maior número de crianças em idade escolar se matricule, nas escolas e grupos escolares, de maneira que se realize, do melhor modo possível, a lei que tornou obrigatório o ensino em nosso Estado, vimos solicitar a valiosa intervenção de V. Exc. e de seu benemérito clero no sentido de se promover intensa e carinhosa campanha. Ao alto espírito de V. Ex. e à orientação eminentemente civilizadora da Igreja offerece-se agora nova ocasião de um verdadeiro apostolado civico, para a persuasão do nosso povo da importância dos benefícios da instrução. Queremos crer que V. Ex. hade ministrar a collaboração efficaz, prestigiosa e indefectível, que sempre ministrou ao paiz, tanto mais que não se trata apenas de uma causa civica, mas principalmente de uma grande causa humana. (Appello ao episcopado. REVISTA MINEIRA DO ENSINO. Belo Horizonte, anno 4, n. 30, fev. 1929, p. 87).

Sensibilizado pelo apelo de seus fiéis, o bispo diocesano Octaviano Chagas de Miranda faz interessantes considerações sobre a importância da instrução, salientando as razões pelas quais a Igreja deve colaborar com a difusão do ensino, como podemos observar nesse artigo:

A primeira razão de auxiliarmos, quanto possível, a diffusão de ensino primário, é o grande bem que desse ensino resulta para nosso povo. É escusado, por sua evidencia, salientar a necessidade da instrução, ao menos elementar, para as todas as classes, mesmo para os pobrezinhos. As condições econômicas, moraes e sociaes dos indivíduos, das famílias e das cidades, só têm a ganhar com a instrução, uma vez que não falem os ensinamentos religiosos, que completam as luzes do saber humano e dão aos homens a diretriz para a vida [...] E ao clero cabe lembrar constantemente esse dever de consciência, agora agravado pela lei estadual que obriga, sob pena de multa, a frequência escolar [...] Outra razão para nos empenharmos pela instrução popular é ditada pelo nosso patriotismo. Um paiz sem instrução nunca pode ser grande [...] “Ou o Brasil encara a ignorância como uma calamidade nacional e lhe acóde com o socorro immediato, disse Miguel Couto, ou estará irremediavelmente batido na concorrência com as nações cultas” [...] A todas essa razões de collaborarmos com o governo do Estado na grande obra da instrução publica accresce o motivo do reconhecimento ao sr. Presidente do Estado, pelo nobre gesto de sua ex., permitindo o ensino religioso nas escolas, dentro do horário escolar [...] Fazamos tudo para que o preclaro mineiro veja os seus esforços em prol da instrução coroados do maior êxito, de modo que o governo de s. ex. seja assignalado por um notável aumento da frequência escolar, preparando um futuro mais auspicioso para o nosso Estado. (A palavra de um bispo. REVISTA MINEIRA DO ENSINO. Belo Horizonte, anno 4, n. 30, fev. 1928b, p. 88).

Não se pode negar que a implantação da República desencadeou, com o passar do tempo, um estado de espírito e um clima de euforia na população em geral. Toda essa efervescência propiciava um culto ao civismo, que envolvia o povo, criando uma forte representação em torno da idéia de progresso e aumentando, assim, a crença na modernidade anunciada. É o que podemos notar neste caloroso discurso proferido em homenagem ao Grupo Escolar de Patos de Minas.

39

Senhores: De entre os commettimentos de real importância levados a effeito nesta cidade, eu sou o de maior destaque, e represento o mais elevado expoente do progresso, do civismo, da cultura intellectual da sociedade patense! Mais do que a luz que illumina nossas praças, espancando as trevas das nossas noites — eu sou o pharol que hade guiar a intelligencia da nossa infância, através da nossa existencia, fazendo recuar as brumas da ignorancia para se reflectir no céu da nossa intellectualidade! Mais do que a água que nos mitiga a sede do corpo, e, em jactos crystallinos, corre murmurejante, banhando nossa cidade, eu sou o manancial de água viva, onde, a largos tragos, hade beber a alma patense as aljofradas gottas do saber, da instrucción e da educação. Mais do que nossos jardins, onde vicejam flores, cuja vida se vae tão depressa como depressa do nascente ao poente se vae o sol, eu sou o canteiro onde se cultivam flores, cujo odor imperecível, atravessando os tempos, transpondo os nossos muros, levará ao longo a fragrância de suas pétalas, a vitalidade de sua seiva! Eu sou o Grupo Escolar de Patos! Para mim se voltam os olhares de nossa Pátria, a esperança da nossa família, o futuro da nossa sociedade, a grandeza moral e intellectual da nossa geração. Sou Luz, Agua e Jardim! Luz, heide brilhar no céu da progressista Patos, espancando as trevas da ignorancia; Agua, heide ciciar mansamente por entre o vergel da nossa infância, refrigerando-lhe as bocas sequiosas da instrucción! Jardim, heide vicejar, crescer, florir, desfazer-me em pétalas, produzie fructos de trabalho e encher esta cidade, de canto a canto, de lar a lar, das flores que embalsamam as intelligencias: — as flores do saber... Disse. (Discurso pronunciado pelo intelligente José Eunápio Borges, no Jardim Publico. O RISO, Cidade de Patos, n. 26, 25 fev., 1917, p. 1).

O grupo Escolar Marcolino de Barros se tornara, finalmente, parte do cenário da cidade. O sonho republicano dos benfeitores patenses se materializara. O povo agora se desdobrava em comemorações cívicas e fervorosos discursos ecoavam pela cidade, exaltando o símbolo da modernidade e do progresso. A elite republicana erguia, na cidade, seu principal reduto, e, embalados pela euforia do povo patense, os jornais anunciavam o grande acontecimento com louvor.

Effectuou-se, no dia 4 do corrente, conforme fora annunciada, a installação do Grupo Escolar desta cidade, longa aspiração do povo de Patos, que agora vê iniciar-se uma nova phase para a instrucción da infância. Assumindo a presidência da sessão o Dr. Mauricio Pottier Monteiro, Inspetor Municipal, convidou para fazerem parte da meza os Srs. Dr. Adelio Maciel, presidente da Câmara Municipal. Dr. Antonio Carlos Soares de Albergaria, Juiz de Direito

da Comarca, Dr. Orlando Ferreira, Inspector Regional do Ensino, Cel. Farnese Maciel, Presidente do directorio político do município, Dr. Marcolino de Barros, vice-presidente do mesmo directorio, Dr. Euphrasio Rodrigues, Dr. Laudelino Gomes e o Revmo. Parocho, Cônego Getulio Alves de Melo. Verificou-se a matricula de 323 alumnos, tendo comparecido 220, e respondido à chamada, 180. Usaram da palavra os Srs. Drs. Marcolino de Barros, Euphrasio Rodrigues, Laudelino Gomes, Mauricio Pottier Monteiro, e mais o Sr. Cônego Getulio de Melloe acadêmico Antonio Maciel, fazendo todos, elevadas considerações sobre a solemninidade que se realisava e os fecundos resultados que se esperam dessa importante aquisição para Patos. Procedeu à benção do edificio o Revmo. Cônego Getulio, servindo de paranyphos os Drs. Antonio Carlos Soares de Albergaria e Mauricio Pottier Monteiro, Juizes de Direito e Municipal. Foi elevado o comparecimento de famílias e cavalheiros que alli se achavam representando a população de Patos. Abrilhanaram a solemninidade as duas corporações musicas, executando alegres trechos. Pelo Sr. Fortunato Pinto da Cunha, hábil photographo, foram apanhadas as photographias do Grupo, meninos e corpo docente, sendo erguidos, ao som do hymno nacional, entusiasticos vivas ao Presidente do Estado, ao Secretario do Interior, ao Dr. Marcolino de Barros, e ao povo de Patos. (Solemnidade da Installação do Grupo Escolar de Patos. CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 3, n. 119, 10 jun. 1917, p. 1).

O espírito de euforia era tão presente nos articulistas dos jornais que, em um mesmo jornal, foi publicado mais de um texto sobre a grande inauguração do grupo escolar:

O acontecimento mais palpitante da hebdomada que vem de decorrer, foi para Patos a installação do seu Grupo Escolar. E realmente, deve ser assignalado entre os factos da chonica da nascente cidade, com um dos mais promissores passos para o seu desenvolvimento intellectual e material, e como um dos melhores benefícios para a sua população. Não são somente affirmações do progresso, as aquisições que se traduzem em apitos de locomotivas e estabelecimentos industriais, na caprichosa estrutura das elegantes edificações, que consultam ao luxo e à ostentação, no surgimento, enfim das bellas avenidas com todo o seu caudal de lojas, bares, casas de diversões, etc. em que se dá expansão à vaidade, aos gostos frívolos, ao desejo de exhibição. Um Grupo Escolar, rigorosamente constituído, preenchendo cabalmente os seus fins, não é uma aquisição secundaria e vulgar [...] É um núcleo de trabalho, de aperfeiçoamento, em que as intelligencias se dilatam, a vontade e o character se educam, as faculdades se manifestam e aperfeiçoam, abrindo à infancia um futuro até então desconhecido, e campos mais vastos e accessíveis para a applicação da actividade. À evolução dos characteres e das intelligencias é que succedem então os artefactos do progresso, pela eclosão das necessidades e das aspirações, que vão surgindo progressivamente. Ao lado de cada escola de letras, deveria existir um apprendizado do trabalho. Mas este, surge por si mesmo, quando o menino sentindo-se capaz de aspirações, tem a idéia do dever, e comprehende que necessita do trabalho, para poder vencer na vida. A população de Patos deve pois, rejubilar-se com o acontecimento que se concretisou na installação do Grupo Escolar, iniciado sob tão bons auspícios, e cercado das melhores garantias para fecundos e proveitosos resultados. (Uma bella aquisição. CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 3, n. 119, 10 jun. 1917, p. 1).

Junto com a simbologia do grupo escolar, foi escolhido o mito para representá-lo. Nesse sentido, foi feita uma representação ao governo do Estado, solicitando denominação de Marcolino de Barros ao grupo escolar que estava sendo instalado.

A população de Patos, diante das afirmações de operosidade do Sr. Dr. Marcolino de Barros, em Prol do levantamento desta cidade, e compenetrada da efficacia dos esforços com q'se bateu o incansável amigo de Patos, pella aquisição do Grupo Escolar que vem de ser installado, vae enviar ao Governo do Estado uma representação, em que solicitará para esse Grupo a denominação de “Marcolino de Barros”, como testemunho de reconhecimento, e de alto valor em que são tidos os seus esforços pelo progresso do município. É uma homenagem esta, em que se faz abstracção do seu valor político, e real e merecido destaque, para nelle se encarar com maior saliência o incansável benemérito desta terra, que tanto lhe deve hoje. É, pois, uma homenagem filha de sentimentos nobres e legítimos, e á qual todos os habitantes de Patos vão prestar o seu concurso, sincero expontaneo e justiceiro. (Justa Homenagem. CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 3, n. 119, 10 jun. 1917, p. 1).

Em relação à instrução, cumpre esclarecer que a falta da mesma era apontada como causa de todas as mazelas da sociedade e, junto com a necessidade de se instruir, enfatizava-se a responsabilidade dos pais e da sociedade na educação de seus filhos. É notória a utilização de estratégias de controle através de argumentos usados para tocar os sentimentos da população. Ao apontar a falta de instrução como a grande vilã da sociedade e os pais como responsáveis diretos pela instrução de seus filhos, fecha-se o cerco em torno de representações poderosas que acenavam para a efetivação de uma conduta moral e cívica do povo na grande luta por uma nação instruída e fortalecida pelas luzes do desenvolvimento e do progresso, completamente destituída da violência gerada, de acordo com a opinião da época, pela falta de instrução, que não raro se converte em vadiagem e criminalidade:

Os crimes em nossa Comarca têm se reproduzido de um modo verdadeiramente assustador, com tristeza o dizemos. A cada passo, vem-nos ao conhecimento a noticia de um novo assassinato, de um ferimento grave ou mesmo leve, enfim, de um crime qualquer, praticado em diversos pontos de nosso Município, e mesmo no coração d'esta Cidade. A fim de cohibir estes excessos, a fim de diminuir ou mesmo acabar de vez com a criminalidade, entre outros meios, apontamos um, que julgamos ser o principal, para não dizermos o único: — A INSTRUÇÃO. A instrução é o alicerce da paz, da concórdia e do progresso. Sem ella, digamos com franqueza, assemelhamo-nos aos brutos, estamos promptos a commetter toda sorte de arbitrariedades, toda sorte de crimes, mesmo os mais bárbaros, os crimes mais repugnantes. Devemos, portanto instruirmo-nos; devemos educar os nossos filhos, para que, mais tarde, elles não nos dêem desgostos, tornando-se criminosos. Devemos mandal-os à escola, porque, “a escola é a miniatura da sociedade”, como disse alguem. Nella entrando, a creança penetra o recinto em que receberá as primeiras noções dos deveres

recíprocos, que constituem o trato social. Esses deveres, embora tantos e de tão varias espécies, são quase todos esboçados e exemplificados na escola. “A escola é o pequeno scenario, onde se ensaiam as exhibições da vida”. Devemos procurar para nossos filhos um professor illustrado, e sobre tudo religioso, porque, fora da religião nada de bom podemos conseguir. Devemos, sim, é um de nossos mais sagrados deveres o tratarmos da educação de nossos filhos. O seu futuro depende da instrução que lhes dermos: si ella for bôa, elles serão bons; si for má forçosamente serão máus. Saibamos educar os nossos filhos e acabaremos com a criminalidade — reformaremos o mundo. (A criminalidade e a instrução. O COMMERCIO, Cidade de Patos, anno 1, n. 32, 18 jun., 1911, p. 1).

As comemorações cívicas, ícones da República, apresentavam um aspecto disciplinador, pois almejavam, sobretudo, criar uma representação coletiva em torno do verdadeiro amor à pátria. Para tanto, os regulamentos escolares obrigavam os alunos a comparecerem às festividades em ocasião das datas nacionais mais importantes. Além do exposto, abria as portas das escolas aos familiares e ao povo em geral.

É do espirito do nosso Regulamento: as casas de ensino, Grupos e escolas não devem deixar passar uma data nacional sem que se faça uma commemoração civica em que se dê a razão de ser dos diversos feriados, modesta embora, afim de se incutir e despertar nos meninos o verdadeiro amor á Pátria. A essas festinhas que se fazem, comparecem os alumnos, por obrigação, conforme estatue o mesmo Regulamento. E porque o não fazem tambem as Exmas. Familias, o povo em geral? Isto servirá, quando não haja outro fim, para se estabelecer uma continuidade entre a escola e o lar, entre professores e as Exmas. Familias. Não adoptamos o habito de convites especiaes, justamente para não incorrerem em falta, omitindo algum nome. Ficam, pois, desde agora, pelas columnas deste jornal, convidadas todas as pessoas que se interessam pela instrução, independentemente de outro convite, a abrilhantarem com suas presenças as festinhas do Grupo nos dias feriados, deleitando-se com a petizada nos seus recitativos interessantes, certas de que nos darão immenso prazer. (O Grupo Escolar e as Datas Nacionais. GAZETA DE PATOS, Cidade de Patos, anno 1, n. 5, 28 jul. 1929, p. 5).

Essas comemorações eram permeadas pelos ideais de civilidade da ordem e do progresso, sendo assim transformados em grandes e fervorosos espetáculos oferecidos pela população, que, enaltecida, desfilava pela cidade aclamando a Pátria e abrilhantando os grandes acontecimentos. Nesse sentido, a Semana da Pátria era uma das principais datas festejadas, pois consubstanciava as idéias de nacionalismo e amor à pátria, verdadeiros ícones do ideal republicano. Considerando que o tempo histórico não se apresenta em compartimentos fechados, selecionamos este artigo que, embora ultrapasse o corte cronológico da nossa pesquisa (1889–1930), demonstra claramente que na história não podemos desprezar o velho, pois ele se apresenta sempre inserido no novo. Ainda que com

uma nova roupagem, cada tempo histórico traz consigo as marcas do passado, como podemos observar no artigo a seguir, que está permeado pelos ideais republicanos disseminados desde a implantação da República. Assim, em 1942, o Sete de Setembro se apresentava dessa maneira:

Encerrando as memoráveis comemorações da Semana da Pátria, realizou-se rumuosa, no dia 7, a grande parada dos estudantes desta cidade. Consoante programa previamente distribuído, às 7 horas da manhã, no pátio do Grupo Escolar foi celebrada a missa de louvor pelo Revmo. Coadjuvante, Padre João Valim. Após a missa, serviu-se ligeiro lanche aos escolares, para imediatamente iniciar-se o grande desfile pelas ruas da cidade. Entre os acontecimentos de monta de nossa terra, o desfile do dia 7 constituiu um dos mais entusiasmados e deslumbrantes que a cidade já viveu e já sentiu. A banda de música “Olegário Maciel”, executando hinos patrióticos, ocupou a frente do garloso desfile, ao rufar de tambores, sendo acompanhada pela nossa “linha de tiro”, pelos reservistas, pelos alunos da Escola Normal Oficial local, pelos alunos do Grupo Escolar Marcolino de Barros e por grande massa de povo. Cada estabelecimento ou corporação empenhava a sua bandeira nacional, ladeada pela respectiva guarda de honra. Todos os escolares e professores traziam uma bandeirinha, formando uma profusão de bandeirinhas que se agitavam nas instâncias de mais entusiasmo e garbo. Logo que o enorme desfile, que contava mais de 1.500 escolares e mais de 3.000 pessoas, defrontou o Paço Municipal, foi a Bandeira Nacional ali desfraldada por todas as altas autoridades presentes, ao som do hino nacional e em meio ao frêmito patriótico da mocidade e do povo. (O grande e imponente desfile do dia 7 de setembro. O entusiasmo reinante entre os escolares. A vibração do povo. Os discursos. FOLHA DE PATOS. Patos de Minas, ano 2, n. 73, 13 set. 1942, p. 1)

Outro aspecto que se observa noutro fragmento da mesma comemoração cívica é seu caráter simbólico. O cenário criado em ocasião desses acontecimentos propiciavam o culto ao civismo, criando, dessa maneira, uma identidade coletiva reforçada nas publicações da imprensa que, em geral, fazia dessas ocasiões apologia à pátria e a seus representantes.

Depois de calorosos vivas ao Presidente Vargas, ao Governador Valadares, ao glorioso Exército Nacional, ao Brasil e ao Prefeito Fonseca Sobrinho, o povo cantou o hino nacional encerrando a sessão cívica, que ficou gravada na memória de todos como a cena mais tocante que a Patos já viveu e que maior repercussão e vibração produziu no nosso povo, inteiramente pronto e disposto a cumprir o dever que os imperativos da Pátria fizeram sentir. “Folha de Patos”, que solidária, esteve presente a todos os atos regoseja-se com o eminente Prefeito Fonseca Sobrinho pelo alto civismo revelado pelo povo nesta hora de incertezas e dificuldades para a Pátria, demonstrativo, aliás, de sua inteira confiança na pessoa do ilustre amigo que, com fibra e dignidade, soberbamente dirige o município. (O grande e imponente desfile do dia 7 de setembro. O entusiasmo reinante entre os escolares. A vibração do povo. Os discursos. FOLHA DE PATOS. Patos de Minas, ano 2, n. 73, 13 set. 1942, p. 4).

Os jornais veiculavam as idéias educacionais que pareciam brotar espontaneamente das necessidades de modernização da sociedade patense. Os argumentos, mesmo que indiretamente, trazem consigo os valores preconizados pela filosofia positivista, especialmente da moral de Augusto Comte. As máximas do positivismo estavam não apenas na bandeira nacional; também compareciam quase semanalmente nas páginas dos jornais locais. A tríade de Comte: amor, ordem e progresso pareciam moldar a consciência dos quadros dirigentes, sem que se pudesse perceber a contradição entre o progresso científico e o conservadorismo social do positivismo. Não havia na prática jornalística um projeto de modernização que coubesse o bem-estar social; o discurso econômico fazia sucumbir o amor, que nem mesmo na bandeira nacional comparece. A instrução escolar sempre alardeada não se fazia acompanhar da proposição de oportunidades iguais para os diversos segmentos sociais que compunham a sociedade da época, de uma cidade que já possuía um centro urbano, mas que ainda se caracterizava como município agropastoril.

A citação abaixo poderia ser extraída de qualquer jornal do país, o que significa dizer: a defesa da educação escolar sempre foi feita em tese, mas o seu destinatário não era o conjunto da sociedade, mas as camadas liberais que possuíam os pré-requisitos para a vida escolar:

A instrução é a base do progresso; sem ella que desenvolve as faculdades pensantes de cada individuo ou cellula social; sem ella que faz o cidadão comprehender os misteres da vida e os deveres para com a sociedade; sem ella, enfim, que reveste o homem dos poderes para lucta quotidiana pelo viver, é impossível avaliar-se o benefício e prosperidade que possa trazer à nossa Pátria. (A instrução no Brazil. O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 1, n. 2, 27 ago. 1905, p. 1).

A promoção da educação escolar estava associada ao ensino científico, em clara oposição às potencialidades locais e às peculiaridades da população. A integração do município patense à nação depende, primeiramente, da negação da diversidade cultural dessa localidade interiorana e bem distante dos grandes centros urbanos do país. Era preciso apagar a mácula do atraso social para implementar o progresso econômico. O arco temporal coberto pelos primeiros jornais de Patos de Minas é ocupado pelas manifestações de defesa e reivindicação pela instrução escolar. Não há, nesses jornais, iniciativa similar que valorize o saber local, os saberes das pessoas. A idéia de progresso não era proposta para a coletividade, mas para as classes proprietárias, de terras e de rendas.

A respeito da instalação do Grupo Escolar, que levaria o nome da personalidade patense da época — Marcolino de Barros —, o editorial do *Cidade de Patos* não mediu adjetivos para louvar o começo do futuro:

Um Grupo Escolar, rigorosamente constituído, preenchendo cabalmente os seus fins, significativamente elevado, do que os marcos de adeantamento que apenas satisfazem o goso e a commodidade. É um núcleo de trabalho, de aperfeiçoamento, em que as intelligencias se dilatam, a vontade e o carácter se educam, as faculdades se manifestam e aperfeiçoam, abrindo à infância um futuro até então desconhecido, e campos mais vastos e accesíveis para a applicação da atividade. (Editoria. CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 3, n. 119, 10 jun. 1917, p. 1).

O futuro ou a longa espera pela democratização das oportunidades de ensino: eis uma reivindicação mais difícil do que a demanda por prédios modernos para receber a infância apta às primeiras letras. A reivindicação da imprensa era aquilo que as nações mais desenvolvidas já tinham constatado ser indispensável para a modernização da sociedade e fortalecimento dos mercados consumidores. Ainda isenta do pragmatismo, a imprensa local apenas clamava pela instrução como política de salvação e ampliação de leitores para a continuidade do negócio que ganhava corpo no século que se iniciava.

Considerações finais

Ao analisarmos o período proposto (1889–1930), podemos observar que a elite dirigente do país, ao implantar o regime republicano, tomou para si a responsabilidade de alcançar, a passos largos, o progresso da nação usando, como elementos de sustentação, os princípios liberais de democracia e cidadania e os preceitos harmônicos do positivismo. Esses elementos iriam contribuir para disseminação dos ideais de civilidade e da ordem e progresso por todo o país.

Para atingir seus objetivos, era necessário que os governantes reestruturassem a sociedade aos moldes do novo regime. Para tanto, deveriam criar um novo homem que, em consonância com o novo tempo, contribuiria de maneira efetiva para a constituição de uma nação. Nesse sentido, o regime republicano fez da educação o instrumento ideal para amalgamar as massas, recrutando o povo via instrução para a grande marcha em prol do desenvolvimento do país.

Todo esse processo deveria propiciar o ajustamento social do indivíduo, que, inserido em uma sociedade que buscava a ordem e o progresso, não poderia destoar da estampa harmônica que ilustrava a nação, sob pena de se transformar em um grande mal, que deveria ser extirpado da sociedade para não comprometer a harmonia vigente. Entretanto, para que essas concepções educativas penetrassem no imaginário das pessoas e se transformassem em um corpus social, era necessária sua disseminação. Dessa forma, a imprensa se apresenta como principal elemento propagador dos ideais republicanos: o pensamento divulgado pela imprensa patense ia ao encontro dos setores dominantes nacionais ao se afirmar a necessidade de criação de escolas na região, enfatizando, com caráter de urgência, a importância da instrução para o progresso do Brasil e chamando o povo para participar da condução do país em direção à modernidade.

Por ser a imprensa o reduto do pensamento, na qual este circula quase de maneira palpável, consideramos a análise de jornais extremamente pertinente para a história. Afinal, é através de seus artigos que podemos estabelecer uma aproximação possível entre educação e imprensa, quando, no discurso dos articulistas desses jornais, conseguimos identificar este ou aquele elemento propagador dos ideais republicanos que, não raro, apresentam-se estrategicamente engendrados na sociedade brasileira.

Além do exposto, podemos perceber, no conjunto dos documentos analisados, que, diante do cenário de transformações que estava ocorrendo em toda sociedade patense, a imprensa, por não ser neutra, não conseguiu se apresentar de maneira imparcial. Portanto, além de propagar os ideais republicanos, contribuiu, através de seus discursos, para a implantação de uma nova cultura escolar que estava nascendo com a criação dos grupos escolares. Essa contribuição é notória em nossas análises no momento em que os jornais elucidam a importância da instrução e, concomitantemente, convocam toda a sociedade para participar da grande marcha do país rumo ao progresso.

Cumprir dizer que todo esse processo pode ser percebido nas linhas e entrelinhas dos artigos ora analisados, uma vez que a imprensa elaborava seus discursos a partir do advento da República. Entretanto, os articulistas desses jornais calaram suas vozes sobre as desigualdades e discrepâncias do novo regime. Nesse sentido, buscou-se criar, através de representações e símbolos, uma identidade coletiva de conformação frente às desigualdades e de luta frente ao fortalecimento da República e do país.

Em síntese, podemos concluir que as idéias propagadas pela imprensa, bem como sua relação profícua com a educação, contribuíram para fortalecer valores e regras de conduta, sempre legitimadas pelo povo, além de cristalizar, em seu interior, uma clara intencionalidade de propagar e consolidar, no seio da sociedade patense, o espírito republicano disseminado por todo o país. É importante ressaltar que a legitimidade do povo não se dava pelo acesso direto aos jornais, uma vez que a grande maioria da população era composta de sujeitos iletrados. Entretanto, os discursos adotados pela imprensa engendraram grande impacto e eram assimilados pelo povo, uma vez que eram cuidadosamente articulados com o intuito de promover uma cultura civilizatória na população. Dessa maneira, Patos de Minas, que nascera com os sonhos republicanos (1892) e foi embalada pela República, desenvolveu-se ao longo da história sendo fiel aos ideais que a sustentou desde sua gênese: os ideais republicanos.

Por fim, é importante ressaltar que, no desenvolvimento desta pesquisa, percebemos que a consolidação da República envolveu, como cenário e cena da conquista da liberdade e da democracia, símbolos e representações que fizeram de sua proclamação um acontecimento cercado de glórias e que introduziria, mesmo que tardiamente, a modernização da sociedade brasileira. Contudo, o progresso não é fenômeno destituído de história e demanda o cumprimento de um percurso que deve ser traçado previamente. A ordem republicana não deixou de ser a tentativa da invenção do progresso sem que suas premissas existissem, ou mesmo que o movimento republicano o tivesse planejado. A prática republicana pareceu fundir dois movimentos de idéias tipicamente europeus: idealismo e positivismo. Os quadros

dirigentes locais e os líderes nacionais, em que pese a crença depositada na educação escolar, não tiveram a lucidez para avaliar o que era herdado do passado colonial: o advento da República coincidiu com o momento:

[...] da desagregação do regime estamental de castas e do desenvolvimento interno do capitalismo, foi amplamente solapado pela coexistência e concorrência do trabalho servil e semilivre e do trabalho livre, provocadas pela coetaneidade de várias idades históricas distintas e pela articulação, no mesmo sistema econômico, de modos de produção pré-capitalistas e capitalistas. (FERNANDES, 1974, p. 36).

O clamor pelo progresso impedia os articulistas dos jornais de lançarem o olhar para os homens desprezados pela ordem econômica nascente e, também, pelo discurso jornalístico. A nova educação escolar destinava-se aos que iriam nascer, e não aos homens que, no anonimato das tarefas estafantes do trabalho braçal, edificavam o único progresso possível para os proprietários rurais e faziam funcionar o modesto comércio local, homens que foram lembrados por Antonio Candido de Melo e Souza (1982, p. 81):

O caipira típico foi o que formou essa vasta camada inferior de cultivadores fechados em sua vida cultural, embora muitas vezes à mercê dos bruscos deslocamentos devidos à posse irregular da terra, e dependendo do bel-prazer dos latifundiários para prosseguir na sua faina.

O passado mitigado é o contraponto dos textos dos jornais. O progresso se opõe à realidade brasileira da passagem de século. Afirmar o progresso é negar a realidade. Sem dúvida, a imprensa, mesmo de uma cidade interiorana, reflete o anseio pela novidade e pelo pouco valor que dava ao progresso possível alcançado pelo trabalho rudimentar daquele momento histórico que antecedeu o uso de máquinas em lugar da tração humana e animal.

Em suma, após a leitura de centenas de artigos e editoriais dos jornais pesquisados, é possível constatar a disjunção entre realidade e progresso a ser implementado. A negação da condição local em nome da modernização era já o predomínio da ordem econômica sobre as demais instâncias da vida social. A escolarização não precisaria contribuir para a autonomia dos indivíduos; bastaria o mínimo de qualificação para as poucas ocupações profissionais que timidamente eram implementadas no espaço urbano em expansão.

Referências

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. (Reconquista do Brasil; nova ser, v.70).
- BAUSBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: L.B., 1962.
- BORGES, Alex de Castro; SILVA, Rosa Maria Ferreira. **Informe histórico de Patos de Minas**. Patos de Minas: Dimep — Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural, 2008. 22p.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales, 1929–1989**, a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, Rio de Janeiro: Kosmos, 1993.
- CARVALHO, Carlos Henrique. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação de Honório Guimarães. Uberabinha: 1905–1922. Uberlândia: Edufu, 2004. 123f.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CARVALHO, Maria Marta Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene moral e trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924–1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.506f.
- DE LORENZO, Helena Carvalho. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1975.
- FARIA, Rosicléia Aparecida Lopes. **Educação, ordem e progresso**: o Grupo Escolar Marcolino de Barros enquanto espaço de “civildade” (Patos de Minas, MG — 1913/1930). 2004. Monografia (Graduação em Pedagogia) — Faculdade de Educação do Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas/Uberlândia: Autores Associados/Edufu, 2002, p. 133–50.
- FAUSTO, Boris. O Brasil republicano. In: **Sociedade e instituições** (1889–1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1974.
- FONSECA, Geraldo. **Domínios de pecuários e enxadachins**: história de Patos de Minas. Belo Horizonte: Inorabras, 1974. Coleções Especiais: Autores Patenses. 303f.

GATTI JÚNIOR, Décio. Fernando de Azevedo: marcos conservadores de uma ação reformista. **Educação & Filosofia** Imprensa: Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 51–65, dez., 1996.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia** — que é sociologia? 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Anuário estatístico do Brasil 1908–1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1–3, 1916-1927 In: **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova** (1929). 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova. In: XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931–1961). São Paulo: Papirus, 1990.

MELO E SOUZA, Antonio Candido. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

MELLO, Antônio de Oliveira. **Patos de Minas**: capital do milho. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971.

MELLO, Antônio de Oliveira. **Patos de Minas**: minha cidade. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1982.

MELLO, Antônio de Oliveira. **Uma história de exercício de democracia**: 140 anos do Legislativo Patense/Antônio de Oliveira Mello, José Eduardo de Oliveira, Paulo Sérgio Moreira da Silva. Patos de Minas: Câmara Municipal de Patos de Minas, 2006, 556 p.

MINAS GERAIS. **Regulamento do Ensino Primário**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo. Loyola. 1972.

PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Educação no Brasil**: anos 20. São Paulo: Loyola, 1983.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil (1930–1973)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga de Minas Gerais**. 4. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: _____. **Como se escreve a história**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998, p. 237–85.

VOLPATO, Luisa Rios Ricci. Entradas e bandeiras. São Paulo: Global, 1985.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931–1961). São Paulo: Papirus, 1990.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira. Paz e Terra. São Paulo, 1982.

Fontes documentais

CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 2, n. 97, 31 dez. 1916.

CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 2, n. 97, 31 dez. 1916.

CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 3, n. 119, 10 jun. 1917.

CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 3, n. 119, 10 jun. 1917.

CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 3, n. 119, 10 jun. 1917.

CIDADE DE PATOS. Patos de Minas, anno 3, n. 119, 10 jun. 1917.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas, ano 2, n. 73, 13 set. 1942.

FOLHA DE PATOS. Patos de Minas, ano 2, n. 73, 13 set. 1942.

GAZETA DE PATOS, Cidade de Patos, anno 1, n. 5, 28 jul. 1929.

GAZETA DE PATOS. Cidade de Patos, anno 1, n. 6, 7 set. 1929.

GAZETA DE PATOS. Cidade de Patos, anno 1, n. 50, 28 jul. 1930.

O COMMERCIO. Cidade de Patos, anno 1, n. 10, 15 jan. 1911.

O COMMERCIO, Cidade de Patos, anno 1, n. 32, 18 jun., 1911.

O RISO, Cidade de Patos, n. 10, 12 jun. 1915.

O RISO. Cidade de Patos, n. 13, 12 out. 1916.

O RISO, Cidade de Patos, n. 11, 19 jun. 1915.

O RISO, Cidade de Patos, n. 11, 19 jun. 1915.

O RISO, Cidade de Patos, n. 23, 20 jan., 1917.

O RISO, Cidade de Patos, n. 26, 25 fev., 1917.

O RISO, Cidade de Patos, n. 33, 19 ago. 1917.

O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 1, n. 2, 27 ago. 1905.

O TRABALHO, Cidade de Patos, anno 1, n. 4, 20 set. 1905.

O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 1, n. 6, 9 out. 1905.

O TRABALHO, Cidade de Patos, anno 1, n. 36, 15 ago. 1906.

O TRABALHO, Cidade de Patos, anno 1, n. 48, 20 ago. 1906.

O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 2, n. 4, 9 dez. 1906.

O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 2, n. 11, 27 jan. 1907.

O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 2, n. 14, 17 fev. 1907.

O TRABALHO. Cidade de Patos, anno 3, n. 62, 20 ago. 1908.

REVISTA MINEIRA DE EDUCAÇÃO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, anno 2, n. 15, mar. 1926, p. 73

REVISTA MINEIRA DO ENSINO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, anno 4, n. 27, nov.1928a.

REVISTA MINEIRA DO ENSINO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial anno 4, n. 30, dez.1928b.

REVISTA MINEIRA DO ENSINO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial anno 4, n. 40, fev. 1929.

Anexo
ARTIGOS DOS JORNAIS CONSULTADOS

Textos publicados no jornal *O trabalho*

“A Instrucção no Brazil” (Cidade de Patos [Minas], anno 1, n. 2, 27 ago. 1905, p. 1)

A instrucção é a base do progresso; sem ella que desenvolve as faculdades pensantes de cada individuo ou cellula social; sem ella que faz o cidadão comprehender os misteres da vida e os deveres para com a sociedade; sem ella, enfim, que reveste o homem dos poderes para lucta quotidiana pelo viver, é impossivel avaliar-se o beneficio e prosperidade que possa trazer à nossa Pátria.

Aqui, como algures, [...] do vastissimo [...] Minas é com [...] mesmo banal [...] a vida de que a instrucção não é necessaria; a educação de um povo depende da educação da sociedade deste povo; mas quando fallamos em instrucção nos sentimos tristes, porque a instrucção em nosso paiz é bastante deficiente, verdadeiro “polypo” sem cérebro a esgotar a pujança tropical de formosos talentos condemnados a improductividade e à esterilidade precoces ao apparatus “tuxidio” das formas.

Desgraçada situação esta que não se encontra em nosso paiz um só dos departamentos scientificos que possa dizer-se que é genuinamente brasileiro, como se diz que a Chimica é uma sciencia franceza, a Psychologia uma sciencia ingleza, a Anatomia-pathologica uma sciencia allemã e a Criminologia uma sciencia italiana; a filiação historica dos phenomenos para os que possuem a clarividencia dos juizos, não se prende a circumsstancia eventual de sermos ainda tenros à vista da civilisação occidental, mas no facto positivo e bem determinado da inutilidade do ensino brasileiro; continue a machina barbara do ensino official a arestar a intellengia da mocidade e, em pouco tempo, seremos a China da America enfermada de paralysia geral em todos os centros de utilidade scientifica, politica, economica e industrial.

“A Instrucção da Mocidade” (Cidade de Patos, anno 1, n. 4, 20 set. 1905, p. 3)

Aos meus amigos Drs. Euphasio J. Rodrigues e Agenor Dias Maciel.

A civilisação é o aperfeiçoamento progressivo dos homens na sociedade. As nações tendem naturalmente a augmentar suas luzes, seu bem estar e todas as vantagens que resultam do trabalho e dos esforços communs de seus membros. O desenvolvimento da moral, da sciencia, da literatura, das artes, da legislação, do commercio, da industria e da agricultura, indica o gráo de civilisação ao qual pode cada povo chegar.

A epocha contemporanea nos offerece o espectaculo de um desenvolvimento extraordinario, devido ao progresso das sciencias mathematicas, phisicas ou naturaes; à feliz applicação dessas sciencias a industria, ao commercio e a agricultura; à facilidade dos

transportes à extraordinaria e prodigiosa actividade dos negocios e à habilidade dos homens entregues a exploração das riquezas naturaes.

O progresso scientifico, causa principal do progresso material e economico, data do dia em que foram abandonados os velhos erros do methodo a priori, para seguir os ensinamentos da experiencia, as regras de uma restricta inducção, os processos d'analyse, de syntheze, de classificação natural q'crearam; pode-se dizer, a chimica, a physica e outras sciencias experimentaes já tão adiantadas e sempre em caminho de novas descobertas.

Si a civilisação fez o desenvolvimento da sciencia, das bellas artes e da litteratura, é porque não pode haver civilisação sem o conhecimento do justo, do agradável e do necessario. E como pode o homem pensar sobre o que lhe importa de mais necessario a conhecer? Como discernir os direitos e os deveres do individuo, da familia, da sociedade religiosa e da sociedade civil? Como observar as regras do honesto, do justo, do bem e cumprir os seus deveres para com Deus, para com os seus semelhantes e para consigo? Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua patria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrucção não pode haver civilisação, não pode haver progresso. E no entanto a nossa mocidade é discuidada d'ella não se pensa! Infelizmente ainda não temos no nosso vasto e esperançoso municipio um só estabelecimento onde os jovens filhos do sertão possam receber a luz da instrucção civica e religiosa. Crescem embebidos nos vicios e na mais depravada corrupção. Façamos justiça, sejamos civilizados e instruamos a mocidade, esperança do porvir!

“A Instrucção da Mocidade” (Cidade de Patos [Minas], 9 de outubro, anno 1, n. 6, 1905, p. 1–2)

Meus amiguinhos, é para vós este artiguinho que hoje rabisco; si vol-o dedico é com o fim unico de dar-vos um bom conselho, chamando ao mesmo tempo a attenção de vossos paes, parentes e amigos dos quaes depende a vossa educação e o vosso futuro. Ao ler o meu artiguite com a mesma epiraphe, disse-me um bom velhote: “Li o teu artigo e achei-o bem bom (para me agradar talvez); fallava em augmento de luzes, progresso, moral, litteratura, artes, legislação, commércio, indústria e agricultura, mas que tudo isso era devido às sciências e à civilisação. E para que tudo isto? Já não sabem tanto os nossos meninos e a nossa mocidade já não está tão adiantada?”

É verdade, lhe respondi tristemente; é verdade sabem muito os nossos meninos, mas não sabem ainda quanto e o que devem saber. Poderão elles conhecer os seus deveres e pratical-os se ignoram, até mesmo, os principios rudimentares da verdadeira civilisação, o que seja a sociedade e a família? Não, meu bom velho, a mocidade é o futuro da patria, a sua instrucção é o manancial da ordem e do progresso.

Assim como a nossa terra é uberrima na sua seiva, uberrima nas suas florestas, rica nos seus mineraes tambem o é na intelligencia de seus filhos. Mas a seiva intellectual necessita ainda, e não pouco, de substancia alem do vigor e da energia.

Si não nos fiamos só na fertilidade do nosso sólo, si não nos contentamos só com a natureza em vigor e nas suas evoluções, mas nos dedicamos com uma insistencia e uma lida brutal no cultivo da terra para della colhermos bons fructos e estes satisfactorios, porque abandonar incultas tantas intelligencias, capacidades talvez, seguindo ao impulso inclemente da natura exigente e peçonhenta que corroe a nossa sociedade, que só nos arrasta para o mal?

A religião, a patria e a familia reclamam a instrucção da nossa mocidade que, uma vez instruida é como uma nau embandeirada prestes a fazer vella em mar bonançoso, onde encontraremos as bases do direito social, o principio de auctoridade, a constituição da familia e o amor da patria tendo por guia o sopro benefico e indispensavel da religião.

Mocidade esperançosa, filho do povo e nascido para o povo, vivo sosinho no mundo tendo por tecto o firmamento, por minha familia a humanidade, por guia a religião.

Hoje me consagro a vós visando o vosso porvir repleto de luzes. Não permittaes que eu lucte sosinho; deveis reclamar, tambem de vossos paes a vossa instrucção; deveis reclamar com insistencia a instrucção para vossos espiritos como o melhor thesouro, como a melhor herança, porque esse thesouro e essa herança nem a morte vol-os pode roubar.

O saber no homem é como a gloria que se alcança no campo da batalha, ou em defeza da honra e da virtude; tem principios, mas não tem fim, é quase eterno. Acompanha-nos enquanto respiramos a aura inconstante da vida e, mesmo depois que deixamos a terra os despojos mortaes, pagando a morte o tributo inevitavel da vida, nos leva aos arraiaes da vida ultramundial e faz o nosso nome immortal.

Pedindo a instrucção, pedireis tudo quanto purifica, exalta e aperfeiçôa a alma humana

“Atheneu da Cidade de Patos” (Cidade de Patos [Minas], anno 1, n. 25, 27 mai. 1906, p. 2)

No dia 23 deste reuniram-se na casa de residencia do ilustrado pharmaceutico Dr. Agenor Dias_Maciel, a convite do dr. Euphrasio José Rodrigues, os srs. drs. Marcolino Ferreira de Barros, Euphrasio José Rodrigues, Agenor Dias Maciel, Antonio Nogueira de Almeida Coelho e Paulo Romero. O dr. Euphrasio Rodrigues tomou a palavra e disse que havia promovido aquella reunião, afim de se fundar um externato de instrucção secundária.

Tendo sido unanimemente apoiada de sua proposta, propoz ainda que se descriminassem as materias a se lecionar, e se descriminassem as cadeiras pelas lentes presentes, bem como se determinasse o dia de começar a funcionar, bem como o horario.

Resolveu-se então que se instalasse solenemente o externato, que se denominou “ATHENEU DA CIDADE DE PATOS”, no dia 3 de junho vindouro, e que se comesçassem as aulas no dia 4 do mesmo mez.

Foi mais deliberado a distribuição de materiais e horario seguintes:

Portuguez e literatura nacional, dr. Agenor Maciel, de 12 a 1 da tarde, as 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} feiras.

Francez, Paulo Romero, de 1 às 2, às 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} feiras.

Latim, dr. Sabino Lustosa, de 2 às 3, às 2^{as}, 4^{as} e 6^{as}.

Chorographia e H. do Brazil, dr. Marcolino de Barros, de 1 às 2, às 3^{as}, 5^{as} e sábados.

Geographia e Hist. Geral, dr. Almeida Coelho, de 1 às 2, às 3^{as}, 5^{as} e sábados.

Mathemática, dr. Euphrasio Rodrigues, de 2 às 3, às 3^{as}, 5^{as} e sábados.

Foi mais nomeada uma comissão dos srs. drs. Euphrasio Rodrigues, Marcolino de Barros e Almeida Coelho para elaborarem os Estatutos do ATHENEU. Para o fim de approvação dos Estatutos, foi designada uma reunião para hoje, 27 do corrente.

“O Atheneu” (Cidade de Patos, Minas, anno 1, n.27, 10 jun. 1906, p. 1)

Felizmente já é uma realidade o Atheneu da Cidade de Patos, externato destinado a instrucção secundaria. Conforme notificamos, a sua installação verificou-se no dia 3 deste, e a inauguração no dia 4, com as primeiras aulas de Portuguez e Francez, logo seguidas no dia 5, pelas Chorographia, H. do Brasil, Geographia e H. Geral.

Será de utilidade a criação de tal estabelecimento de instrucção secundaria?

Consultará a sua criação a uma necessidade palpavel de nosso município?

Não reconhecer-lhe a utilidade e a necessidade, seria desconhecer as innumeradas vantagens que de taes estabelecimentos advêm, pois são elles os preparadores dos espíritos de seus alumnos, habilitando-os a emprehenderem a lucta pela vida, são destinados a lhes desbravar a intelligencia, tornando-os mais aptos a ter todo elasterio de que são susceptíveis.

Que consulta a sua criação a uma palpitante necessidade do nosso municipio, é cousa mais do que demonstravel, pois basta-nos attentar para a sua riqueza economica, que não pode medrar a míngua de communicações, concorrendo a falta destas para que não possam mandar seus filhos estudar fora, senão aqueles que são mais abastados.

E como então se instruirem aquelles que embora dispondo de intelligencia, não têm os recursos precisos para tal conseguirem?

No entanto, o Atheneu lhes fornece estes meios, pois se elles estudarem consciente e applicadamente as materias que alli se preteccionam, estarão habilitados, ao esgottarem as materias do curso do Atheneu, a irem, nos centros onde se podem aperfeiçoar os conhecimentos humanos e onde se podem conquistar cartas que nos dêem um lugar definido nas luctas liberaes do pensamento, não só ganhar, ensinando o que sabem, para lá se manterem até conquistarem um diploma, como também aperfeiçoar os seus conhecimentos.

E se quizessemos apontar factos que comprovem as nossas asserções e que muito as abonem, teremos o do nosso venerando arcebispo D. Silverio Gomes Pimenta que, si não nascêra no nosso abençoado torrão natal, o municipio de Queluz de Minas, que tem um seminario em um de seus districtos, o do Redondo, no Santuario de Bom Jesus de Mattosinhos, não poderia nada estudar, por ser de familia, embora distincta, nada abastada, e que no entanto, por alli haver um seminario, nelle poudes fazer as suas primeiras armas do pensamento, que o habilitaram a entrar nas justas da intelligencia, mostrar-se nellas um forte, e tão forte que foram obrigados a lhe dar um logar de destaque na hierarchia da carreira que abraçou.

Em nosso municipio mesmo temos outro exemplo que muito abona as nossas asserções, pois um moço distincto, filho de uma das nossas mais disinctas familias, conseguindo no Seminario de Diamantina fazer os seus primeiros estudos, tornou-se habilitado, não só pela robustez de seu talento, como pela sua força de vontade e tenacidade, a conquistar fora daqui um diploma, que hoje o torna justamente considerado no meio em que vive, dando-lhe um logar saliente no corpo dos advogados da culta e adeantada cidade de S. Paulo.

Ora, isso que se tem realizado e que dia a dia se realiza, o que provaríamos se nos propuzessemos a averiguar e apontar factos, poderá de hora avante tornar-se mais comum em nosso município, pois o Atheneu fornece todas estas armas de combate aos filhos deste municipio que se quizerem interessar nas justas da intelligencia.

E, se intentassemos ainda demonstrar a utilidade que traria tal estabelecimento para o grao de adeanhtamento intellectual de nosso municipio e para a melhor comprehensão dos deveres de cidadão?

Poderíamos muito escrever, não nos chegando o espaço todo de nosso jornal.

Ao terminar o nosso artigo, não nos podemos furtar ao desejo de historiar a ligeiros traços, a fundação do Atheneu. Haverá uns quatro ou cinco mezes, o nosso distinctissimo collaborador dr. Euphrasio José Rodrigues, teve a ideia de fundar um collegio de instrucção secundaria nesta cidade, para o que convidou a diversas pessoas gradas desta cidade.

Nada se conseguindo então, por não terem comparecido todas as pessoas convidadas, propoz o redactor desta folha que, em vez de defundar-se um collegio, se fundasse uma Escola Normal, para cujo reconhecimento se faria todo o possivel.

Sendo aceita essa idéa, cogitou-se de sua fundação, que não foi levada por diante, por não se conseguir arranjar um edificio proprio em que funcionasse a mesma.

Então novamente o talentoso e patriotico dr. Euphrasio Rodrigues resolveu fundar o Atheneu da Cidade de Patos, offerecendo abnegadamente a casa de sua residencia para nella funcionar o Atheneu, até que se arranjasse um edificio proprio.

Por este motivo, ao fecharmos este artigo não nos podemos furtar ao desejo de dar os nossos parabens ao dr. Euphrasio Rodrigues, “alma-mater” dessa creação de fructos tão promethedores, e de, como orgam dos interesses deste municipio, vir trazer-lhe as congratulações, transpassadas de immoredoura gratidão, de todo o povo deste municipio e de toda a sua mocidade que se deseja instruir, para alguma cousa mais valer.

“A instalação do Atheneu da Cidade de Patos” (Cidade de Patos [Minas], anno 1, n. 27, 10 jun. 1906, p. 2)

No dia 3 deste realizou-se a instalação do Atheneu da Cidade de Patos.

Às 12 horas do referido dia, em casa de residencia do dr. Euphrasio José Rodrigues, ali presentes os principaes representantes da elite de nossa sociedade, grande numero de senhoras, crescido numero de pessoas, e os lentes fundadores do Atheneu, drs. Sabino de Almeida Lustosa, Euphrasio José Rodrigues, Agenor Dias Maciel, Marcolino Ferreira de

Barros, Antonio Nogueira de Almeida Coelho e o professor Paulo Romero, foi aclamado Presidente o dr. Sabino Lustosa, que convidou para secretario o dr. Agenor Maciel.

O sr. Presidente deu então a palavra ao dr. Marcolino de Barros para expor os fins da reunião.

Este tomou a palavra, e, em breves termos e brilhantes palavras, disse ser fito daquella reunião installar-se o Atheneu de Cidade de Patos, colegio destinado a diffundir a instrucção secundaria por todos os que frequentassem suas aulas.

Depois da breve oração daquelle nosso distincto collega, o sr. Presidente declarou installado o Atheneu da Cidade de Patos, sendo suas palavras cobertas pelos applausos e o som do hymno nacional, brilhantemente executado pela corporação musical “Fraternidade”.

Em seguida o dr. Almeida pediu a palavra pela ordem, e justificou a ausência dos Srs. Capm. Modesto de Mello Ribeiro, que pedia excusas, e da corporação musical “Santa Cecília” dizendo ser intuito da mesma comparecer para abrilhantar o acto, e que o não faz por ter compromisso de a essa mesma hora tocar em diversos actos dos festejos de S. Sebastião, que nesse dia se realizavam.

O Sr. Presidente tambem apresenta excusas do não comparecimento do sr. Major Olympio_Borges, por incommodos em pessoa de sua família.

Apresentaram ainda excusas de não comparecimento os srs. Revmº Pe. Getúlio Alves de Mello e Deiró Eunapio Borges.

Em seguida o sr. Presidente mandou que se lavrasse uma acta da installação, que foi lida e assignada, não só por todos os membros da Congregação, como também por todos os presentes.

Em seguida o Sr. Presidente deu a palavra ao dr. Euphrasio Rodrigues, para, em nome do corpo docente agradecer o comparecimento de todas as pessoas que se dignaram acceitar o convite da Congregação.

Este, em palavras repassadas de viva eloquencia, tornou bem patente a gratidão do corpo docente, agradecendo o comparecimento das pessoas que alli se achavam e que se fizeram representar, bem como o comparecimento da corporação musical “Fraternidade”, que, com o seu vasto repertorio de boas e escolhidas peças, muito abrilhantou o acto.

Depois o sr. Presidente encerrou a sessão agradecendo a honra que lhe deram, aclamando o Presidente da reunião.

No dia 4 começaram a funcionar as aulas, que até hoje se têm mantido com toda a regularidade.

O Atheneu já tem seis alumnos matriculados.

“Nova phase” (Cidade de Patos, Minas, anno 2, n. 1, 18 nov. 1906, p. 1)

Está na consciencia de todos que é de irrecusavel vantagem, para o progresso social, um meio de publicidade qualquer, o qual, válvula de escapamento a tudo que estua dentro do craneo dos homens, alarga sobremaneira os horizontes mentaes, clareando-os, conduzindo a luz ás intelligencias e armando as messes doiradas da civilisação.

Bastaria um olhar sobre o quadro da historia, e a sancção de um facto incontrastavel, viria escudar a affirmação acima.

Mas seria ir por demais longe para quem, como nós, não pretende mais que reduzir a amplidão do principio pela verificação delle, aqui, na modéstia do nosso meio.

A experiência, de um anno com effeito, autoriza-nos a proclamar que não foram baldados os nossos esforços no jornalismo, e a nossa cidade foi solícita em nol-o demonstrar.

Fora dos nossos muros fomos levar a outras redacções, fomos levar a consciência de pessoas de todas as classes, aos lares das famílias a noticia do que se passava aqui, a todos impondo por nós a consideração de que nos faz credores o nosso desenvolvimento material e moral.

Aqui e fora, não sahimos do papel que physiologistas do corpo social têm comparado ao de fibras nervosas – fomos os conductores de sensações, que geravam outras sensações, entrelaçando-se em indefinidas combinações, no caminho eterno da verdade...

Emtanto, circunstancias aliás de nos previstas, determinaram em nossa tarefa uma pausa; não foi mais que o tempo necessário para tomar fôlego, refundir o plano de acção, apparelharmo-nos de novo e novamente atirarmos a liça.

De sob a responsabilidade de um, a redacção d’ “O Trabalho” passa-se a acolher a de muitos, permanecendo, embora sob a mesma gerencia e mantendo-se rigorosamente à sombra dos mesmos princípios Moraes que tem regido a sua conducta.

Orgam immediato, esforçado, dos interesses sociaes, e’ de seu intenso empenho tomar a feição mais prática possível e interessando a todos, torne-se a sua acção mais extensa possível.

Com taes intentos, ressurgimos, animados de novas energias, de boa vontade e de fé, sem que um só dos nossos anteriores compromissos deixe de ser mantido.

Mas cumpre a todos os interessados em colher os benefícios que podemos prestar, dar-nos a sua mão forte, o seu decidido apoio, e é encontrado com a nossa perseverança, que nos abalançamos a encaminhar o “Trabalho” á sua nova phase de existência, na firme convicção de que há de continuar a prestar todos os benefícios, que em nosso meio e nossas circunstancias, é dado esperar de commetimentos desse genero.

“Instrucção Primaria” (Cidade de Patos [Minas], anno 2, n. 2, 25 nov. 1906, p. 1)

De conformidade com o regulamento das escolas primarias e, sob a presidencia do sr. Capm. Aurelio Theodoro de Mendonça, digno Inspector Escolar, realizaram-se nos dias 16, 17 e 19 do corrente mez os exames nas Escolas publicas desta cidade.

Foi convidado, pelo Sr. Inspector, o Exmº. Sr. Dr. Olegario Dias Maciel para, ao lado dos Srs. Professores, examinar os alumnos, convite a que S. Excia. gentilmente accedeu.

Na primeira cadeira do sexo masculino regida pelo distincto Professor Capm. Modesto de Mello Tibeiro, compareceram aos 45 alumnos cujas notas foram assim distribuidas: julgados promptos nos exames finaes 3; aprovados em exame de sufficiencia 14; tiveram a nota de ____ applicado ____ 16; consideram-se não preparados ____ 12. O Sr. Inspector Escolar

e o Exm^o. Sr. Dr. Olegario Maciel mostraram-se agradavelmente impressionados pelo estado da escola, elogiando o Professor pela bôa ordem notada e grande aproveitamento dos alumnos.

No dia immediato visitaram a segunda cadeira do sexo masculino de que é proprietario o digno Professor Felipe Rodrigues Corrêa. Ahi dando começo aos exames foram presentes aquelle acto, dos 42 alumnos matriculados, somente 17 que obtiveram as notas seguintes: julgado prompto em exame de sufficiencia 8; tiveram a nota de ____ applicado ____ 8.

No dia 19 examinaram as alumnas da cadeira do sexo feminino, regida pela professora D. Izabel Alves Moreira Sobrinho em cuja aula compareceram aos exames 36 alumnas tendo obtido as seguintes notas: aprovadas em exame de sufficiencia 11; obtiveram a nota de ____ applicado ____ 11; consideram-se não preparadas 14.

Os dignos Professores sempre esmerando-se nas aulas a seu cargo receberam dos Srs. Inspector o Exm^o. Dr. Olegario Maciel mui boas referencias attento ao bom approveitamento dos alumnos e a boa disciplina escolar.

“O Estudo da Geographia” (Cidade de Patos [Minas], anno 2, n. 4., 9 dez. 1906, p. 1 e 2)

O mundo é nossa casa. Conheçamol-o. Isto se consegue pelo estudo da Geographia.

É interessante ver-se os versos em que cahem os que desconhecem os elementos da sciencia que dá a chonhecer a superficie do globo terraqueo.

Já vi um homem, bem longe de ser analphabeto dar esta cinca (mancada): ____ “pensei que só em Minas é que havia montanhas”!

Outro dizia que as leguas daqui eram maiores que as de Minas!

É certo que os que estudam tambem cahem em grandes erros. No almanach Brasileiro Garnier, publicado sob a direção de um homem que é talvez uma das maiores illustrações do nosso paiz, vemos um pequeno mappa de Minas, onde está a cidade mineira do Pará junto a linha da E. F. Oeste de Minas, da qual entretanto dista algumas legoas; e a cidade de Abaeté à margem do rio do mesmo nome, rio que muito dista de tal cidade, a qual se acha situada à margem esquerda do corrego da Marmelada.

Já li em uma geographia de um Sr. Ponelle, que um dos pricipaes rios do Brasil era o Rio de Janeiro!

Encher-se-iam talvez volumes se alguém tratasse de reunir todos os erros escriptos pelos estrangeiros a nosso respeito.

Deveremos, por isso, desanimar do estudo? Deus tal não permita. Ao contrario sigamos o exemplo de Agostinho Thierry, infatigavel cultor da Sciencia, que, depois de ter perdido a vista e a saude, acima dos gozos materiaes, acima da fortuna, acima até da própria saude, collocava a dedicação à sciencia.

Não foi com o auxilio dos seus profundos conhecimentos geographicos que o Sr. Barão do Rio Branco tão bem defendeu os direitos do Brazil nas questoes de limites com a Republica Argentina e com a Guyana Franceza.

Nem todos são chamados a resolver arduos problemas, a decidir intrincadas questões geográficas; a todos, porém é útil adquirir noções elementares da Geographia.

“Instrução Publica” (Cidade de Patos [Minas], anno 2, n. 4, 9 dez. 1906, p. 1)

A reforma do ensino primario, em boa hora confiada ao governo do Estado, vai sendo acolhida com justas sympathias e bem fundadas esperanças, por todos aquelles que se interessam pela educação e instrução populares.

Nota-se mesmo um certo enthusiasmo, um novo sopro de vida, de fé, em nosso povo, que parece despertar de sua apathia culpavel, de sua indifferença criminosa.

De todos os recantos da patria mineira irrompem espontaneos, os mais francos encomios ao governo pela energia e particular attenção com que se dedica a este importantissimo ramo da administração publica.

Diversas camaras municipaes procuram secundar a acção do governo offerecendo-lhe predios destinados á installação de grupos escolares, concorrendo assim para a diffusão do ensino.

Fulgamos de consignar aqui e tambem a nossa edilidade emprega todos os esforços para dotar esta cidade com este importante melhoramento.

Acreditamos que a criação desses grupos vem operar uma verdadeira transformação no ensino, tornando-o uma realidade.

Não nos devemos deter portanto ante sacrificio algum para a consecução desse desideratum, pois que sem instrução não pode haver felicidade: é ella a mais segura garantia de um futuro melhor e nella repousam as nossas mais gratas esperanças.

“Que quer dizer Atheneu?” (Cidade de Patos [Minas], anno 2, n. 6, 23 dez. de 1906)

Já mais a mais foge para os horizontes saudosos do passado o dia em que alguns homens de boa vontade aqui se reuniram para fundar o atheneu, instituto de instrução secundária.

Estava próximo o tempo em que teríamos de ter a visita episcopal e S. Excia. o Snr. Bispo dignando-se visitar o Atheneu, lançou, a convite, n’o livro um pensamento sublime, segundo expressão consignada em acta.

De ephemera duração foi o externato e difficil seria que o não fosse, exigindo serviços a horas certas por pessoas sujeitas a outras imperiosas obrigações.

Que quer dizer Atheneu?

Segundo Lampridio era lugar de reunião dos litteratos, poetas e oradores; segundo Aurelio Victor, templo consagrado a Minerva, onde os auctores depositavam seus escriptos.

Onde, na nossa cidade, se reúnem normalmente os litteratos, onde depositam seus escriptos, quer obras de relevante utilidade e estylo grandiloquo, quer humildes pescarias em toscos rabiscos?

Não estamos apontando a redação d' "O TRABALHO" ?

Sim, o Atheneu não morreu, ou antes morreu e ressurgiu e vive no "TRABALHO".

[...] prestando [...] a verdade e a justiça, [...] como um sorvedouro, propugnando pela paz e pelo progresso, por tudo quanto é grande, bello e bom, conformando-se com a moral, enaltecendo a religião, fructificará, crescerá, convertendo-se talvez em imprensa, e talvez ainda (quem sabe o que nos reservam os arcanos do futuro?) em importante diário

"Ensino Primário" (Cidade de Patos, Minas, anno 2, n. 11, 27 jan. 1907, p. 1)

O Professor Modesto de Mello Ribeiro nos pede para convidar aos Paes de familia e a todas as pessoas que se interessarem pelo ensino primario em sua cadeira, para amanhã, ás horas da manhã, em o predio onde funciona a escola da 1ª cadeira do sexo masculino, por elle regida, assistirem a inauguração da mesma escola. (Escola Pública. O Trabalho. Cidade de Patos (Minas), anno 2, n.10, 20 de janeiro de 1907, p.2.)

De accordo com o novo regulamento do ensino primario, instalou-se a 21 do corrente a escola do sexo masculino desta cidade regida pelo Professor Normalista Modesto de Mello Ribeiro, na qual matricularam-se 69 alumnos, comparecendo 58 destes.

Esse acto, que foi presidido pelo Inspector Escolar Capm. Aurelio Theodoro de Mendonça revestiu-se de grande solenidade, concorrendo para isso a presença de diversos cavalheiros de nossa melhor sociedade, da philarmonica "S. Cecilia" e do representante desta folha gentilmente convidado para esse fim.

Logo após a installação e depois de assignado pelas pessoas presentes o respectivo termo, usou da palavra com a eloquencia que lhe é peculiar, o illustrado advogado Dr. Marcolino Ferreira de Barros o qual começou agradecendo em nome do Professor a todos que alli se achavam para assistir a installação da escola e, dirigindo-se depois aos alumnos, aconselhou-lhes a maior assiduidade e dedicação aos trabalhos escolares; evidenciou a necessidade da instrucção, afirmou ser esta a verdadeira base da felicidade humana. "O livro – disse elle – é o nosso melhor amigo; não ha pezar que não se mitigue com a leitura de um bom livro".

Ao terminar sua brilhante oração foi muito felicitado, executando então a banda de música que se achava postada ao fundo do salão, o hymno nacional que foi ouvido de pé.

Orou em seguida o venerando Vigario desta parochia, Rev. Pe. Getulio Alves de Mello que igualmente se dirigiu às creanças fallando-lhes sobre o respeito devido aos paes, aos mestres e as pessoas mais velhas; sobre o cumprimento de seus deveres religiosos e finalmente sobre o amor ao trabalho, narrando topicos a proposito da vida de um dos mais ilustres prelados brasileiros.

Concluio congratulando-se com os presentes pela installação da escola sendo muito applaudido. De novo se fez ouvir o hymno nacional.

O professor da cadeira convidou os alumnos a comparecerem no dia seguinte para se começar os trabalhos do presente anno lectivo e terminou-se naquella festa escolar que nos deixou as mais gratas impressões.

No mesmo dia foram installadas outras duas escolas primarias desta cidade: a da segunda cadeira do sexo masculino seguida pelo professor Felipe Rodrigues Corrêa em a qual compareceram 53 alumnos dos 58 matriculados e a escola do sexo feminino regida pela professora D. Izabel Alves Moreira Sobrinho na qual matricularam-se 60 alumnas e compareceram ao acto 53.

Ao todo matricularam-se nesta cidade 187 creanças, cujo numero poderia ser ainda maior se não fosse a condemnavel incuria de alguns paes que preferem ver seus filhos crescerem envoltos nas trevas da ignorancia, atirados ao lodaçal da vagabundagem, a fazel-os frequentarem as escolas, fonte do saber que é a luz preciosa que guia o homem na sociedade.

“O Magisterio feminino na Allemanha” (Cidade de Patos, Minas, 24 fev. 1907)

São do “Diário Oficial” as seguintes linhas:

O ensino público ministrado por professoras tem contra si, na Allemanha, a lei, a tradição e a opinião pedagógica. Quanto muito a mulher docente e admitida nos jardins de crianças, nas classes elementares e nas licções de costura. Os pedagogos alemães não sufragam a principio da educação exclusiva da mulher pela mulher, nem mesmo nos cursos primários.

Por sua vez a lei não consente que a profesora púclica se case, continuando professora, e contem alem dessas outras restrições que lhe trancam a carreira do magistério.

Esperava-se no Congresso Minich adeantasse a campanha contra essa interdicção, denunciando os preconceitos legaes e pedagógicos, mas tal não succedeu: o redator do parecer, Mr. Laube de Chemets, pleitava a causa do homem contra o que qualificou de pretensões invasoras da mulher na escola.

Esse parecer votado por enorme maioria de seguintes conclusões

1ª, no que concerne a nomeação de professores para as escolas primarias, concluem-se que não ha que entender a extenção da activa, de feminina, porém só ao interesse do ensino;

2ª, a educação da juventude é tarefa comum dos dois sexos, mas como a influencia educadora da mulher presomina na família, cumpre que a educação publica, complemento da domestica fique sob a influencia preponderante do homem, tanto nas escolas masculinas como femininas;

3ª, a pretensão de serem as escolas femininas regidas por professoras deve ser repellida, a mulher não pode pretender possuir um conhecimento mais perfeito do character das meninas e dos deveres femininos que o homem, nem maior habilidade para promover-lhes a instrução;

4ª, pela sua constituição physica e intelectual, por seu preparo profissional e situação na sociedade, as professoras não se prestam ao ensino como professores

“Grupo Escolar” (Cidade de Patos [Minas], anno 3, n. 62, 20 ago.1908, p. 1–2)

Ha tempo que tomou a si a ardua tarefa de levantar a estatistica da população infantil em idade escolar e, nesse sentido não poupando esforços deu conta de sua missão ao digno Secretario do Interior o nosso director Dr. Laudelino.

Si parecesse que a idéa não merecia por parte de S. S. o carinho devotado, por certo o seu ardor ter-se-ia arrefecido deante de qualquer estorvo que lhe antolhasse; as barreiras cederam ao grandioso impulso e auxiliado pelo Cel. Farnese Dias Maciel e pelo provento professor Modesto de Mello Ribeiro sahiu a campo colhendo assignaturas para a construcção do Grupo Escolar na nossa cidade, encontrando o melhor acolhimento por parte de todos aque se têm dirigido em busca do auxilio que será a base para que magestoso se engaja na nossa cidade o edificio que registrará o marco do nosso devotamento a causa da instrucção do povo em todas as suas classes, base essencial, para o nosso progresso material e intellectual, freio irresistivel à corrupção dos costumes que, ao Deus dará, se vão pervertendo do berço a velhice.

Encorajados pelo brilhante resultado que vão colhendo os illustres campeões da educação infantil dão razões para que se supponha em pleno resultado tão valioso tentamen que será o attestado mais indefectivel do espirito adiantado e progressista do nosso povo, fazendo fructificar desde já as suas mais ardentes aspirações e quando amanhã o Governo e os homens gradados da Republica vierem nos trazer as suas alviças pela inauguração da Estrada de Ferro Goyaz silvando, fumarente entre nos, deante do templo de Minerva da casa onde o povo se vae habilitar para as suas grandes emprezas na vida, hão de render homenagens a ese povo que por sua iniciativa propria procura se afastar do cahos onde a ignorancia e o crime se anivelam.

O problema da instrucção publica, é, no primeiro plano das plataformas dos governos intelligentes a principal idea que a deve empolgar, e a razão ahi está frisante na observação dos factos — tanto maior é o desenvolvimento do povo quanto maior é o numero de suas escolas.

Enquanto o leitor não comprehender o seu papel, não tendo elucidado o seu espirito, assistiremos essa sivuação triste de política de campanario, de esbulho do seu direito, de depredação da fortuna publica, e os Governos e os representantes do povo serão na sua comunidade a matta dos espertos que promettendo tudo, dão-lhe em recompensa o desprezo e vota-lhe antipathia enquanto não chega a nova epocha em que necessitados de votação curvam-se tanto em melifluidades até engordar novamente as suas velhas victimas.

Instrua-se o povo, prepare-o convinientemente e veremos a situação geral do Paiz marchar a contento dos maiores hereticos contra nossa felicidade de povo magnanimo, vivendo actualmente na miseria e repousando sobre os maiores thesouros com que a sabia natureza nos aprouve aquinhoar, dando-nos um clima excellente, um solo fertil, um sub-solo riquissimo e grandes navegaveis rios inaproveitados, serpeando-se e esbatendo as suas grandes águas contra as penedias e os troncos seculares em suas margens.

Emquanto o estrangeiro educado e inteligente nos visita e vem surpreender essas expansões da Natureza admirando-se da nossa fortuna, como os nossos antepassados aborígenes não sentimos a menor emoção diante do valor de nossas riquezas e verdadeiramente sequestrados do conforto e da fidalguia uma só phrase nos escapa pela bocca, denunciando a nossa tibieza, a nossa despreoccupação – e ella é essa, não vale a pena tentar-se isso ou aquillo, qual entre nós não da resuldao. É já um chavão popular e o desanimo e essa tibieza vêm do nenhum impulso generoso dos governos que eternamente preocupados com a politica do seu eu se esquecem de sua missão para com o Paiz. Eduque-se o povo e esse mal desaparecerá

“Algarismo Assustador” (Cidade de Patos, anno 4, n. 4, 9 fev. 1909, p. 1)

Quando o Mallogrado Dr. João Pinheiro subiu á presidencia do Estado, chamando como auxiliar do seu governo o jovem reformador Carvalho Britto, taes foram as insenações de seu programma de reforma que todos esperavam o resuldao salutar do seu largo descortino de vistas contra a rotina prejudicial da instrução publica.

Em todo o paiz o nome de Carvalho Britto foi engrandecido. Fez muita cousa em papel, em circulares dirigidas para todos os cantos. O resuldao, porem, é que não attingiu nem ao principio das suas manificas idéas, pois a não ser a creação de alguns grupos escolares nada mais ficou organizado, continuando tudo no péssimo estado em que andava.

E das pragmaticas a quem tem de obedecer os commandos. O cabo delicado e atencioso para com as crianças tem levado a effeito esse ensino pratico de modo que a meninada está satizfeita e não falta a escola só para aproveitar esse bom recreio que está sendo o goso para os alumnos do Prof. Modesto.

Damo-lhes os nossos parabéns bem como ao cabo Guilherme.

O nosso amigo Cel Farnese Dias Maciel já contratou os tijolos para a construção do prédio para o grupo escolar.

Nota-se a maior bôa vontade e animação para a realisação desse grande melhoramento, o que mais uma vez vem provar o espírito progressista deste povo.

“Ensino primario obrigatório” (Cidade de Patos, Minas, anno 1, n. 48, 20 de ago. 1922, p. 1)

No Congresso federal está em discussão um projecto sobre o ensino primario, tornando-o obrigatorio, sob pena em multa que varia de 100\$000 a 1:000\$000 e de 200\$000 a 10:000\$000, conforme os infractores sejam pae ou tutor ou chefe de officinas onde se encontrem creanças na idade escolar e que por incuria de seus patrões, não frequentem uma escola.

A Imprensa Carioca está em desacôrdo sobre a utilidade de semelhante projecto, mesmo para a Capital, onde as condicções são bem differentes das de qualquer outra parte do

Paiz e, si para os centros populosos onde tudo se facilita desde os meios de communicação até as mais insignificantes exigencias, tal medida é julgada inoportuna e improficua, o que se dirá para o centro do Paiz onde tudo falta, as dificuldades são insuperáveis, o amor à instrucção nullo e a ignorancia vasta como o Brazil e profunda como seus sertões.

Já no Estado vigora, de ha tempos, qualquer cousa semelhante a obrigatoriedade do ensino, ao menos, obrigatoriedade de matricula, com penas comminadas para os infractores; entretanto, o resultado tem sido nullo porque a disseminação da instrucção não tem se desenvolvido como fora de desejar e como a lei, sobre o caso, tem em mira. É assumpto que deve ser tratado pelos competentes na materia e a nós nos falha toda autoridade para abordalo; entretanto, nos parece um contrasenso pretender o governo fazer pesar sobre o povo mais esta sobre-carga, obrigando-o, sob multa, aliás pesada, a mandar seus filhos ou tutelados a uma escola qualquer sem primeiro treinar um professorado competente, sufficiente conscio de suas obrigações e que [...] executar a lei com equidade, fiscalizando a matricula generalisada, mas ao mesmo tempo transmittindo a instrucção a seus educandos.

O que se observa, infelizmente, com a lei mineira, é que a instrucção primaria vae de mal a peor porque ao passo que as escolas se congestionam de meninas e meninos o professorado, apesar de competente, e em extremo dedicado a seu [...], é insufficiente, tendo de cruzar braços deante da impossibilidade material de leccionar com proveito para 100, 150 e 200 alumnos em uma só sala, com um só professor.

O que acontece é que no fim do anno a media de promoções é irrisoria, desgostando o mestre, desanimando o alumno e amolando os paes e tutores que vêm seus filhos e tutelados sempre analphabetos, apesar da obrigatoriedade do ensino onde [...] quando não encanecem.

Exemplo:

O Grupo Escolar de Patos a sua frente um dos mais competentes professores do magisterio publico mineiro, dedicação inexcédível com sacrificio de sua propria saúde e, a seu lado distictissimas professoras que horam a classe e que pertencem, pelo cultivo, amor á instrucção e operosidade; entretanto, é materielmente impossivel que o fructo colhido corresponda a todos esses predicaos porque, com uma matricula de quasi 500 meninos distribuidos em 6 cadeiras algumas das quaes com numero superior a 100 não se pode perceber nem a probabilidade, sequer, de bom resultado.

Felizmente, porem, não se observa aqui o que todas essas circumnstancias deveram produzir, notando-se sempre, nos exames annuaes, um aproveitamento superior, filho unico do muito esforço do professorado, apesar de pequeno em vista do numero de alumnos.

Tudo isso quer dizer que será improficua a lei sobre a obrigatoriedade do ensino primario, se o governo não lançar, primeiro, suas vistas para o magisterio publico, sugmentando-o de maneira a tornalo sufficiente para cumprir, sem sacrificio de qualquer especie, o seu magisterio.

Sem essa medida, o resultado ha de ser cada vez mais diminuto e as escolas, num futuro muito proximo, tornar-se-ão exclusivamente um ponto de reunião infantil.

Decuplique-se o professorado; remunere-o de accordo com seu trabalho e depois, então, faça-se a lei.

Antes, porém, é sobrecarregar o povo com mais uma exigencia sem proveito e os professores com mais uma fonte de dissabores.

Textos publicados no jornal *O Comércio*

“Melhoramentos” (Cidade de Patos, Minas, anno 1, n. 2, 20 nov. 1910, p. 1)

Já se ouve em Patos o ranger de uma machina typografica.

Com a montagem de uma pequena typografia em seu seio, a nossa querida Cidade deu mais um passo na estrada do progresso.

Com o desaparecimento do “O Trabalho”, a primeira folha que existiu aqui, impressa por meio mimeographo, fazia-se sentir a falta de um jornal, que levasse ao longe as nossas noticias, que, ao lado do povo, tractasse dos melhoramentos locais.

Eis, porém, que o desejo ardente que tínhamos de contribuir com uma pequena pedra para o alicerce do progresso de nossa terra, fez com que, vencendo todos os obstáculos materiaes, e pondo de lado a nossa pequenez intellectual, conseguíssemos fundar aqui o “O Commercio”.

Oxalá que os nossos esforços sejam coroados de feliz êxito!

Sem melindrar susceptibilidades, trabalhemos, pois, todos unidos, para o engrandecimento de nossa terra, para o bem estar de nossos co-municipes.

Já temos um jornalzinho, mensageiro de nossos pedidos; comecemos agora a tractar de outros melhoramentos inadiáveis, como a canalisação d’agua potavel, em primeiro logar.

Bem sabemos que, por intermédio de nossa edilidade, os estudos já foram feitos para esse fim; mas que não fique só em estudos; ponham os nossos edimãos á obra, fazendo com que cortem a nossa Cidade os cano conductores do precioso liquido.

Mais um pouquinho de esforço, e nossa boa terra gosará de mais esse melhoramento, e o nossos edis, dando provas de sua bôa vontade, terão por certo a gratidão do povo.

Avante, pois, Senhores! Em vós estão depositadas todas as nossas esperanças; de vós esperamos providencias serias e immediatas para o fim de, o mais breve possível, vermos agua canalizada em nossa cidade.

Trabalhemos! Ao vosso lado encontrar-nos-eis sempre na lucta, em prol dos interesses do povo; promptos a ajudar-vos, quando se fizer mister o auxilio de nossa humilde penna; promptos a vos bater palmas, toda vez que dotardes a nossa terra de mais um melhoramento: promptos a apresentar-vos as necessidades do povo: e sempre promptos para a lucta. Trabalhemos.

“A Instrucção” (Cidade de Patos, Minas, anno 1, n. 5, 11 dez. 1910, p. 3)

Snr. Redactor.

Affectuosas saudações. Recebi o primeiro numero d'“O Commercio”, jornal que V.S. deu á publicidade em 15 de Novembro, data do 21º anniversario da proclamação da Republica Brasileira, commemorando, com bem lançados artigos, a gloriosa data. Li e reli o jornal; e, meditando sobre o artigo do Illustre Dr. Euphrasio Rodrigues, não pude concordar com o phraseado d'elle, sobre a instrucção, chamando de bárbara a machina official do ensino actual, dizendo que entorpece a intelligencia da mocidade, com attracção desigual de reformas desarrasoadas; mandando que se ensine instrucção cívica, hymnos patrióticos, gymnastica, etc, preparando a mocidade para tudo, menos para o uso da vida. Quem, como eu, apprendeu as primeiras lettras n'aquelas eschololas isoladas, como temos por ahi, mal inspeccionadas, onde não se apprendem civilidade, hymnos, gymnastica, etc, sahe acanhadissimo sem saber ligar duas palavras, em publico; e que, quando chega penetrar nos salões, onde figuram oradores como nosso illustre collaborador, não sabe avaliar as orações do grande intellecto, sabe, porém, avaliar aquelas eschololas isoladas, dos tempos idos, e mesmo actuaes, que estão longe de produzir os effeitos desejados pelo saudoso João Pinheiro e Carvalho de Britto. Os estabelecimentos dos Grupos Escholares, porém, como o que tive o prazer de conhecer em Paracatu, onde assisti as festas escholares do segundo anniversario da installação do Grupo , e em commemoração da descoberta da América, a 12 de Outubro, não entorpece as intelligencias, ao contrario, desperta-a activamente.

Tive occasião de observar que o illustre inspector technico, Sr. Alceu de Novaes, durante as conferencias que houve no Grupo de Paracatu, mostrava-se satisfeitissimo com os resultados do ensino alli; de onde os alumnos attenciosos e diligentes, sahirão no 4º anno, com os conhecimentos necessarios [...], como ha muitos, seguirem bem as artes e officios deixados por seus Paes. Fui alumno d'essas eschololas isoladas, sem material escholar, regidas por incompetentes, afilhados do governo, sanguessugas dos cofres públicos, que, sem inspecção, existem muitos ainda occupando cadeiras!... Apesar de sahir da eschola, como sahi, ignorando as applicações do que apprendi, tive a sorte de, quando apprendia o officio de cartinteiro e trabalhava para um negociante, encontrar um pedaço de jornal que me annunciou o livro “Manual do Carpinteiro”, onde apprendi e conheci as figuras geométricas, tão necessárias a todos os artistas; e, no correr dos meus estudos de carpinteiro, chegando-me sempre para perto de homens instruídos, fui então tomando conhecimentos que me têm servido para a vida prática de carpinteiro, negociante, lavrador e agrimensor.

Assim, como fica exposto acima, verão os leitores que devemos apreciar e recommendar muito a nossos jovens a leitura do jornal, pois, se um fragmento me foi util, indicando-me o livro que me fez mestre de carpinteiro, quanto não o será a leitura da folha. De accordo, felicito o Município de Patos pelo apparecimento do jornal “O Commercio” e pelo estabelecimento complexo erigido pelo Snr. Dr. Jacques Maciel; e faço votos á Divina Providencia para que tenham longa duração esses estabelecimentos, e que o Povo não se esqueça do estabelecimento do Grupo Escholar, a fim de que desapareçam as eschololas isoladas, onde o governo está gastando mal o dinheiro destinado á instrucção.

Quintinos, 1º de Dezembro de 1910.

“Collegio ‘S. Geraldo’” (Cidade de Patos, Minas, anno 1, n. 14, 12 fev. 1911, p. 3)

Do dia 7 até 21 do corrente, acha-se aberta a matricula nas escholas primarias, para todos os que quizerem matricular ou renovar a matricula dos meninos e meninas que estiverem na idade escholar, isto è, de 7 a 14 annos.

Chamamos a attenção de todos os Paes de família e tutores, para que não deixem de cumpro sagrado dever de matricular o seus filhos ou tutelados em uma eschola; porque nenhum dote melhor poderão legar áquelles que estão confiados á sua guarda, do que o dote sublime da instrucção.

Si são ricos, seus filhos quando se tortarem homens, como poderão administrar as suas riquezas, si não sabem ler, si nem ao menos sabem escrever e fazer a conta dos lucros ou prejuízos que têm?

Si são pobres, a instrucção minorará, por certo, a sua pobreza, fazendo com que se coloquem em melhores posições fazendo com que, até pela simples leitura de um bom livro, a pobreza lhes torne menos intolerável.

Isto, materialmente falando, sem falar nos innumeraveis benefícios Moraes, que lhes advêm com a instrucção.

A instrucção é necessária a todos indistinctamente ; è absolutamente indispensável tanto para o rico, como para o pobre, e para obtel-a é preciso que se vâ á eschola.

Faltam ainda seis dias para encerrarem-se as matriculas; aproveitem, pois esse precioso tempo e matriculem, sem falta, os seus filhos queridos e seus tutelados, para mais tarde, não terem de queixar-se de um filho desnaturado e bruto, de uma filha transviada e deshonesto, de um pupillo façanhudo e ingrato. (Matricula nas Escholas Primarias. O Commercio, Cidade de Patos, Minas, annoI, n.10, 15 jan. 1911, p.1.)

Não podendo eu agòra publicar os estatutos que regem este estabelecimento de educação, que acabo de fundar, fal-o-ei mui resumidamente por estas linhas.

Não cogito da idade do matriculando, devendo o mesmo ser, estretando, isento de qualquer moléstia contagiosa.

Não o exijo, porque os Paes é que sabem o quando seus filhos devem ser matriculados.

O collegio tem dous cursos: primario e secundario, sendo que cobro, pelo primeiro 5\$000 e, pelo segundo, 10\$000.

E’ para os dous sexos: para o masculino, das 7 ás 11 horas da manham e, para o feminino, das 12 às 4 horas da tarde.

Haverá também uma aula nocturna, grátis para os matriculados em qualquer dos cursos e não para so que só queiram frquental-a.

Aos matriculados, à noute, lecciono sò musica, e aos matriculados na aula nocturna, lecciono as matérias que exigirem.

Os castigos permitidos são: 1. reprehensão particular; 2. idem perante a classe; 3. tarefa de trabalho nas horas de recreio; 4. participação aos Paes ou protectores pára maior castigo; 5. castigo physico, quando auctorizado pelo pae, proctetor ou tutor.

O pae ou educador que matricular dous filhos ou protegidos, terá o desconto de 10% sobre o que pagam os mesmos, e o que, matricular trez, só paga por dous.

Fica creado um club littero-musical, cujo fim único é desenvolver a intelligencia dos alumnos pela litteratura e pela musica.

Este club dará partidas nos dias e feriados.

Os socios são obrigados a fazer dissertações sobre ponctos previamente dados, a executar peças de musica, a representar pequenas comedias e dramas e a recitar poesias analogas ao acto.

A denominação deste club seria dada de accordo com os alumnos e com seus Paes.

Para os alumnos que quizerem se dedicar ao commercio, fica creada uma aula de escripturação mercantil, por partidas simples e dobradas.

Os alumnos são obrigados a ter uniforme, para assistir missa aos domingos e dias sanctos, acompanhados do professôr, ou de pessoa pelo mesmo designada.

Isto só para o sexo masculino.

Os uniformes serão feitos de combinação com os Paes.

O que não comparecer uniformisado, á hora previamente marcada pelo professôr, está, ipso facto, incurso em um dos castigos já citados.

Ministrarei doutrina christan, ao meio dia em poncto, aos matriculados, conjuncatmente, todas ás quintas-feiras.

Esta aula poderá sêr frequentada por quem queira, independentemente de sêr matriculado.

Por esta aula, tambem nada cóbro.

Si alguma cousa aqui falta, (o que não duvido) os senhores Paes que me procurem, que estou prompto a lhes fornecer qualquer informação.

Posto que escriptos muito ás pressas, penso intelligiveis os presentes estatutos elaborados de accôrdo com a pretensa satisfação dos alumnos e dos Paes.

Tendo tudo explicado, continua aberta a matricula.

“O que devemos a nossas filhas?” (Cidade de Patos, Minas, anno 1, n. 31, 11 de jun. 1911, p. 3)

O que devemos a nossas filhas?

Eis o que um jornal americano responde:

“Dae-lhes uma instrucção elementar. Ensinae-as a preparar alimentos substanciosos, a lavar, engommar, remendar meias e a fazer sua própria roupa.

Ensinae-as a fazer pão e explicae-lhes que uma bôa cozinheira tira muito dinheiro á botica. Fazei-as bem entender que um mil réis é um mil réis, e que só sabe economizar quem gasta menos do que ganha.

Mostrae-lhes que um vestido de chita, que se pagou, assenta melhor do que um de seda fiado.

Informae-as que o rosto são e cheio vale mais do que cincoenta bellezas lânguidas e cançadas de bailes e theatros.

Deixae-as fazer suas compras e averiguar se o debito corresponde ao credito.

Educae-as independentes, briosas, activas e verdadeiras. Convincei-as no tempo proprio, de que é melhor um operário honrado, sem fortuna e com sua roupa de burel, do que o eelgante e nobre caloteiro. Fazeio-as trabalhar no quintal e conhecer os segredos da natureza.

“A Criminalidade e a Instrucção” (Cidade de Patos, Minas, anno 1, n. 32, 18 de jun., 1911, p. 1)

Os crimes em nossa Comarca têm se reproduzido de um modo verdadeiramente assustador, com tristeza o dizemos.

A cada passo, vem-nos ao conhecimento a noticia de um novo assassinato, de um ferimento grave ou mesmo leve, enfim, de um crime qualquer, praticado em diversos pontos de nosso Município, e mesmo no coração d’esta Cidade.

O pardieiro a que somos forçados a dar o nome de Cadêa de Patos está repleto de criminosos, e as mattas que circundam a nossa Cidade, dão abrigo seguro a um sem numero de pessoas responsáveis por actos delictuosos.

Nos cartórios desta Comarca, repoisam dezenas de autos-crimes, e nos cemitérios, por ahi além, repoisarão talvez muitas victimas, em cujo cadáver não foi feito sequer o auto de corpo de delicto, a fim de ser iniciado o processo-crime contra o seu algoz.

A fim de cohibir estes excessos, a fim de diminuir ou mesmo acabar de vez com a criminalidade, entre outros meios, apontamos um, que julgamos ser o principal, para não dizermos o único: ____ A INSTRUCÇÃO.

A instrucção è o alicerce da paz, da concórdia e do progresso.

Sem ella, digmos com franqueza, assemelhamo-nos aos brutos, estamos promptos a commetter toda sorte de arbitrariedades, toda sorte de crimes, mesmo o smais bárbaros, os crimes mais repugnantes.

Devemos, portanto instruiro-nos; devemos educar os nossos filhos, para que, mais tarde, elles não nos dêem desgostos, tornando-se criminosos.

Devemos mandal-os à eschola, porque, “a eschola é a miniatura da sociedade”, como disse alguem. Nella entrando, a creança penetra o recinto em que receberá as primeiras noções dos deveres recíprocos, que constituem o trato social. Esses deveres, embora tantos e de tão varias espécies, são quase todos esboçados e exemplificados na eschola.

“A eschola é o pequeno scenario, onde se ensaiam as exhibições da vida”.

Devemos procurar para nossos filhos um professor illustrado, e sobre tudo religioso, porque, fora da religião nada de bom podemos conseguir.

Devemos, sim, é um de nossos mais sagrados deveres o tratarmos da educação de nossos filhos.

O seu futuro depende da insrucção que lhes dermos: si ella for bôa, elles serão bons; si for má forçosamente serão máus.

Saibamos educar os nossos filhos e acabaremos com a criminalidade ____ reformaremos o mundo.

“Festa da Instrução” (Cidade de Patos, Minas, anno 2, n. 53, 15 nov. 1911, p. 5)

As alumnas, da Escola Particular de D^a Maria Carolina de Andrade Soares, desejando festejar solemnemente o encerramento das aulas, do pretente anno lectivo, dando provas de seu amôr à Instrução e de seu devotamento às lettras, resolveram organizar uma “Sessão Litteraria e Reecreativa”, que terá lugar hoje, no “Theatro 14 de Julho”, com magnífico programma.

Para esse acto, contam com o generoso e gentil concurso do povo culto, da cidade de Patos, que sempre soube dispensar animação á Mocidade. Tratando-se de uma festa publica, conta-se com a coadjuvação do povo, contribuindo com a quantia de __ Rs. 1\$000 __ , por pessoa, para satisfazer as despesas imprescindiveis.

À Festa da Instrução! Ao Sorrir da Infância!

Textos publicados no jornal *O Riso*

“Restauração do Ensino Catholico nas Escolas” (Cidade de Patos [Minas], n. 10, 12 jun. 1915, p. 1)

A expulsão do catechismo das escolas em um paiz quasi que na sua totalidade catholico, qual o Brasil, representa a mais perigosa ameaça contra a harmonia da familia brasileira.

O Brasil, catholico desde os primeiros actos do seu descobrimento, jamais se devêra sujeitar a essa tam nefasta medida posta em pratica pelo nosso governo republicano, medida prejudicialissima, que já deu, como era esperado, os tristissimos fructos que já infelicitaram a nossa Patria, cuja regeneração parece uma utopia, em vista da intensidade dos males provindos da educação sem Deus, expulso das escolas primarias como elemento de desordem!

E só a falta do conhecimento é que pode trazer para um povo desgraças tamanhas, quaes as que pesam herculeas sobre o mundo todo, sob os multiplos aspectos com que se nos apresentam.

E sendo a escola o principio da felicidade de um povo, quando é ella moldada nos sãos principios de uma bôa educação intellectual, moral e religiosa, è ella mesma a infelicitadora do mesmo povo, quando não completa, rigorosamente, aquella excellente trilogia.

Agora, depois de dados os fructos da educação sem Deus, parece que, à uma representação de catholicos mineiros, o governo restaurará a disciplina do catechismo nas escolas primarias públicas, tornando-a obrigatoria nos collegios particulares.

Embora algum tanto tarde, pois que o mal já se apoderou do corpo, regosijamo-nos sinceramente com os gesto sympathico e consolador de tal medida, mormente si der os fructos que, confiados somente em Deus, seja-nos permitido esperar, para felicidade da terra da Sancta Cruz.

Deus que nos ouça neste angustioso momento, fazendo das escolas o lugar predilecto para o ensinamento de sua divina religião, unica que nos pode redimir de tantos males que nos tem perseguido!...

“A Escola” (Cidade de Patos [Minas], n. 11, 19 jun. 1915, p. 1)

A Escola è um sagrado templo, onde se prepara o destino de um povo. A felicidade ou infelicidade de um paiz, deve-se á boa ou má educação do seu povo, e uma ou outra dimana (brotar) da escola.

O progresso humano, sob os seus varios aspectos, tem na escola suas raizes, que dão a grande arvore, sob cuja copa cada um de nós vae descansar dos horrores desta vida, buscando conforto e coragem para arrostar (encarar) todas as difficuldades contra a ignorancia. Espalhae escolas, disseminando uma bôa e san educação, que veremos feliz o povo que as tiver.

Não tenha escolas um povo, que vel-o-emos praticando todos os vicios, cego a se perder pela escuridão das trevas da ignorancia...

Mas, a escola que é o thermometro da civilização de um pôvo, deve sêr o principal poncto de attenção dos governos, sobre cujos hombros pesa a grande responsabilidade do descaso glacial que se vem notando até aqui por parte dos mesmos, que têm feito da educação do nosso pôvo uma questam de interesse secundario.

Embora se apregoem aos quatro ventos as muitas e reaes vantagens da reforma do nosso ensino primário, resente-se ella do principal: è que o professorado não se acha habilitado para executar o programma vigente.

E culpa não a tem o professorado, que não é obrigado a fazer o que não aprendeu. Os governos é que, à vista da necessidade de uma reforma radical, deviam te-la principiado pelos professores, preparando-os convenientemente, para que eles, tendo aprendido o programma, possam executa-lo estricta e rigorosamente... Sem essa medida, unica cabivel ao caso, iremos sempre de reforma em reforma, deixando o principal por se reformar.

Os governos (outra cousa), quando se toca em educação e instrucção do seu povo, devem deixar de lado a lepra nojenta e prejudicial, que é o que se chama política, para dar à educação um cunho de seriedade, um character de cousa elevada e dignificadora, para que nos não vejamos a braços com difficuldades tantas, provindas dos favores a amigos politicos, em prejuizo do pobre pôvo, já tão onerado e despojado dos seus mais sagrados direitos.

Os governos que se compenetrem da grande importancia da escola, que prepara o destino do seu povo!

“Consequência Lógica” (Cidade de Patos [Minas], n.13, 12 out. 1916, p. 2)

Suprimidos do ensino e educação da mocidade os inflexos do christianismo, o unico que possui o poder maravilhoso de refrear e domar as paixões humanas, e exposta essa

mocidade às escolas do vício, isto é, ao mau exemplo ou escandalo que, em todas as partes ora se patenteia, o que ha de ser o futuro destes nossos pequenos, agora, que tudo facil e indelevelmente lhes grava no animo?! Ha de ser o que a experiencia já vem nos mostrando com os factos que, cada dia, se desenrolam entre nós, onde ninguem ignora o desenvolvimento espantoso da criminalidade. Paes derramam sentidas lágrimas, queixando-se amargamente da desobediencia e desvio de seus filhos, os quaes, no verdor de seus annos, uns estragado o organismo, pelo entregar da devassidão, apresentam uma velhice prematura, em quanto outros já hão feito correr o sangue irmão, por não terem querido passar por medrosos ou cobardes!

Ahi temos a colheita dos fructos que houvemos plantado!

Ahi temos a consequencia logica de nossa desidia para com os nossos filhos; da escola neutra, oficialmente implantada em nossa terra e tolerada pela profunda indiferença e mortal inercia de nós, catholicos brasileiros, que sò nos contentamos com o ficar na immensa, na louvável maioria!

Meus bons collegas, consideraee que uma bôa parte cabe-nos na regeneração de nossa Patria; porque optimo campo de acção se nos depara. E diante d'esses grandes infortunios, muito lamentavel seria tambem a nossa desidia, si nós, que tomamos o encargo tão importante, quão espinhoso de ministrar os primeiros conhecimentos humanos à pequenada, deixássemos de ensinar-lhes, igualmente, o caminho da verdadeira felicidade, fundado na pratica da sublime e incomparável doutrina do Divino Martyr do Golgota

Mãos á obra, pois, camaradas! E cathecismo no caso!

“Que bonita educação! Que bello procedimento!” (Cidade de Patos [Minas], n. 15, 31 out. 1916, p. 1)

Ah! compadre, tens razão! Estou de completo accôrdo com o teu modo de ver. Durante umas pequenas viagens que fiz, convenci-me da justiça de tuas affirmações. Com effeito, a desidia dos paes e a suppressão do ensino religioso nas escolas constituem a causa primordial do mal; disto tirei a conclusão quando (em má calligraphia e peor orthographia) vi escriptas pelas porteiras das estradas, nas proximidades de um povoado, tantas e tão enormes obscenidades! Que escandalo! E que idéa fará da moralidade de um tal povoado o viandante que por ali passar?!

Ora, si os paes de tão descarados malandros, que guarantiram aquellas obscenidades, tivessem vigiado sobre estes; si, no lar paterno ou na escola fosse-lhes ministrado o ensino christão...

É verdade, compadre, outra seria a conducta dessa gente e a moral publica não havia de sofrer tão grave affronta. Realmente, entristece e envergonha a quem considera este incremento de corrupção, cá, entre o nosso povo do interior que goza dos foros da melhor pureza de costumes.

Já vemos, compadre, pesa sobre nós, chefes de familia, que não curamos de vigiar, ensinar e dar bom exemplo a nossos filhos e famulos tremenda responsabilidade, perante Deus

e perante a Patria; por isso, a consideração dessas coisas deve-nos fazer temer e tremer, si algo possuímos de bom senso, de sentimentos religiosos e patrióticos. E, si tivéssemos a fortuna de não pesar sobre nós essa grande responsabilidade, nem por isso poderíamos furtar ao dever de cooperar para o bem comum.

Muito bem, seu compadre! estou de accôrdo em todos os pontos de teu sermão, meio pesado, embora.

Mas, não é só estarmos de accôrdo, é preciso que sejamos catholicos de acção; a propaganda da imprensa catholica, indispensavel nos tempos hodiernos, segundo Pio X eis ahi, por exemplo um grande campo, para nós. Leiamos e propaguemos A UNIÃO, único jornal catholico da capital de Nossa Patria; contribuamos, finalmente, para a fundação do diario de que te falei de outra vez, por cujo fim continuam os factos edificantes, como verás na dita “A União”.

Eia! Vamos! Atiremos longe a inercia!

“Um Appello” (Patos de Minas, n. 23, 20 jan., 1917, p. 1)

Penalisados com a sorte amarga que futuramente virão a ter por certo este grande número de creanças, verdadeiros fillos sem Paes, que entre nós estão crescendo sem receber o menos vislumbamento de instrucção, e que dirigimos este appello ao Exmo. Sr. Dr. Adílio Dias Maciel, D D. Agente Executivo em exercicio, solicitando de S. Excia, o louvável e patriótico gesto de, tomando todas as providencias exigidas, fazer com que no menor espaço de tempo se abra, com um ilustre corpo de professores, o nosso Grupo Escolar. Sim, porque como temos presenciado, em todas as reuniões que se effectuam aqui, os meninos, em geral, num desenfreio imperdoável alli vão levar a sua dissonante nota.

É nas ruas, é nas praças publicas, é no cinema, alli estão elles a dar a prova cabal de que vêm crescendo a esmo, creados á lei da natureza.

A esmo é a expressão propria, em vista do pessimo, do selvagem comportamento que têm mostrado em todos esses logares e mui principalmente agora nos últimos leilões á porta da Igreja, aonda um bando de meninos armados de cacete compareceram para insultar seus collegas, faltando assim o respeito que a bôa educação manda que se guarde para com as pessoas de maior idade, mais velhas.

E no entanto, si tivessem escolas sufficientes, si tivessem elles quem na falta dos Paes lhes desse uma aula de civilidade, de moral, e certo teriam elles um comportamento outro, que melhor recomendação traria não só para elles, mas igualmente para seus progenitores e para a sociedade patense.

Tenhamos, pois sincera compaixão delles e façamos questão de honra de não deixal-os atrvessar o anno de 1917, sem administrar-lhes uma sã educação ao lado de uma solida instrucção, inaugurando já o nosso Grupo Escolar, para o qual tantos Paes amantes da instrucção e da educação têm esperançosos voltadas as suas vidas.

“Discurso pronunciado pelo intelligente José Eunápio Borges, no Jardim Publico, por ocasião pelo Prof. Rodarte” (Patos de Minas, n. 26, 25 fev., 1917, p. 1)

Senhores:

De entre os commettimentos de real importância levados a effeito nesta cidade, eu sou o de maior destaque, e represento o mais elevado expoente do progresso, do civismo, da cultura intellectual da sociedade patense! Mais do que a luz que illumina nossas praças, espancando as trevas das nossas noites – eu sou o pharol que hade guiar a intelligencia da nossa infância, através da nossa existencia, fazendo recuar as brumas da ignorancia para se reflectir no céu da nossa intellectualidade!

Mais do que a água que nos mitiga a sede do corpo, e, em jactos crystallinos, corre murmurejante, banhando nossa cidade, eu sou o manancial de água viva, onde, a largos tragos, hade beber a alma patense as aljofradas gottas do saber, da instrucção e da educação. Mais do que nossos jardins, onde vicejam flores, cuja vida se vae tão depressa como depressa do nascente ao poente se vae o sol, eu sou o canteiro onde se cultivam flores, cujo odor imperecível, atravessando os tempos, transpondo os nossos muros, levará ao longo a fragrância de suas petalas, a vitalidade de sua seiva!

Eu sou o Grupo Escolar de Patos! Para mim se voltam os olhares de nossa Pátria, a esperança da nossa família, o futuro da nossa sociedade, a grandeza moral e intellectual da nossa geração.

Sou Luz, Agua e Jardim!

Luz, heide brilhar no céu da progressista Patos, espancando as trevas da ignorancia;

Agua, heide ciclar mansamente por entre o vergel da nossa infância, refrigerando-lhe as bocas sequiosas da instrucção!

Jardim, heide vicejar, crescer, florir, desfazer-me em petalas, produzie fructos de trabalho e encher esta cidade, de canto a canto, de lar a lar, das flores que embalsamam as intelligencias: — as flores do saber...

Disse.

“Inauguração do nosso Grupo Escholar” (Patos de Minas, n. 37, 19 ago. 1917, p. 1)

Com a presença de um grande numero de pessoas, representando todas as classes sociais de Patos, teve logar, a 4 do corrente, a inauguração do nosso Grupo Escholar.

O Dr. Américo Lopes, m. d. Secretario do Interior do Estado de Minas, foi representado pelo Senhor Orlando Ferreira, Inspector desta circunscripção escholar.

A solemnidade do acto foi presidida pelo Dr. Maurício Pottier Monteiro, que proferiu um lindo discurso, em que disse que se ia proceder á inauguração do Grupo desta cidade, a cujo povo apresentava parabéns pela effectivação do maior dos seus commettimentos, com os votos para que se multiplique aqui o numero de institutos congêneres.

Usaram também da palavra o Dr. Euphrasio José Rodrigues, Cônego Getulio Alves de Mello, Antônio Maciel e Dr. Laudelino Gomes, contratulando-se todos com a Família patense pela

inauguração do Grupo, e falou também o Dr. Marcolino de Barros que, na qualidade de promotor e constructor moral do Grupo, entregava-o, depois de inaugurado, ao povo de Patos, dizendo, emfim, que se achava plenamente satisfeito, por ver inaugurada a sua e a nossa mais ardente aspiração.

Apresentando calorosos parabéns ao nosso povo, porque vemos no Grupo Escholar o melhoramento por excellencia, elevamos até Deus os nossos votos para que os fructos que dele tiver de colher a nossa mocidade sejam os mais sazonados e cheios de dulçoroso sabor.

“O Nosso Progresso” (Patos de Minas, n. 3, 19 ago. 1917, p. 1)

A educação da mocidade de Patos tem merecido de todos actualmente um particular cuidado, que a tem posto, como é de se esperar de cousa de tamanha importância, em um lugar de destaque. Além do Grupo Escholar, que vae funcionando regularmente com um elevado numero de alumnos, e alem de uma eschola particular com um regular numero de crianças de ambos os sexos, tendo annexa uma aula nocturna para o sexo masculino, com os cursos primario e secundario, acaba de ser fundado ultimamente um outro curso secundario. De tudo isto, desde logo se comprehende quanto empenho se tem empregado pela educação da nossa mocidade! Mas a fundação de muitos colégios, não quer dizer, por si só muito progresso intellectual. O que é preciso, o que é indispensável, è que o povo auxilie a esses institutos de educação, prestigiando-os, fazendo com que não desapareçam por falta de alumnos. Das columnas, portanto, do nosso jornalzinho, que se empenha deveras pelo aperfeiçoamento da nossa mocidade, fazemos um apelo a todos os patenses para que concorram de qualquer modo pela duração dos nossos estabelecimentos de educação, fazendo delles a esperança do mais brilhante dos futuros que possa ter esta abençoada terra!

Textos publicados no jornal *Cidade de Patos*

“Pela Instrucção” (anno 2, n. 97, 31 dez. 1916, p. 1)

Nunca é demasiado insistir na obrigação que aos pais assiste, de ministrarem a seus filhos os benefícios da instrucção. Não significa isso, que devam todos lhes proporcionar a aquisição de conhecimentos multiplos e aprofundados da sciencia, transformando-os em doutores e homens de letras. Nem sempre é isso possível e opportuno, e nem sempre a consulta aos verdadeiros interesses e inclinações da mocidade. Mas o que é imprescindivel e da mais absoluta necessidade é que se lhes firme o espirito nas luzes dos primeiros conhecimentos, que os tornarão aptos para a vida pratica e capazes de administrarem sem difficuldades os seus interesses, qualquer que seja o ramo de actividade adoptado.

A simples apprehensão das primeiras letras, traz muitas vezes, para o espirito, a expansão das faculdades da intelligencia superiormente constituida e a conquista futura, de mais amplos conhecimentos, que o espirito realiza por si mesmo, sem mais o auxilio que os recursos naturaes do raciocinio e da investigação.

O analfabetismo tem constituído para nós um obstáculo formidável, anteposto á marcha dos nossos destinos triumphantes, é a verificação maxima do progresso a que devemos chegar, pela exuberancia das grandezas sem fim, de que somos detentores. Na linguagem de muitos publicistas, assume o analfabetismo, entre nós, as proporções de um verdadeiro cancro social. É nosso dever combate-lo sem desfalecimento, certos de que legamos aos nossos filhos a mais valiosa das heranças, a unica que não perece entre as riquezas ephemeras e transitorias.

Em Minas, sobretudo, seria um crime o descaramento do ensino por parte dos chefes de familia. Nenhum outro Estado do Brazil ostenta, como o de Minas, em tão alto gráo, o esmerado carinho com que é bafejado pelos governantes esse importante problema. Na dotação orçamentaria é o departamento administrativo melhor aquinhoado, porque nada que a disseminação e eficácia do Ensino, sejam realidade brilhante, que hoje se verifica, e que de tantas benções deve corôar os esforços do actual governo. De facto, o ensino, constitui de há muito a maiordas cogitações do honrado presidente que tão superiormente dirige os destinos do Estado, e é hoje a mais bella attestação de sua proficiência e capacidade de administrador, secundado brilhantemente pela dedicada operosidade do sSnr. Dr. Americo Lopes. E é assim que, por toda a parte do vasto território mineiro, surgiram grupos escolares, escolas isoladas, escolas ruraes e até, a sábia e humanitaria instituições das caixas escolares, para que a nenhum de seus filhos, faltasse o pão do espírito, que é a instrucção.

Espera-se como facto muito proximo, a instalação do Grupo Escolar de Patos, e por certo, não deixará de satisfazer á natural expectativa, a grande frequencia de alumnos que deverão accorrer a esse estabelecimento, numa cidade, da qual, (seja dito como honrosa verdade) saem todos os annos, dezenas de jovens, para receberem em afastados centros, o complemento da sua educação, e muitos dos quaes, abraçando as carreiras liberaes, são hoje motivo de desvanecimento para a sua terra natal, pelas affirmações de capacidade com que se salientam no exercício de suas honrosas profissões.

“Solemidade da Instalação do Grupo Escolar de Patos” (anno 3, n. 119, Patos, 10 jun. 1917, p. 1)

Effectuou-se, no dia 4 do corrente, conforme fora annunciada, a instalação do Grupo Escolar desta cidade, longa aspiração do povo de Patos, que agora vê iniciar-se uma nova phase para a instrucção da infância. Assumindo a presidência da sessão o Dr. Mauricio Pottier Monteiro, Inspetor Municipal, convidou para fazerem parte da meza os Srs. Dr. Adlio Maciel, presidente da Câmara Municipal. Dr. Antonio Carlos Soares de Albergaria, Juiz de Direito da Comarca, Dr. Orlando Ferreira, Inspector Regional do Ensino, Cel. Farnese Maciel, Presidente do directorio político do município, Dr. Marcolino de Barros, vice-presidente do mesmo directorio, Dr. Euphrasio Rodrigues, Dr. Laudelino Gomes e o Revmo. Parocho, Cônego Getulio Alves de Melo.

Verificou-se a matricula de 323 alumnos, tendo comparecido 220, e respondido á chamada, 180.

Usaram da palavra os Srs. Drs. Marcolino de Barros, Euphrasio Rodrigues, Laudelino Gomes, Mauricio Pottier Monteiro, e mais o Sr. Cônego Getulio de Melloe acadêmico Antonio Maciel, fazendo todos, elevadas considerações sobre a solemnidade que se realisava e os fecundos resultados que se esperam dessa importante aquisição para Patos.

Procedeu à benção do edificio o Revmo. Cônego Getulio, servindo de paranyphos os Drs. Antonio Carlos Soares de Albergaria e Mauricio Pottier Monteiro, Juizes de Direito e Municipal.

Foi elevado o comparecimento de famílias e cavalheiros que alli se achavam representando a população de Patos. Abrilhamaram a solemnidade as duas corporações musicaes, executando alegres trechos. Pelo Sr. Fortunato Pinto da Cunha, hábil photographo, foram apanhadas as photographias do Grupo, meninos e corpo docente, sendo erguidos, ao som do hymno nacional, entusiasticos vivas ao Presidente do Estado, ao Secretario do Interior, ao Dr. Marcolino de Barros, e ao povo de Patos.

Pelo Dr. Mauricio Pottier Monteiro, representando o pensamento de diversos amigos do Dr. Marcolino de Barros, foi lançada a idéia de se enviar ao governo do Estado uma representação, em que se solicite para o Grupo Escolar a denominação Marcolino de Barros, como sincera prova de gratidão do povo, pelo muito que trabalhou o esforçado amigo de Patos, pela effectivação desse melhoramento, ao lado dos muitos outros, de que foi elle o incansável iniciador e propugnador.

“Justa Homenagem” (anno 3, n. 119, 10 jun. 1917, p. 1)

A população de Patos, diante das affirmações de operosidade do Sr. Dr. Marcolino de Barros, em Prol do levantamento desta cidade, e compenetrada da efficacia dos esforços com q’s se bateu o incansável amigo de Patos, pella aquisição do Grupo Escolar que vem de ser installado, vae enviar ao Governo do Estado uma representação, em que solicitará para esse Grupo a denominação de “Marcolino de Barros”, como testemunho de reconhecimento, e de alto valor em que são tidos os seus esforços pelo progresso do município.

É uma homenagem esta, em que se faz abstracção do seu valor político, e real e merecido destaque, para nelle se encarar com maior saliência o incansável benemérito desta terra, que tanto lhe deve hoje.

É, pois, uma homenagem filha de sentimentos nobres e legítimos, e á qual todos os habitantes de Patos vão prestar o seu concurso, sincero expontaneo e justiceiro.

“Uma bella aquisição” (anno 3, n. 119, 10 jun. 1917, p. 1)

O acontecimento mais palpitante da hebdomada que vem de decorrer, foi para Patos a installação do seu Grupo Escolar. E realmente, deve ser assignalado entre os factos da chonica da nascente cidade, com um dos mais promissores passos para o seu desenvolvimento intellectual e material, e como um dos melhores benefícios para a sua população.

Não são somente afirmações do progresso, as aquisições que se traduzem em apitos de locomotivas e estabelecimentos industriais, na caprichosa estrutura das elegantes edificações, que consultam ao luxo e á ostentação, no surgimento, enfim das bellas avenidas com todo o seu caudal de lojas, bars, casas de diversões, etc. em que se dá expansão á vaidade, aos gostos frívolos, ao desejo de exhibição.

Um Grupo Escolar, rigorosamente constituído, preenchendo cabalmente os seus fins, não é uma aquisição secundaria e vulgar. Tem alguma cousa de mais significativamente elevado, do que os marcos de adeantamento que apenas satisfazem o goso e a commodidade. E' um núcleo de trabalho, de aperfeiçoamento, em que as intelligencias se dilatam, a vontade e o character se educam, as faculdades se manifestam e aperfeiçoam, abrindo á infancia um futuro até então desconhecido, e campos mais vastos e accessíveis para a applicação da actividade.

Á evolução dos caracteres e das intelligencias è que succedem então os artefactos do progresso, pela eclosão das necessidades e das aspirações, que vão surgindo progressivamente. Ao lado de cada escola de letras, deveria existir um aprendizado do trabalho. Mas este, surge por si mesmo, quando o menino sentindo-se capaz de aspirações, tem a idéia do dever, e comprehende que necessita do trabalho, para poder vencer na vida.

A população de Patos deve pois, rejubilar-se com o acontecimento que se concretizou na instalação do Grupo Escolar, iniciado sob tão bons auspícios, e cercado das melhores garantias para fecundos e proveitosos resultados.

Textos publicados no jornal *Gazeta do Povo*

“O Grupo Escolar e as Datas Nacionais” (Patos de Minas, 28 jul. 1929, p. 5)

É do espírito do nosso Regulamento: as casas de ensino, Grupos e escolas não devem deixar passar uma data nacional sem que se faça uma commemoração civica em que se dê a razão de ser dos diversos feriados, modesta embora, afim de se incutir e despertar nos meninos o verdadeiro amor á Patria. A essas festinhas que se fazem, comparecem os alumnos, por obrigação, conforme estatue o mesmo Regulamento.

E porque o não fazem tambem as Exmas. Familias, o povo em geral? Isto servirá, quando não haja outro fim, para se estabelecer uma continuidade entre a escola e o lar, entre professores e as Exmas. Familias.

Não adoptamos o habito de convites especiaes, justamente para não incorrermos em falta, omitindo algum nome. Ficam, pois, desde agora, pelas columnas deste jornal, convidadas todas as pessoas que se interessam pela instrução, independentemente de outro convite, a abrilhantarem com suas presenças as festinhas do Grupo nos dias feriados, deleitando-se com a petizada nos seus recitativos interessantes, certas de que nos darão immenso prazer.

Textos publicados no jornal *Folha de Patos*

“O grande e imponente desfile do dia 7 de setembro. O entusiasmo reinante entre os escolares. A vibração do povo. Os discursos” (ano 2, n. 73, 13 de setembro 1942, p. 1)

Encerrando as memoráveis comemorações da Semana da Pátria, realizou-se rumuosa, no dia 7, a grande parada dos estudantes desta cidade.

Consoante programa previamente distribuído, às 7 horas da manhã, no pátio do Grupo Escolar foi celebrada a missa de louvor pelo Revmo. Coadjuutor, Padre João Valim.

Após a missa, serviu-se ligeiro lanche aos escolares, para imediatamente iniciar-se o grande desfile pelas ruas da cidade.

Entre os acontecimentos de monta de nossa terra, o desfile do dia 7 constituiu um dos mais entusiasmados e deslumbrantes que a cidade já viveu e já sentiu.

A banda de música "Olegário Maciel", executando hinos patrióticos, ocupou a frente do garloso desfile, ao rufar de tambores, sendo acompanhada pela nossa "linha de tiro", pelos reservistas, pelos alunos da Escola Normal Oficial local, pelos alunos do Grupo Escolar Marcolino de Barros e por grande massa de povo.

Cada estabelecimento ou corporação empenhava a sua bandeira nacional, ladeada pela respectiva guarda de honra. Todos os escolares e professores traziam uma bandeirinha, formando uma profusão de bandeirinhas que se agitavam nas instâncias de mais entusiasmo e garbo. Logo que o enorme desfile, que contava mais de 1500 escolares e mais de 3000 pessoas, defrontou o Paço Municipal, foi a Bandeira Nacional ali desfraldada por todas as altas autoridades presentes, ao som do hino nacional e em meio ao frêmito patriótico da mocidade e do povo. Da sacada do emponente edifício, o ilustre Prefeito Fonseca Sobrinho, dirigiu a palavra aos estudantes e ao povo, vibrante e energético como sempre, dizendo, em forma e eloquente alusão, do grande entusiasmo que nos impolgava por comemorar o dia máximo da Pátria, revivido na atitude heroica e interpida do Presidente Getúlio Vargas que, com a colaboração constante do eminente Governador Benedito Valadares e do povo mineiro e de todo Brasil, declarou firmes todos para os maiores sacrifícios para que a honra nacional não sofresse aos apodas e os ultrajes de inimigos gratuitos, terminando por verbar a ação dos países do Eixo que têm a velocidade de querer sepultar a liberdade, tão imortal como os povos de honra e de dignidade. Com retumbantes e felicíssimas expressões, conseguiu o nosso prezado chefe e dirigente transmitir aos moços, e a todos, a confiança, a fé e a esperança que tem nos destinos da Nação, sob a orientação sábia do governo com o apoio de todo o povo --, sendo as suas últimas palavras cobertas de espreitosos aplausos, entoando calorosos hinos patrióticos.

Percorrendo as ruas centrais da cidade, o desfile foi um espetáculo de rara beleza, pelo garbo dos que desfilarão, pelo entusiasmo reinante, pelas palmas e aplausos da multidão, pelas aclamações constantes e sucessivas, pela grandeza dos aspectos e pela elevada significação de que se revestiu.

Tornando ao grupo Escolar, onde se realizou a grande sessão cívica, o entusiasmo e a vibração popular atingiram ao auge.

Foi a sessão aberta pelo digno Prefeito Cadeado pelos drs. Juiz de Direito e Promotor de Justiça, e pelos professores Mario Francea Pinto, assistente técnico do ensino nesta Circunscrição, e Aguinaldo Magalhães Alves, diretor da Escola Normal. De início, os presentes, acompanhados pela banda de música, cantaram o hino nacional com o maior respeito e vibração.

Em seguida, foi dada a palavra ao jovem José Otaviano de Andrade que falou em nome dos escolares e da Linha de Tiro, sendo o seu discurso fortemente aplaudido. Logo após, o povo cantou o hino da independência, ocupando a Tribuna o orador oficial que foi o professor Aguinaldo Magalhães Alves.

A sua pela operatória, vasada no mais puro estilo, verdadeiramente inflamada de ardor cívico e patriótico, foi primorosa lição das possibilidades de nossa pátria e de nossa gente, estabelecendo o paralelo entre as duas épocas, a da independência e atual. Toda a assistência fremia de entusiasmo ante aos altos conceitos emitidos pelo orador com relação ao Brasil, sendo os maiores lances patrióticos da oração constantemente entrecortados de palmas e aplausos estrepitosos. Terminou o culto professor e intelectual proferindo belíssima e veemente oração de saudação à bandeira nacional que comoveu a todos os presentes. Em meio a mais estrepitosa salva de palmas e vivas foram ouvidas as suas últimas palavras, sendo, então, entoando o hino à bandeira pela multidão que fremia do mais legítimo entusiasmo.

Depois de calorosos vivas ao Presidente Vargas, ao Governador Valadares, ao glorioso Exército Nacional, ao Brasil e ao Prefeito Fonseca Sobrinho, o povo cantou o hino nacional encerrando a sessão cívica, que ficou gravada na memória de todos como a cena mais tocante que a Patos já viveu e que maior repercussão e vibração produziu no nosso povo, inteiramente pronto e disposto a cumprir o dever que os imperativos da Pátria fizeram sentir.

“Folha de Patos”, que solidaria, esteve presente a todos os atos regoseja-se com o eminente Prefeito Fonseca Sobrinho pelo alto civismo revelado pelo povo nesta hora de incertezas e dificuldades para a Pátria, demonstrativo, aliás, de sua inteira confiança na pessoa do ilustre amigo que, com fibra e dignidade, soberbamente dirige o município.